



Governo do Estado da Bahia
César Borges

Secretaria do Planejamento
Ciência e Tecnologia
Luiz Carreira

Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
Cesar Vaz de Carvalho Júnior



BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia da Bahia. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores.

Conselho Editorial

Cesar Vaz de Carvalho Júnior
Paulo Hermida Gonzalez
Edmundo Figueroa
Ângela Franco
Carlota Gottschall
Conceição Cunha
Renata Proserpio

Coordenação Editorial

Cesar Vaz de Carvalho Júnior
Carla Janira S. Nascimento

Revisão Redacional

Regina da Matta

Capa

Humberto Farias

Editoração

Designers Associados

Bahia Análise e Dados, v.1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia, 2001.

Trimestral
ISSN 0103 8117

CDD 338.91
CDU 338.984

CEPO: 0110

Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida
CEP: 41.750-300 Salvador - Bahia
Fone: (0** 71) 370-4823/370-4704
Fax: (0** 71) 371-1853

<http://www.sei.ba.gov.br>
e-mail: sei.info@bahia.ba.gov.br



Foto: Agnaldo Novais - Pólo Petroquímico de Camaçari

SUMÁRIO

Apresentação

Recessão à vista?.....6

Celeste Philigret

Desempenho da economia baiana.....13

Equipe SEI

O Produto Interno Bruto e a crise energética na Bahia.....33

Gustavo Casseb Pessoti e Ítalo Guanais Aguiar Pereira

A difícil recuperação financeira dos municípios baianos.....43

Antonio S. Magalhães Ribeiro

Emprego formal: o “acionamento” do emprego em tempos
de crise energética.....46

Flávia Santana Rodrigues Suerdieck

O mercado de trabalho na RMS.....54

Edson A. S. Sobrinho

Litoral, Semi-Árido e Cerrado: grandes áreas da Bahia.....61

Diva Maria Ferlin Lopes e Patrícia Chame Dias

Os retornos do capital humano na Região Metropolitana de Salvador.....69

Cláudio Pondé Avena

Brasil Industrial: do capitalismo retardatário à inserção
subordinada no mundo neocolonial.....82

Antônio Plínio Pires de Moura

Índice Geral – Bahia Análise & Dados.....90

Marília Torres

APRESENTAÇÃO

Cumprindo a sua missão de colocar a informação a serviço da sociedade, a SEI leva a público a sua revista de final de ano, Bahia Análise & Dados, Retrospectiva 2001 e Perspectivas, centrada na temática do desempenho socioeconômico e ambiental do Estado da Bahia.

Os artigos apresentam a trajetória dos diversos setores, ao tempo em que buscam sinalizar as perspectivas do próximo ano. Não é demais salientar que este início de milênio encontra-se bastante conturbado por fatores como os atentados em Nova York, a que se seguiram a guerra no Afeganistão e a recessão norte-americana, além de, no plano interno, pelas restrições ao uso de energia elétrica e pelas taxas de juros e de câmbio elevadas, sem contar com os efeitos que a crise argentina vem tendo sobre a nossa economia. Tudo isso veio tornar bem mais difíceis as projeções para 2002.

Em meio a este cenário, as análises tenderam a tornar-se mais instigantes e observa-se, nestes artigos, uma salutar preocupação em coligir e bem apresentar os dados mais adequados a interpretações que contribuam para uma avaliação mais precisa do que vem ocorrendo e pode vir a ocorrer. Isso é tanto mais importante se consideramos que, neste momento e apesar da conjuntura adversa, a economia baiana vem-se destacando pelo aporte de maciços investimentos em sua base produtiva, a qual se encontra em um visível processo de diversificação.

Cumpre-nos, portanto, agradecer a valiosa colaboração dos diversos autores dos artigos publicados, que tornou possível a edição desta revista.

Recessão à vista?

*Celeste Philigret**

Os bons auspícios que a breve retomada do crescimento ocorrida no ano passado poderiam trazer para o desempenho da economia brasileira neste ano dissiparam-se rapidamente com a deterioração das condições internacionais. As avaliações que, àquela época, insistiam na vulnerabilidade externa da economia brasileira, inerente ao modelo de política econômica adotado, foram amplamente confirmadas, transformando-se em lugar comum. De fato, os indicadores parciais disponíveis até aqui revelam desaceleração do ritmo de atividade, crescimento do desemprego, queda da renda real dos assalariados, elevação das taxas de inflação, endividamento crescente a taxas de juros mais elevadas e maior dificuldade no financiamento das transações com o exterior.

Como nada faz prever que as nuvens negras do cenário internacional estejam em vias de se dissipar, mas, ao contrário, ao ambiente recessivo somam-se agora as incertezas de um conflito armado aberto, protagonizado pela nação mais poderosa do mundo, resta pouco a comemorar na próxima virada de ano (até mesmo o início de um novo século ou de um novo milênio ficaram para trás).

A leitura dos relatórios oficiais deixa uma nostálgica impressão de que poderia ser pior: são usadas expressões como acomodação do nível de atividade em patamar mais baixo; impactos menos intensos do que o previsto, com referência à crise energética; melhora da balança comercial associada à desaceleração da atividade econômica interna e à depreciação cambial e contenção das pressões inflacionárias via hiato de produção criado pelo ar-

refecimento da demanda. Mais recentemente tem sido comemorada a descoberta, por parte dos investidores internacionais, de que o Brasil não é exatamente igual à Argentina (eventualmente Buenos Aires pode ser mais interessante do que Brasília). O problema é que menos pior é muito pouco.

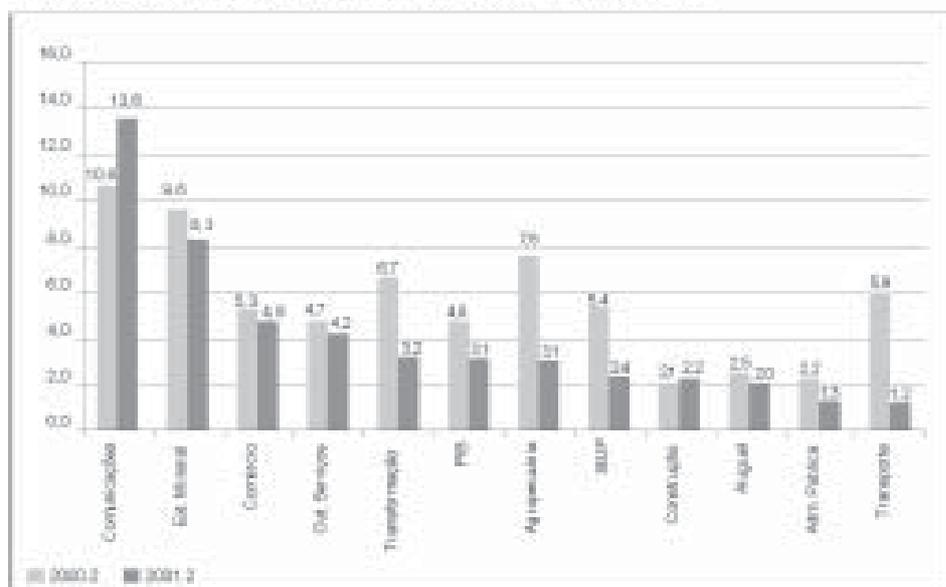
Até o momento estão disponíveis apenas dados das contas nacionais trimestrais relativas aos primeiro e segundo trimestres. Esses números indicam um crescimento do PIB de 3,12% nos primeiros seis meses do ano, comparativamente ao mesmo período de 2000, com clara tendência de desaceleração, vez que a taxa do primeiro trimestre foi de 4,50%, enquanto a do segundo trimestre situou-se em 1,82%. Esse processo de desaceleração atingiu todos os segmentos componentes do cálculo, à exceção de Comunicações, que apresentou, no segundo trimestre, crescimento superior ao registrado no primeiro (ver Gráfico 1).

A taxa anualizada situa-se em 3,57% e deixa nítida a inflexão da curva de crescimento, que foi ascendente a partir do final de 1999 e já demonstrava sinais de arrefecimento no início de 2001. À medida que os últimos trimestres do ano passem a compor o indicador, até mesmo por efeito estatístico – mas não apenas por isso – a taxa anualizada deve declinar: serão descartados os valores mais baixos de 1999 como base de comparação e incorporados os valores mais elevados verificados em 2000 (ver Gráfico 2).

Os indicadores construídos com base nas pesquisas mensais relativos à indústria, à agropecuária e ao comércio, já disponíveis até setembro nos

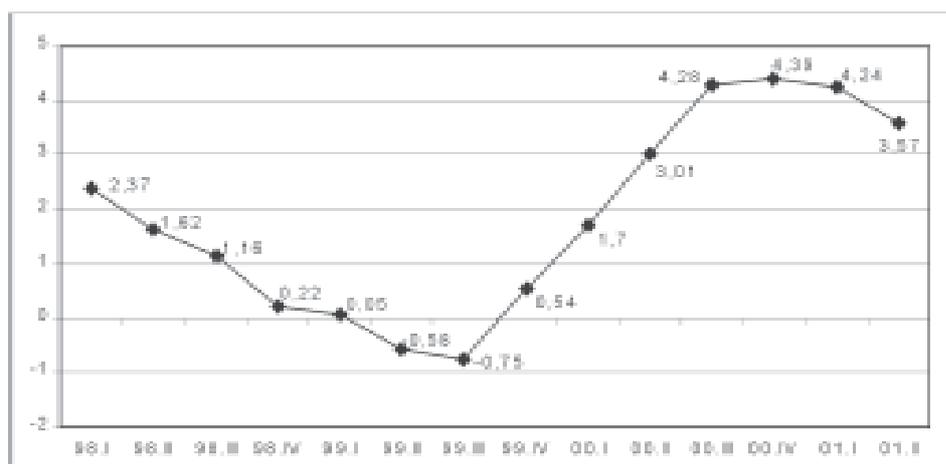
dois primeiros casos e até agosto para o comércio, e que vão municiar parte importante do cálculo do PIB, deixam antever que o ano será encerrado com um crescimento econômico muito aquém das estimativas realizadas no seu início e também muito aquém do crescimento verificado no ano anterior.

Gráfico 1
PIB e subsetores
Variações acumuladas até o primeiro semestre do ano



Fonte: IBGE

Gráfico 2
Taxa acumulada nos últimos quatro trimestres (em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores) do PIB a preços de mercado



Fonte: IBGE

A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE revela que produção física da indústria de transformação encontra-se em franca desaceleração apesar do bom desempenho de alguns setores, notadamente bens

de capital, produtos associados à energia elétrica, insumos energéticos e alguns produtos voltados para a exportação. A indústria encerrou o primeiro trimestre com crescimento acumulado de 7,3%, o qual caiu para 5,1%, ao final do segundo trimestre, e para 3,1% no trimestre encerrado em setembro,

mês que registrou recolhimento da produção industrial (-1,9%). Frente à citada variação de 3,1% do total da indústria, a produção de bens de capital expandiu-se 15,2% nos nove primeiros meses do ano, sustentada, ao que tudo indica, pelo atendimento de encomendas, das quais parte considerável ligada a tentativas de enfrentar o racionamento de energia elétrica.

Com tendência mais aguda de queda aparecem alguns segmentos de bens de consumo durável, especialmente os eletrodomésticos e setores cuja produção é mais intensiva em energia. A indústria automobilística decidiu diminuir o ritmo de produção e já iniciou processo de demissões, apesar da redução mais recente dos altos estoques acumulados nas montadoras e concessionárias, mediante promoções maciças. É previsível que outros ramos industriais não

passarão incólumes por essa decisão da indústria automobilística. Os resultados regionalizados, por sua vez, revelam que dos dez estados pesquisados sete apresentaram taxa de variação da atividade in-

dustrial negativa no mês de agosto (último dado disponível). De um modo geral, tem também sido observada menor utilização da capacidade industrial instalada em várias regiões do País.

Dados das Contas Nacionais Trimestrais apontaram crescimento de 3,07% no primeiro semestre para a produção Agropecuária, com expansão de 1,05% da área colhida. As informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, referentes às estimativas de safra para este ano (dados até setembro) e à produção registrada em 2000, apontam variação positiva para onze itens dentre os dezoito analisados, com destaque para o milho, o algodão, a soja e o trigo. Nos quatro casos citados houve aumento da área plantada, mas também do rendimento médio. Como as safras da maioria dos principais produtos já foi colhida, não deverá ocorrer grande alteração nos valores já conhecidos. A desvalorização cambial impulsionou as vendas externas do chamado complexo soja e também de carnes, couro, açúcar, milho e algodão. O aumento da demanda mundial por ração de origem vegetal e a redução do abate na União Européia (principalmente no caso do couro, já que houve diminuição do consumo mundial de carne vermelha) foram também fatores de estímulo. Com raras exceções (caso do açúcar) entretanto, a expansão do volume exportado deu-se num quadro de preços deprimidos.

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE, vem registrando resultados negativos para a variação no volume de vendas desde abril. No acumulado do ano até agosto a queda foi de 1,22%. A diferença entre a taxa calculada a partir do índice nominal de vendas e a que mede a variação de volume vem se estreitando, desde maio, sinalizando dificuldades de repasse dos custos para o preço ao consumidor.

Dados da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP) registraram queda de 4% no faturamento do comércio varejista até setembro. Por outro lado, a última pesquisa sobre intenções do consumidor, também da FCESP, indicou maior cautela tanto para compras atuais quanto futuras. A queda

dos rendimentos reais, a piora nas condições de crédito, a perda do emprego ou o aumento do grau de incerteza quanto à sua manutenção e a maior deterioração das condições internacionais estão na raiz da retração do consumidor. A proporção de cheques devolvidos por insuficiência de fundos (5%), o que denota dificuldades no cumprimento de compromissos assumidos, embora não apresente variação significativa nos últimos meses, está 30% acima daquela verificada no ano passado.

A partir dos dados existentes, estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) já projetam crescimento anual do PIB em torno de 1,7% em 2001, o que pode levar o crescimento do PIB per capita para próximo de zero.

Certamente, a partir dos dados existentes, estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) já projetam crescimento anual do PIB em torno de 1,7% em 2001, o que pode levar o crescimento do PIB per capita para próximo de zero. Para 2002, considerando uma série de hipóteses, inclusive a melhora no panorama mundial, a instituição projeta crescimento de 2,2% com variação negativa no primeiro trimestre.

A taxa média de desemprego aberto divulgada pelo IBGE com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), para o mês de setembro, foi de 6,2%, valor menor que o registrado em igual mês do ano passado. Essa queda, entretanto, decorreu da redução do número de pessoas procurando trabalho e não do aumento do nível de ocupação. Na realidade, a pesquisa indica 106 mil pessoas deixando de trabalhar nas seis principais regiões metropolitanas do País e uma diminuição de 219 mil pessoas na População Economicamente Ativa. Considerando a média do período janeiro a setembro deste ano, o contingente de pessoas inativas cresceu 6,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, a taxa média de desemprego aberto com ajuste sazonal aumentou 0,7 ponto percentual no decorrer deste ano. Esta mesma taxa, para o mesmo período de 2000, apresentou queda de 0,7 ponto percentual. Corroborando a tendência de agravamento das condições de absorção da força de trabalho, o último dado disponível sobre o rendimento médio real, para o mês de agosto, caiu 1,9% em relação a julho e 4,6% em relação a agosto de 2000. No acumulado do ano a queda foi de 2,2%. Por fim, a última pesquisa

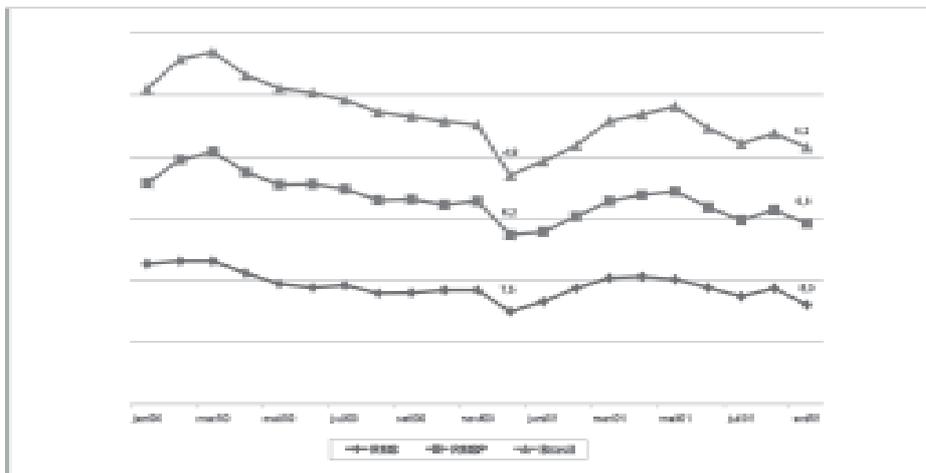
divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, já com dados relativos a outubro, indica redução no número de postos de trabalho no setor industrial naquele estado.

governamentais dizem não esperar fortes pressões para os últimos dois meses do ano, embora seja mencionada a necessidade de atenção para com os preços dos produtos agrícolas em período de

entressafra e dos medicamentos.

De todo modo, a retração da demanda, decorrente da crise instalada e da conjuntura de incerteza, vem permitindo que as pressões inflacionárias existentes sigam relativamente contidas. Além disso, a redução nos preços do petróleo tem contribuído para o comportamento não explosivo dos preços. Ressalte-se que o conjunto dos preços administrados vem regis-

Gráfico 3
Taxa de Desemprego Aberto (Semana)
Regiões Metropolitanas, 2000/2001



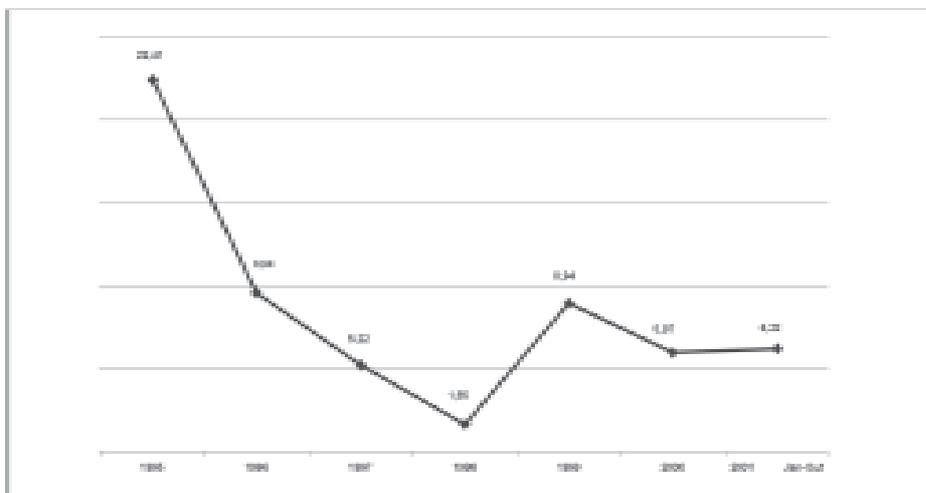
Fonte: IBGE

A inflação acumulada no ano, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador utilizado pelo governo para fixar as metas de inflação, atingiu 6,22% até outubro. As próprias autoridades já haviam reconhecido que o teto anual, acordado com o FMI, seria ultrapassado. Absorvido o reajuste dos combustíveis do início de outubro e passado o período de concentração de reajustes dos preços administrados, os relatórios

trando alta participação na trajetória ascendente da inflação, com elevação significativamente mais acentuada que a média. No caso específico da energia elétrica, o governo trabalha com a estimativa de 20% de reajuste tarifário em 2001, e manutenção do mesmo patamar para o próximo ano. A estimativa explicitada pelo Banco Central para a inflação em 2002 é de que esta se situe próxima do valor central da meta de 3,5% ao ano;

porém, os resultados da pesquisa sobre expectativas em que se utiliza uma amostra de instituições realizada também pelo Banco Central indicam que estas situam a inflação de 2002 em patamar consideravelmente mais elevado. Já o IPEA, projetando um cenário de relativa estabilidade cambial e de uma política monetária ainda restritiva, trabalha com uma taxa em torno de 4%.

Gráfico 4
Variação do IPCA - IBGE (%)
Brasil, 1995/2001



Fonte: IBGE

A política de gastos do setor público segue a rota de geração de superávit primário a todo custo, com resultados que vêm, sistematicamente, ultrapassando as metas acordadas com o FMI. Essa metas entretanto têm sido alteradas para mais a cada novo acordo e, no próximo ano, o superávit primário deverá atingir 3,5% do PIB (3% no acordo anterior). Para alcançar a nova meta a perspectiva é de intensificação do arrocho fiscal, objetivo cuja consecução deverá enfrentar maiores dificuldades em ano eleitoral. Todo o esforço empreendido para gerar superávit primário e honrar os compromissos com o capital financeiro internacional parece não ter fim quando são observados os dados relativos à dívida líquida do setor público que, em setembro, já representava 54,8% do PIB (em dezembro de 2000 esse indicador situava-se em 49,4%).

À medida que se difundia a convicção de que a conjuntura internacional tornava-se mais desfavorável, o governo, consciente de que a persistente vulnerabilidade do setor externo segue amplificando os rebatimentos locais de problemas enfrentados pela economia mundial, reagiu, tentando neutralizar os fatores adversos com a elevação progressiva da taxa básica de juros – SELIC – que em janeiro se situava em 15,25% e hoje está fixada em 19% – alta de 3,75 pontos percentuais. A alta dos juros estava basicamente ligada a dois fatores associados: a premência de atração de capitais externos e o próprio aumento da instabilidade, com conseqüente pressão sobre o câmbio e sobre os preços internos. A partir de determinado momento a desaceleração da economia passou a constituir-se em fator importante para deter uma maior elevação dos preços e o câmbio recuou, embora acumulando forte desvalorização no ano. Saliente-se que os fatores estruturais de pressão permanecem intocados.

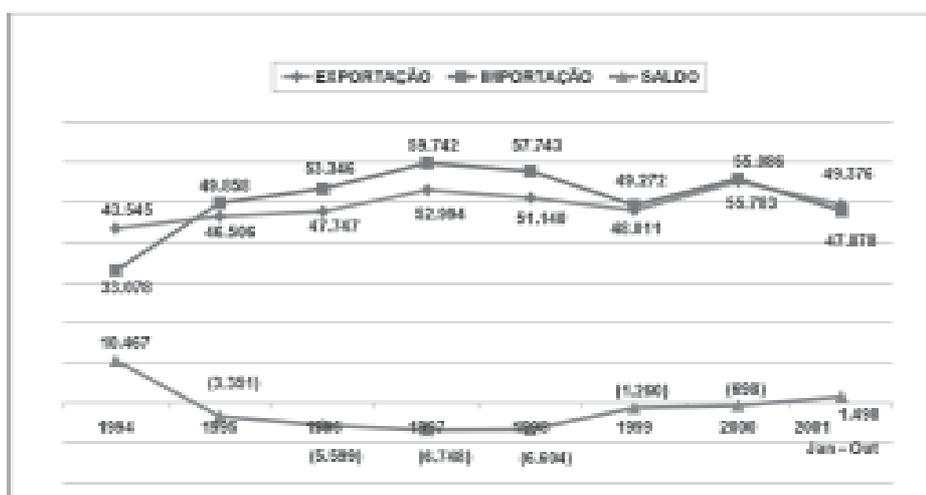
O saldo da Balança Comercial, pedra de toque do precário (des) equilíbrio macroeconômico brasilei-

ro, totaliza, até outubro, US\$ 1.498 milhões contra US\$ 134 milhões em 2000. O superávit significativamente mais elevado é resultante de um crescimento de 7,3% das exportações, paralelo ao de 4,3% das importações. Ressalte-se que até agosto as importações apresentavam crescimento superior às exportações, apesar de toda a desvalorização sofrida pelo real. Dois meses consecutivos de redução do valor importado e crescimento das exportações fizeram o superávit mais que duplicar.

Esse comportamento está certamente ligado à própria desaceleração experimentada pela economia nos últimos meses, que levou à redução de importações em meses em que, em condições normais, espera-se justamente o comportamento oposto, em função de encomendas visando às vendas de final de ano (ver Gráfico 5).

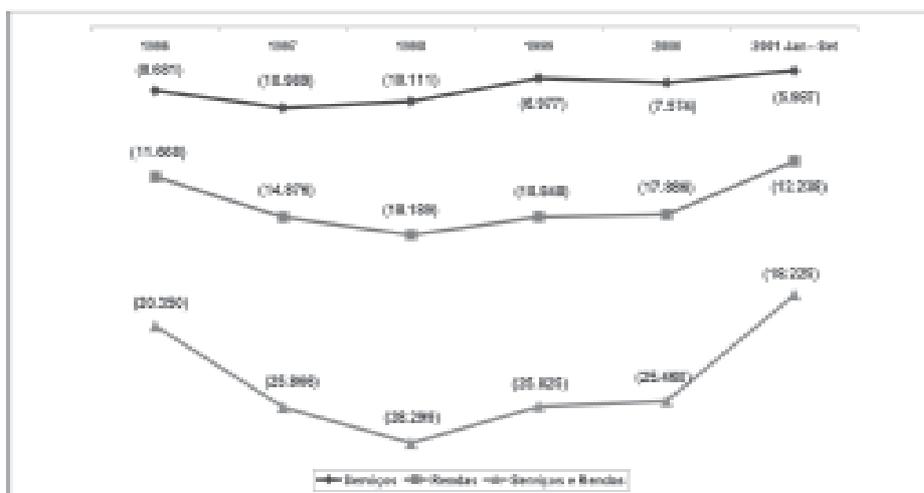
A conta de Serviços¹ apresenta déficit estrutural em praticamente todos os itens (a exceção é o agregado Outros Serviços), sendo que houve crescimento do déficit, no total da conta, no comparativo com igual período de 2000. O item que mais pesa no déficit da conta de Serviços é o correspondente aos transportes. As despesas líquidas com Aluguel de Equipamentos aumentaram significativamente sua participação no total do déficit da conta de Serviços, comportamento oposto ao das Viagens Internacionais, item que se mostra muito sensível às variações cambiais e que também deve continuar sendo impactado pelo clima de insegurança instalado na esteira dos atentados de setembro.

Gráfico 5
Balança Comercial (US\$ milhões)



Fonte: MDIC

Gráfico 6
Balança de Serviços e Rendas



Fonte: Banco Central

Elevou-se também o déficit da conta de Rendas. As despesas líquidas com Juros, que representaram pouco mais de 75% das remessas líquidas de rendas para o exterior, passaram de US\$ 9.936 milhões, de janeiro a setembro de 2000, para US\$ 10.491 milhões no mesmo período de 2001, elevação de 5,6%. A remessa líquida de lucros e dividendos passou, no mesmo período, de US\$ 2.467 milhões para US\$ 3.462 milhões, um aumento de 40,3%. Essa acentuada elevação da despesa líquida com lucros e dividendos é, sobretudo, uma decorrência do processo de privatização/desnacionalização implementado na economia brasileira nos últimos anos, que, como uma bola de neve, aprofunda a dependência do País de financiamentos externos.

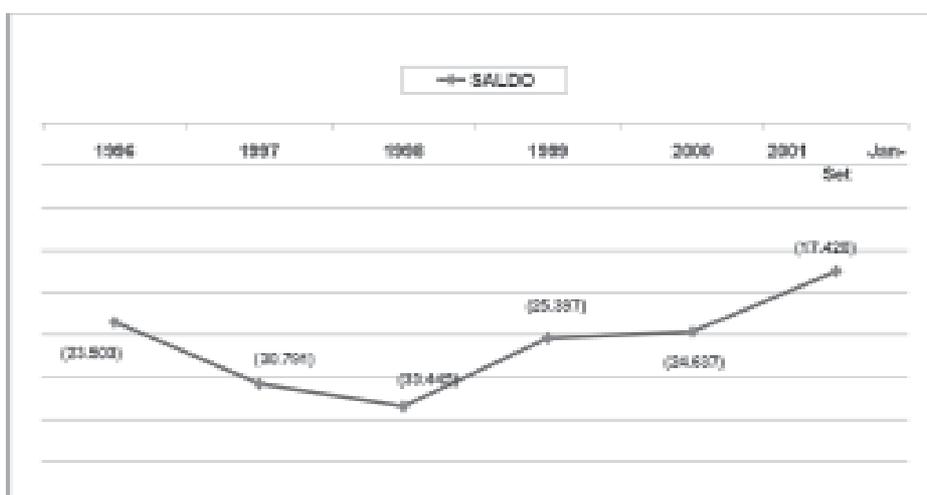
Contrapondo o superávit logrado na Balança Comercial (US\$ 1.250 milhões até o mês de setembro) ao déficit (US\$ 19.854 milhões) da conta de Serviços e Rendas e considerando também o valor positivo de US\$ 1.185 milhões relativos às Transferências Unilaterais, chega-se a um déficit de US\$ 17.420 milhões no total das Tran-

sações Correntes – o que representa -4,61% do PIB – a serem financiados, basicamente, por investimentos externos e empréstimos. Nos primeiros nove meses de 2000, o déficit das Transações Correntes situou-se em US\$ 15.646 milhões, representando -4,15% do PIB.

Os dados parciais já disponíveis indicam queda no ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos no País, rela-

tivamente ao ocorrido em 2000. O setor Serviços absorveu 66,4% dos investimentos, sendo que os fluxos mais significativos dirigiram-se para os setores de correio e comunicações (19,6%) e de intermediação financeira (13,2%). A indústria recebeu 28,4% dos investimentos, e os segmentos agricultura, pecuária e extrativa mineral, 5,2% (4,6% para extração de petróleo e serviços relacionados e 0,6% para as demais atividades). Os Estados Unidos foram responsáveis por 23,7% dos investimentos estrangeiros que ingressaram no período, seguidos por Espanha, França e Países Baixos. Os ingressos decorrentes de privatizações representa-

Gráfico 7
Transações Correntes (US\$ milhões)
Brasil, 1996/2001



Fonte: Banco Central

ram 7,4% do total e concentraram-se nas áreas de telecomunicações e seguros. Em 2000, essa participação havia sido de 21,1% e, em 1999, de 28,0%.

Houve também redução no ingresso líquido de investimentos em carteira, o chamado capital volátil. Em setembro as reservas internacionais situavam-se em US\$ 40.037 milhões, no conceito caixa, representando oito meses de importações. Nesse mês ocorreu desembolso pelo FMI de US\$ 4,8 bilhões, no âmbito do novo Programa de Assistência Financeira ao País firmado em agosto. Do exposto depreende-se que ao lado de uma maior dependência do financiamento externo ocorreu uma piora na qualidade do financiamento que o País tem conseguido captar.

A persistir a deterioração do cenário da economia mundial, com crises afetando simultaneamente as mais importantes economias do planeta – Estados Unidos, Japão e Alemanha –, mais uma vez estará sendo posta em xeque a continuidade da política econômica que vem sendo adotada pelo governo brasileiro. Aliás, nessa conjuntura de crise,

os governos dos países mais desenvolvidos, sempre adeptos de políticas do receituário liberal em casa alheia, tratam de rapidamente ativar a “mão visível” do Estado para socorrer suas empresas e proteger segmentos produtivos internos da concorrência internacional.

Notas

- 1 A partir de janeiro de 2001 o Banco Central introduziu modificações na forma de apresentação do Balanço de Pagamentos que incluem alterações nos critérios de classificação de algumas transações e na nomenclatura de algumas contas. De acordo com a instituição, essas alterações visaram adequar as contas externas brasileiras às normas internacionais mais recentes divulgadas pelo FMI.

* Celeste Philigret é professora da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e Coordenadora do Núcleo de Estudos Conjunturais – NEC. A elaboração das tabelas e gráficos contou com a colaboração do integrante do NEC, economista Laumar Neves.

Desempenho da economia baiana

*Equipe SEI**

PIB da Bahia acompanha a tendência da economia mundial

Com base em estimativas elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, em 2001 o Produto Interno Bruto da Bahia (PIB) deverá apresentar crescimento moderado (em torno de 1%), em termos reais, na comparação com o resultado do ano anterior. Este percentual situa-se próximo da expectativa de crescimento dos EUA (1,2%) e do Brasil (1,8%).

Este cenário macroeconômico é reflexo da conjuntura adversa que o país atravessa, fruto da crise do setor elétrico, do agravamento da crise argentina e da desaceleração da economia americana e mundial. Acrescente-se, também, que a região Nordeste vem passando por um longo período de estiagem, com fortes reflexos na economia regional, em especial no setor agropecuário.

Observe-se que o agravamento dessas crises gerou uma desvalorização cambial, o que fez com que o governo federal, em virtude do acordo com o FMI, adotasse uma política macroeconômica de elevação da taxa de juros. Essas duas medidas – desvalorização cambial e aumento da taxa de juros – têm efeitos expansivos, assim como restritivos para a economia estadual. Em relação aos primeiros, verifica-se um forte reflexo negativo sobre o nível da ocupação, do desemprego, da renda, do produto, da atividade comercial e da dívida externa. Por outro lado, têm-se como fatores expansivos o estímulo às exportações, aumentando a produção in-

terna e, indiretamente, diminuindo o impacto negativo dos juros e da elevação dos custos de produção; e o incremento do turismo, uma vez que a Bahia hoje é um dos principais destinos turísticos do Brasil, favorecendo o comércio, os serviços e a ocupação e renda.

Nota-se, portanto, que o resultado previsto para a Bahia em 2001 é fruto de uma situação bastante conjuntural que afetou os diversos setores da nossa economia, porém não o suficiente para impedir que o Estado registre o décimo ano consecutivo de taxa positiva de crescimento em seu produto interno. Essa crise atingiu o desempenho dos principais setores da economia baiana – a Indústria de Transformação, especialmente o setor químico, que só começa a reagir no final do ano, e a Agropecuária, com a forte estiagem – como será visto mais detalhadamente a seguir.

A estimativa para a indústria baiana de transformação, no corrente ano, indica um pequeno acréscimo no nível de atividade da ordem de 0,5%. Este cenário tem se caracterizado pela diminuição na demanda de produtos petroquímicos, uma vez que as indústrias que fazem uso final desses produtos estão, de certa forma, afetadas pela redução no consumo de energia, como também pela desaceleração da economia internacional. O quadro é agravado ao reduzir-se a produção de resinas termoplásticas, devido à interrupção, por razões de ordem técnica, em algumas unidades.

Corroborar a estimativa anteriormente citada o resultado divulgado pela Pesquisa Industrial Men-

sal de setembro de 2001, que registra queda na atividade industrial do estado (-1,4%) no acumulado dos últimos doze meses. O principal responsável por essa queda é o segmento químico, que tem o maior peso na estrutura industrial da Bahia e que, embora em processo de reversão de tendência, acumula uma perda, no mesmo período, de 2,6%. Os setores que, por sua vez, projetam maiores crescimentos, são os de papel/celulose e metalúrgico, com taxas acumuladas, no período, de 21,0% e 8,3%, respectivamente.

A agropecuária baiana também não deverá apresentar resultado satisfatório no ano 2001. A queda anunciada pelos indicadores da agricultura (-13%, nas principais lavouras) é conseqüência do aumento da estiagem que se abateu em quase toda a região Nordeste.

A expressiva produção de grãos alcançada em 2000 (3,72 mil toneladas) não se repetirá em 2001. Para esta safra, as estimativas do IBGE indicam quebra, no estado da Bahia, da ordem de 22%. As maiores quedas devem ser registradas nas culturas de arroz (-56,0%), feijão (-50,1%), milho (-24,9%) e cebola (-24,6%). Além disso, no ano 2001, culturas tradicionais da Bahia, como o cacau, cana-de-açúcar e soja devem apresentar resultados negativos da ordem de 7,9%, 3,4% e 6,7%) respectivamente. Também a mandioca, que tem posição de destaque na agricultura do estado, deverá registrar queda de, aproximadamente, 3,9% na produção de 2001.

Por outro lado, outras culturas deverão apresentar desempenho positivo, a exemplo do algodão herbáceo (23,3%), abacaxi (16,1%), café (8,6%), pimenta do reino (6,7%) e coco-da-baía (5,0%).

O Comércio deverá apresentar um nível de atividade levemente superior (1,0%) ao registrado no ano passado. O cenário externo, marcado por crises internacionais (Argentina e Estados Unidos), fez com que o Banco Central elevasse ainda mais as taxas internas de juros, de modo a cumprir-se a meta inflacionária (6,5% ao ano). Isso dificultou muito o acesso ao crédito (principal fomentador da venda de bens duráveis e semiduráveis) e provocou aumento da inadimplência. Também a questão energética tem contribuição negativa para a performance da atividade comercial em 2001, uma vez que ela diminui o índice de confiança de consumidores e empresários, principalmente em termos de com-

pras de produtos eletroeletrônicos intensivos em energia.

A Construção Civil e os setores de Serviços, nos quais o Turismo tem reflexo direto, se apresentaram como os principais destaques em 2001, prevendo-se que, neste ano, suas taxas de crescimento deverão superar a marca de 1,5% e 3,0%, respectivamente. Parte significativa da taxa de crescimento da Construção Civil está associada à implementação da infraestrutura no parque automobilístico, que acaba de ser instalado em Camaçari, ao pólo calçadista, no interior do estado, e às obras de construção do metrô da cidade de Salvador. Tudo isso significa que o estado apresentará em breve aumentos significativos em seu nível de atividade, já que vultosos investimentos estão sendo alocados em setores produtivos. Com relação ao setor de Serviços, a Bahia deverá ser favorecida pelo aumento do turismo interno no Brasil, como forma de substituir viagens internacionais, em função dos ataques terroristas.

Indústria

Após o bom desempenho observado no ano passado, o período de janeiro a setembro de 2001 foi marcado por restrições ao crescimento da economia brasileira. O quadro externo adverso e fatores internos como a instabilidade cambial, a elevação dos juros e a crise energética contribuíram para esse cenário de desaquecimento.

Segundo os índices de produção física do IBGE, a indústria brasileira apresentou um crescimento de 2,8% no período de janeiro a setembro de 2001, em comparação com igual período do ano anterior. Embora esse desempenho tenha sido bastante satisfatório, o exame dos indicadores trimestrais mostra um nítido processo de desaceleração na atividade industrial do País. Assim, após uma expansão de 7,1% nos três primeiros meses do ano, a produção industrial retraiu sua taxa para 2,9% nos três meses subseqüentes, tendo, no terceiro trimestre, registrado um resultado negativo (-0,2%).

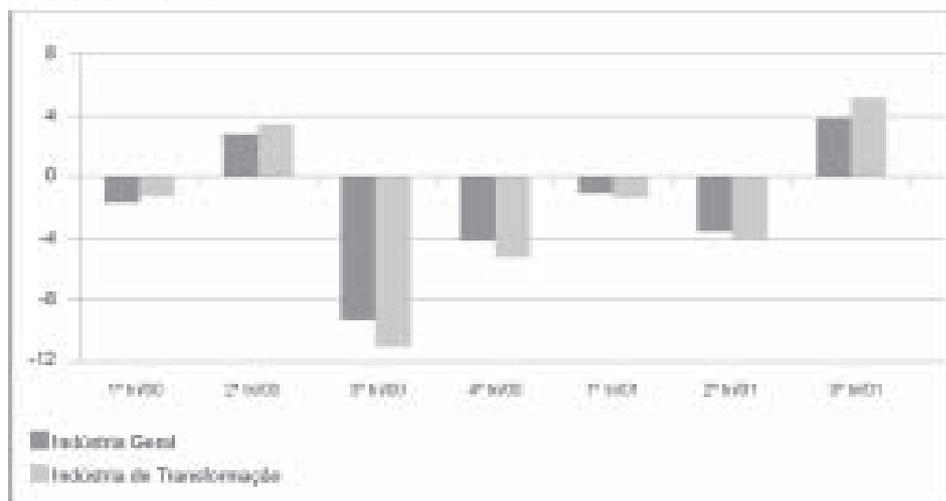
Esses resultados confirmam as previsões de sérias dificuldades para o parque fabril nacional, tendo em vista a retração da economia mundial, a crise argentina e a questão energética.

Os estados refletem, com maior ou menor intensidade, a trajetória da produção manufatureira do

Brasil. Na comparação com o período janeiro-setembro de 2001, sete entre dez estados pesquisados assinalam crescimento positivo, destacando-se Paraná (4,9%), seguido por Rio de Janeiro (3,9%), São Paulo (3,8%) e Santa Catarina (3,5%).

Já a indústria baiana encerra o período janeiro-setembro de 2001 com taxa de variação ainda negativa (-0,2%), o que significa dizer que está acima apenas do Ceará (-6,1%) e Rio Grande do Sul (-0,1).

Gráfico 1
Variações Trimestrais da Produção Física Industrial
Bahia, 2000/2001



Fonte: IBGE
Elaboração: SEGEAC

Na realidade, o comportamento insatisfatório da indústria baiana neste ano somente confirma a tendência ao desaquecimento do seu ritmo de produção, iniciado no ano de 2000. A contração da atividade fabril no estado, como pode ser visualizado no Gráfico 1, intensifica-se no terceiro trimestre do ano passado; a partir de então as taxas trimestrais, ainda negativas, tornam-se decrescentes; quando os quadros externo e interno agravam-se, no segundo trimestre de 2000, as taxas de variação para a indústria geral e de transformação são de -0,9% e -0,6%, respectivamente. No entanto, no terceiro trimestre, a produção industrial volta a apresentar taxas positivas.

A produção física da indústria de transformação baiana apresentou taxa negativa de apenas 0,1% no acumulado do ano até setembro. Entre os setores da economia baiana, os desempenhos foram diversificados. Positivamente, destacaram-se as indústrias

metalúrgica e a de papel e papelão, com crescimentos de 8,6% e 23,6% respectivamente. As retrações mais expressivas, por sua vez, ocorreram na química (-0,2%), em produtos alimentares (-5,5%) e em materiais elétricos e de comunicações (-20,2%).

No mês de setembro, a indústria baiana reverte a trajetória de queda. A indústria geral registrou incremento de 9,6% em relação ao mês de setembro de 2000. No que tange à indústria de transforma-

ção, foi verificada uma variação também positiva (12,1%). A produção industrial brasileira, no mesmo período, registrou taxa negativa de 1,9%, da mesma forma que a indústria de transformação (-2,0%).

No entanto, o que determinou o desempenho da indústria baiana em setembro foi o significativo crescimento observado, principalmente na indústria química, a qual detém a maior participação na indústria de transformação em valor agregado.

A taxa de variação da produção da indústria química para o mês de setembro, comparada com a do mesmo período do ano anterior, foi de 26,5%; em agosto, essa indústria registrou um crescimento de 0,8%. O desempenho favorável da indústria química nesse mês deveu-se principalmente ao aumento na produção de gasolina comum para autoveículos e óleo diesel. Em 2000, a variação negativa do mês de setembro foi da ordem de -17,3%.

Quando se analisa especificamente o segmento de derivados de petróleo¹, verifica-se, na Refinaria Landulfo Alves, um incremento na produção mensal (95,1%, em setembro). Deve-se ressaltar que, em julho e agosto de 2000, a indústria de refino de petróleo apresentou graves problemas técnicos em decorrência de acidentes, o que obrigou a empresa a realizar parada para manutenção e, assim, a reduzir sua produção. Observa-se que, no acumulado do ano até junho, houve um incremento de 1,9%

na produção da RLAM; em setembro esse incremento salta para 16,2%, principalmente por conta da atipicidade dessa produção em 2000.

A produção acumulada, no ano, de óleo combustível, de acordo com a Associação Nacional do Petróleo, até setembro registrou uma variação de 26,5% em relação a igual período do ano anterior. Já a produção de gasolina A apresentou um incremento ainda mais significativo (60,9%); no acumulado em doze meses, o crescimento observado até setembro foi de 41,6% e em julho esse indicador registrou variação negativa (-2,2%).

Por outro lado, observa-se que em 2001 a produção de nafta foi a mais comprometida; os meses de julho e setembro foram os únicos que registraram crescimento significativo (5,3% e 24,0, respectivamente). A produção acumulada em 2001 é menor do que a acumulada em 2000, até o mês de setembro, atingindo uma variação negativa de -16,4%.

Com relação ao racionamento de energia no setor industrial baiano, a Coelba constatou que 69% dos clientes do segmento químico conseguiram reduzir o consumo de energia elétrica. Na área de alimentos, 47% cumpriram as metas e, no ramo metalúrgico, 45%.

A Copene, que é abastecida pela CHESF e dispõe de usina própria para geração de energia térmica, realizou até o momento cerca de 100 operações bilaterais, com a venda de 28.500 MWh/mês de energia, sem contar o fornecimento para seus 30 clientes tradicionais no complexo petroquímico baiano. Em julho, a comercialização extra de Camaçari tinha sido de apenas 8.500 MWh/mês, fruto de 45 contratos fechados com empresas da cadeia produtiva (incluindo a terceira geração) situadas em estados do Sudeste e Nordeste.

Até o final do mês, o volume das vendas deverá ficar em 30.000 MWh/mês. A maioria das indústrias atendidas é formada por empresas interessadas em completar suas cotas de energia e, com isso, evitar prejuízos à produção devido ao racionamento.

Em situações normais, a Copene costuma ter sobras na faixa de 15.000 MWh/mês para as operações bilaterais fora de Camaçari. O aumento das disponibilidades, em agosto, é resultado direto de fatores como o menor nível de operação de algumas indústrias petroquímicas e a parada de manutenção de 25 dias, promovida pela central em uma

de suas plantas de eteno. Esse fato obrigou à interrupção das atividades em outras grandes indústrias do pólo baiano (como a Politeno e a Polialden) no início de agosto e, conseqüentemente, elevou os excedentes de energia para comercialização com clientes cativos da Copene, a qual baixou para 145 MWh em julho. Quando todos estão operando a plena carga, a necessidade é de 170 MW, o correspondente a 122.400 MWh/mês.

Muitas indústrias estão utilizando menos energia por conta de planos internos que adotaram para economizá-la. Com esse tipo de medida, a própria Copene conseguiu economizar 7MW – a maior parte na área industrial – sem precisar recorrer a cortes na produção. Pode-se afirmar, dessa forma, que a crise energética não impactou negativamente a indústria química baiana, uma vez que esta tem tido seu suprimento de energia garantido pela Copene, o que vem assegurando o nível de produção.

Entre os fatores que podem contribuir para uma reversão no novo impulso da indústria baiana estão os impactos da desaceleração mundial, sobretudo da economia norte-americana e principalmente para a indústria química, na qual os efeitos negativos já podem ser sentidos, com a elevação dos estoques de produtos petroquímicos nos países asiáticos. Acirra-se, assim, a competição internacional.

Comércio

O setor de comércio varejista, que acaba sendo o termômetro da economia, apresenta no seu volume de vendas, para o Brasil, decréscimo de 1,2% no período compreendido entre janeiro e agosto de 2001, em relação ao mesmo período do ano anterior. No estado da Bahia, em igual período, esse indicador apontou crescimento de 1,2%.

Esses dados foram apurados pela Nova Pesquisa Mensal do Comércio Varejista, realizada pelo IBGE em todas as unidades da federação, e, no estado da Bahia, em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Analisando-se o comportamento do setor no acumulado do período janeiro-agosto01/janeiro-agosto00, observa-se que, dos cinco ramos que compõem o Índice Geral do Varejo, o grupo Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico contribuiu com o desempenho mais significativo 8,3%, seguido de Combustíveis

tíveis e Lubrificantes (2,4%), Tecidos, Vestuário e Calçados (0,4%) e Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (0,1%). Embora este último grupo tenha apresentado pequena variação, os Hipermercados e Supermercados expandiram em 3,4% o Indicador do Volume de Vendas. No período, houve redução do nível de atividade apenas no segmento de Móveis e Eletrodomésticos (-6,8%). Os resultados auspiciosos dos primeiros meses deste ano permitiram ao ramo de Veículos, Motos, Partes e Peças contabilizar, no período, acréscimo de 7,7% na comercialização de automóveis. Embora os resultados desse segmento não sejam computados na formação do indicador geral do varejo, o mesmo permaneceu inserido na pesquisa dada a sua importância no contexto do setor comercial.

O comércio varejista constitui-se na principal atividade a refletir de imediato as alterações da política macroeconômica. Corroborando tal afirmativa tem-se o aquecimento nas vendas no final do ano passado e nos primeiros meses deste, quando dos sinais de recuperação dos indicadores de emprego e renda. Nos últimos meses, o varejo brasileiro, como um todo, vem registrando queda do nível de atividade, consequência das medidas restritivas do crescimento econômico. Os efeitos das sucessivas crises na economia externa, somados às ações limitativas do crescimento econômico, como o racionamento de energia elétrica, a elevação do dólar e o aumento dos juros, arrefeceram as expectativas de o comércio varejista encerrar o ano apresentando a expansão nas vendas que se previa no início do mesmo. Na avaliação de empresários e analistas de mercado, dentre os vários fatores que se constituíram em empecilhos para impulsionar o varejo, o aumento da taxa de juros tem sido determinante. Em janeiro, a taxa básica de juros da economia situava-se em 15,7%. Com o aumento dos juros, pelas autoridades monetárias, em 3,2 pontos percentuais, essa taxa atingiu, em julho, 19,0% ao ano, patamar ainda registrado pelo setor, consequência da ampliação dos prazos de financiamento ao longo de 2000 e nos primeiros meses deste ano.

De acordo com a PMC-Ba, de janeiro a agosto de 2001, a mais acentuada retração do nível da atividade varejista – 5,4% – deu-se no comparativo do período julho01/julho00. Tal desempenho reflete os efeitos da greve das polícias civil e militar, que obri-

gou os estabelecimentos comerciais a permanecerem fechados por vários dias no início daquele mês.

No referente ao Indicador do Valor Nominal de Vendas, ou seja, ao faturamento do setor, a pesquisa apontou incremento de 5,3% para o Comércio Varejista Nacional, no período de jan-ago01/00, enquanto, no estado da Bahia, o acréscimo foi de 11,0%, apesar da queda considerável nas vendas de Móveis e Eletrodomésticos.

Na análise das atividades pesquisadas foi constatado, no grupo Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico, o principal desempenho positivo, tendo seu indicador do volume de vendas se elevado em 8,3%. Tal resultado pode ser creditado ao fato de que esse grupo é composto não só por lojas de departamento, pelo segmento de farmácias, drogarias e perfumarias, como também por lojas que comercializam cds, aparelhos de telefones celulares, artigos desportivos e de papelaria, brinquedos, material ótico e fotográfico etc. Os dados obtidos têm confirmado que nos períodos de sazonalidade as vendas desses segmentos são impulsionadas, já que a elevação das taxas de juros e a perda do poder aquisitivo de parcela considerável da população obrigam os consumidores a adquirir produtos de menor valor, cujas vendas são, predominantemente, feitas à vista. Por outro lado, a comercialização dos equipamentos de informática, que também integram esse ramo de atividade, vem apresentando constantes quedas nas vendas. A razão para isso pode estar nos constantes reajustes de preço, consequência da elevação do dólar, haja vista o setor utilizar, preferencialmente, componentes importados.

O segmento de Combustíveis e Lubrificantes encerrou o período janeiro-agosto01/janeiro-agosto00 com acréscimo de 2,4% no Indicador do Volume de Vendas. As promoções de vendas com cartões de crédito e cheques pré-datados contribuíram para a obtenção desse resultado. Por se tratar de um segmento cujos preços são administrados pelo governo, em julho eles tiveram o primeiro reajuste de preços do ano, provocando impacto no cálculo dos índices de preços no País e comprometendo a meta da inflação prevista para este ano. Na avaliação das autoridades governamentais, o reajuste deu-se em virtude da fórmula de cálculo entre a variação do preço do barril de petróleo no mercado internacional e a flutuação do dólar no último trimestre.

Após sucessivas quedas nas vendas em anos anteriores, o volume de vendas dos Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo elevou-se em apenas (0,1%). Quando desagregada a estrutura do grupo, verifica-se que o indicador do subgrupo de Hipermercados e Supermercados apresenta variação positiva de 3,4%. Constituindo-se na atividade mais representativa do comércio varejista, o acréscimo das vendas desse ramo contribuiu para amenizar o desaquecimento do setor. Entre os meses de janeiro e agosto o segmento supermercadista apresentou contribuição positiva na formação da taxa que mede o comportamento do varejo. Tal fato é atribuído às constantes promoções empreendidas pelas grandes redes, ao funcionamento ininterrupto de vários desses estabelecimentos, e, também, ao diversificado *mix* de produtos comercializados. Apesar de os números indicarem resultado favorável, ainda assim a estimativa é de que haja redução do ritmo de crescimento do setor de 4% para 1% neste ano, prevendo-se uma receita da ordem de R\$ 68,68 bilhões. Também os investimentos com abertura de novas lojas, reformas, ampliação, modernização e automação não deverão superar R\$ 700 milhões ante R\$ 1,97 bilhão em 2000². Nos últimos meses tem-se observado acentuado declínio na comercialização de produtos importados. Segundo empresários do ramo supermercadista, a retração da demanda desses produtos é da ordem de cerca de 50%. Com a aproximação das festas de fim de ano, as expectativas são de que haja uma maior procura dos produtos nacionais – em detrimento dos importados – e, também, dos de marcas próprias. Nos últimos cinco anos, a participação das marcas próprias evoluiu de 2% para 6% do faturamento dos supermercados, devido ao fato de que seus preços últimos são mais em conta. O que se observa é uma migração de consumo ocasionada pela queda do rendimento médio das famílias e, no caso dos importados, pelo aumento dos preços decorrente da desvalorização cambial.

A tendência de concentração do setor supermercadista, acentuada com a chegada de grandes grupos internacionais nos últimos anos, continuou forte em 2001, e prevê-se que assim continuará em 2002. Recentemente os jornais noticiaram a provável compra da rede G. Barbosa pela holding holandesa Royal Ahold, dona do Bompreço, indicando a trajetória as-

cedente desse tipo de estratégia empresarial. Convém notar que o processo de crescimento das grandes redes não tem inviabilizado o crescimento das pequenas empresas, principalmente quando localizadas mais longe dos grandes centros populacionais³. Segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Supermercados, as 23. 200 lojas com até duas caixas registradoras pertencem a 18. 700 empresas, significando uma média de 1,24 loja para cada empresa. Ainda segundo essa mesma pesquisa, cerca de 30% das cidades brasileiras não têm supermercado, corroborando a tese de que as pequenas redes possuem mercado ainda não explorado.

Em março deste ano o ramo de Tecidos, Vestuário e Calçados apresentou a mais expressiva expansão nas vendas. Esse resultado foi preponderante para o segmento encerrar o período janeiro-agosto01/janeiro-agosto00 com crescimento, apesar de ainda modesto, de 0,4% no indicador do volume de vendas. Essa taxa resulta da elevação nas vendas motivada pela promoção “Liquida Salvador”, mais uma vez realizada, entre o final do mês de março e começo de abril, como estratégia para atrair os consumidores, renovar os estoques e aumentar o capital de giro das empresas. Nos meses posteriores observa-se sucessiva queda nas vendas dos artigos desse setor. Anualmente as pesquisas têm comprovado que as datas comemorativas impulsionam as receitas brutas do setor, podendo-se assim prever uma elevação no volume de vendas desse segmento para os próximos meses, especialmente em dezembro.

Os sinais de recuperação da economia no ano passado e início deste ano beneficiaram o segmento mais dinâmico do varejo, que é o de bens de consumo duráveis. Entretanto, como previsto, a partir de maio o ramo de Móveis e Eletrodomésticos sinaliza queda no ritmo de atividade, sendo o único segmento do varejo, dentre os pesquisados, a encerrar o período jan-agosto01/00 com desempenho negativo: 6,8% no indicador do volume de vendas. Esse arrefecimento revela que as medidas de racionamento adotadas pelo governo para atenuar os efeitos da crise de energia atingiram sobremaneira as vendas de eletrodomésticos. Ao racionamento de energia aliam-se ainda os indicadores conjunturais desfavoráveis, caso da alta dos juros e da desvalorização do real frente ao dólar, que acentuaram o

quadro recessivo do País, provocando retração nas vendas do segmento. Ademais, o aumento do desemprego e a ampliação dos prazos de financiamento desde o ano passado e início deste ano elevaram, nos últimos meses, a inadimplência no comércio varejista. Com os altos índices de inadimplência, o crediário torna-se mais seletivo e o prazo de parcelamento das compras, menos elástico.

Os bons resultados obtidos nos primeiros meses deste ano permitiram ao ramo de Automóveis, Motos, Partes e Peças contabilizar, no período janeiro-agosto01/janeiro-agosto00, acréscimo de 7,7% no indicador do volume de vendas. A partir do segundo semestre deste ano, o setor começa a registrar desaquecimento das vendas, o que pode ser explicado pelas incertezas na economia do País. Assim como o setor precedente, esse segmento de bens duráveis reflete de imediato as alterações na política macroeconômica. Por se tratar da comercialização de bens de maior valor agregado, as vendas financiadas dependem das taxas de juros e do crédito direto ao consumidor, normalmente responsáveis por 70% dos negócios, sobretudo no segmento de carros populares. No entanto, as seguidas crises enfrentadas pelo País, aliadas a uma política monetária recessiva, contribuíram para afetar a confiança do consumidor brasileiro. Nem mesmo as constantes promoções oferecendo descontos na aquisição do carro novo ou as feiras de automóveis realizadas nos fins de semana estão sendo capazes de reduzir os altos estoques existentes nas concessionárias e nas montadoras, as quais vêm sendo obrigadas a reduzir a jornada de trabalho e a demitir empregados. No âmbito da indústria automotiva as expectativas eram de que a produção, nos primeiros meses deste ano, atingisse o recorde histórico de 1997. Porém os resultados obtidos nos últimos meses indicam que esta projeção tenderá a não se confirmar. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) mostram que as vendas no mercado interno retraíram 7,6% no mês de agosto, em comparação com igual mês de 2000. No referente ao valor nominal, a queda foi de 3,0% nessa mesma relação, enquanto que no acumulado janeiro-agosto01/janeiro-agosto00 há um incremento de 10,9%.

Os mais otimistas fazem prognósticos para o final do ano que indicam crescimento nas vendas do

setor de Automóveis, haja vista o mesmo vir desenvolvendo maciças campanhas promocionais no sentido de sensibilizar o consumidor para a compra com redução da taxa de juros ou mesmo sua isenção.

As vendas do setor de Comércio Eletrônico, ao final deste ano, estão sofrendo o forte impacto do quadro recessivo da economia americana e também da crise política internacional. Segundo analistas, basicamente três acontecimentos provocaram queda nas vendas ao consumidor pela Internet. Primeiramente, os atentados de 11 de setembro que prejudicaram o setor de viagens aéreas; segundo, a desaceleração prolongada no mercado de ações, em razão do quadro econômico recessivo; e, por fim, a guerra de preços no setor de computadores pessoais. Também a venda de livros, música e automóveis sofreu queda. Ainda segundo esses analistas, o impacto negativo acentuado pelas previsões de lenta recuperação da economia americana deve-se estender até o primeiro semestre de 2002, implicando uma queda nas vendas *on-line* em relação às estimativas anteriores. Ainda assim, as expectativas são de que o comércio eletrônico possa se tornar, até a metade desta década, o segundo maior canal de transações no varejo, é claro, depois das lojas⁴.

Turismo

Com os últimos episódios internacionais, que envolveram principalmente os Estados Unidos, a expectativa é de crescimento da indústria do turismo no Brasil. Segundo analistas, esta deverá situar-se, até o final do ano, em 5% contra os 2% previstos anteriormente. Esse crescimento também é estimado para os vôos domésticos; assim, para o primeiro semestre, foram previstos incremento de 13% nas vendas de passagens aéreas nas linhas domésticas e queda de 5,8% nas linhas internacionais⁵. Para o segundo semestre as projeções para o mercado interno são mais auspiciosas, situando-se em torno de 20%.

Embora a política macroeconômica tenha afetado, indiscriminadamente, os diversos setores produtivos, o setor turístico vem se beneficiando de algumas medidas econômicas, mais especificamente da desvalorização do real, que tem atraído, além dos viajantes de negócios, que atuam em setores

econômicos voltados para a exportação de produtos fabricados no Brasil, a entrada de turistas estrangeiros de lazer.

Segundo a Embratur, no ano 2000 o País recebeu 5,4 milhões de turistas estrangeiros e, para o final do ano que vem, as expectativas são mais otimistas, esperando-se 6,5 milhões, com o efeito migratório decorrente dos atos terroristas, que vem criando uma nova ordem mundial no segmento turístico. Uma campanha publicitária para a qual se prevê o slogan “Se viajar é sua paixão, o Brasil é o seu destino. Sinta esta paixão”, está sendo agendada para os próximos 24 meses, buscando veicular a imagem pacífica do País para atrair mais visitantes. Estudos de algumas consultorias líderes no setor apontam o Brasil como provável roteiro de viagens, juntamente com o México e Caribe: para o turista americano, pela proximidade desses países com os Estados Unidos; para os europeus, pelo clima ensolarado dessas regiões e por dispensarem o sobrevôo do espaço aéreo dos Estados Unidos ou da zona de conflito⁶. Também o turismo interno brasileiro tende a ser estimulado diante da instabilidade da América do Norte e de alguns países da Europa em face dos últimos acontecimentos. Sendo assim, o turista brasileiro deverá migrar para rotas mais seguras, preferencialmente a interna.

Em relação ao turismo baiano, o indicador que apura o fluxo turístico de Salvador apresenta, no período acumulado janeiro-julho01/janeiro-julho00, um decréscimo de 2,0%, distribuídos em 4,7% do fluxo internacional; em 2,0% do nacional/internacional e em 0,8% do local/intra-Bahia. No tocante ao mercado emissor internacional, a Argentina se destaca como o principal, representando 24,9% do total de turistas estrangeiros, seguida dos EUA (13,3%) e, posteriormente, da Itália (9,7%). Aparecem ainda, entre os seis primeiros emissores, Portugal (9,6%), Alemanha (8,8%) e França (7,7%).

No mercado doméstico, os seis primeiros emissores representaram 82,6% do total de turistas nacionais. A própria Bahia lidera esse mercado, seguida por São Paulo (23,4%) e Rio de Janeiro (11,6%).

Vale lembrar que, apesar do otimismo quanto ao incremento do turismo brasileiro, alguns aspectos potencializam incertezas em relação ao destino Bahia, haja vista a grave crise da economia argenti-

na, principal emissor turístico estrangeiro para este estado, e a crescente crise de energia elétrica.

Quando observado um outro indicador, o que apura o número de hóspedes registrados em Salvador, o acumulado janeiro-agosto-01/janeiro-agosto00 aponta ainda variação negativa de 1,6%, demonstrando o impacto que as medidas econômicas, além de outros fatores inerentes ao próprio turismo baiano, como o fechamento provisório de algumas redes hoteleiras, têm efetivamente causado ao setor.

Embora os indicadores anteriores mostrem queda, quando observados os últimos doze meses a taxa de variação do número de hóspedes registrados nos hotéis de Salvador (inclusive Itaparica e Praia do Forte) apresenta desempenho positivo de 0,6%. Também na comparação do mês em pauta com igual período anterior, esse mesmo indicador contabiliza incremento de 17,8%, apresentando uma reversão da trajetória de queda iniciada desde maio.

Alguns empreendimentos na Bahia merecem destaque, como o complexo turístico Costa do Sauípe, que no seu primeiro ano de funcionamento vem registrando uma taxa média de ocupação de 48%, superior à expectativa inicial de 32% a 38%. A administração do complexo espera encerrar este ano com uma taxa de ocupação de 56%. Cerca de 20% dos turistas hospedados são estrangeiros, mas a meta do complexo é buscar uma proporcionalidade de 50% com turistas estrangeiros e de 50% com turistas nacionais. Atualmente, o tempo médio de permanência de cada hóspede no complexo é de cinco dias, o que equivale a um gasto diário de R\$ 280,00⁷.

No que diz respeito às ações do governo para promover o turismo baiano, cabe destacar a que visa à implementação de plano estratégico para o entretenimento, na qual se insere o turismo. Assim, com o apoio da empresa de consultoria americana Monitor Group, pretende-se orientar, com base em diagnósticos, a implantação de um *cluster* de entretenimento neste estado. Os trabalhos vêm sendo realizados pela empresa consultora no sentido de definir os agentes envolvidos, os seus respectivos papéis e o porquê e como eles devem e podem assumir a gestão dos negócios de entretenimento de forma integrada e compartilhada⁸.

Agricultura

A agricultura baiana, no ano safra 2000/2001, sofreu grandes perdas. Os principais fatores que conduziram a esse resultado insatisfatório foram a forte estiagem – que vem inviabilizando o cultivo de muitos produtos em várias áreas do semi-árido e até mesmo afetando o rendimento físico de muitos produtos na região oeste do estado – e a crise energética. Uma e outra têm efetivamente prejudicado a lavoura nos perímetros irrigados e em outros estabelecimentos particulares que utilizam a irrigação e a eletricidade como um dos principais fatores de produção.

A safra de grãos da Bahia deve diminuir em pelo menos 20%, conforme dados do LSPA/IBGE⁹. As maiores perdas foram observadas na produção de sorgo (63%), arroz (56%), feijão (50%) e milho (25%). Ao mesmo tempo, verificou-se um aumento significativo do algodão, da ordem de 23% (Tabela 1), alcançado sobretudo mediante a maior produtividade com novas cultivares, tratos culturais e manejo adequados, registrando-se que essa cultura quase não sofreu os efeitos da estiagem.

A expansão da área plantada no oeste do estado não foi suficiente para provocar resultados positivos na agricultura baiana. As estimativas da safra são de queda de produtividade para vários produtos, o que significou, no caso da soja, uma redução de aproximadamente 7% no total obtido, contra 10% de ampliação na área plantada e queda de 15% no rendimento físico.

Em relação às culturas tradicionais mais importantes para a agricultura do estado, tais como mandioca, cana-de-açúcar, cacau e café, praticamente todos os resultados foram negativos, com exceção do café. A estiagem levou a uma redução significativa da área, do rendimento e, conseqüentemente, da produção da mandioca. Enquanto isso, as oscilações negativas dos preços do açúcar e do álcool fizeram com que se retraíssem a área plantada e a produção, apesar de a produtividade ter apresentado bons resultados. Para o cacau, a ausência do cumprimento do acordo de revitalização da lavoura tem implicado o atraso da execução da clonagem prevista, bem como dos tratos culturais necessários. Dessa forma, não só se tem reduzido ainda mais a sua produção como vêm sendo erradicadas algumas áreas dessa cultura.

Os resultados da ampliação da lavoura cafeeira podem ser observados em várias regiões da Bahia, verificando-se que tem crescido não só o consórcio do café com o cacau como a substituição deste pelo primeiro. As novas áreas cafeeiras plantadas com a variedade *conillon*, na região sul e Chapada Diamantina, e a expansão da área plantada com a variedade *arabica*, nos cerrados, permitem expectativas de maior produção de café de melhor qualidade num futuro próximo. Neste ano, o resultado foi positivo, apesar de os preços encontrarem-se em um patamar muito baixo, tendo a produção crescido cerca de 9% e a área e o rendimento, aproximadamente, 4%, incentivados principalmente pela expansão referida.

Com este mau desempenho, a participação da agricultura baiana no total produzido no País tem caído consideravelmente. Dentre as lavouras mais importantes em termos de valor bruto da produção para a agricultura da Bahia e que mais reduziram sua proporção, registram-se o cacau, feijão, mandioca e milho (Tabela 1).

Assim como a estiagem prejudicou a produção neste ano, a crise energética também contribuiu para que este resultado fosse ainda pior, como visto anteriormente. A agropecuária é sensível ao racionamento devido à sazonalidade de alguns produtos – o que faz com que em determinados meses sejam consumidas grandes quantidades de energia – e ao fato de que em algumas atividades racionar significa, automaticamente, reduzir a produção. Vários exemplos podem ser citados: a ordenha das vacas

Tabela 1
Rendimento, produção e área plantada dos principais produtos agrícolas na Bahia e sua participação no total do Brasil Setembro, 2000/2001

Produtos	Área		Rendimento		Produção	
	00/01-BA (1)	00/01-BA (1)	00/01-BA (1)	% BR-00 (2)	% BR-00 (3)	
Algodão	1,5	21,5	23,3	6,6	6,1	
Cacau	-5,3	-2,6	-7,9	71,3	67,5	
Café	4,3	4,1	8,6	3,4	4,0	
Cana	-5,3	2,0	-3,4	1,5	1,4	
Feijão	-26,8	-44,6	-50,1	17,8	11,0	
Mandioca	-2,7	-1,1	-3,9	17,8	16,4	
Milho	-13,3	-10,0	-24,9	4,2	2,4	
Soja	9,8	-15,0	-6,7	4,6	3,8	

Fonte: IBGE-LSPA

Nota: (1) Variação Percentual entre os anos 2000 e 2001 para a Bahia

(2) Participação da produção total da Bahia na produção total do Brasil para o ano 2000

(3) Participação da produção total da Bahia na produção total do Brasil para o ano 2001

e o resfriamento do leite; o armazenamento de grãos em silos (secagem); fruticultura; grãos e café irrigados; iluminação em granjas, incubadoras e chocadeiras (avicultura); e muitos outros.

Paralelamente à agricultura, a bovinocultura baiana obteve o certificado de zona livre de febre aftosa com vacinação, o que beneficia os produtores na venda do seu produto, principalmente para o mercado nacional. Para atingir o mercado exterior, geralmente é necessária a certificação de zona livre sem vacinação e um grande aparato de frigoríficos e abatedouros com certificação de qualidade e higiene. Tendo em vista essa exigência muitos esforços devem ser implementados para atendê-la, visando favorecer a atividade e, a exemplo de em outras épocas, tornar a pecuária um grande negócio no estado.

Apesar de todos os fatores negativos para a agropecuária baiana neste ano, o retorno de uma empresa processadora de tomates no submédio São Francisco e a introdução de novas atividades têm promovido expectativas quanto ao aumento da produção e à diversificação da matriz produtiva, incentivando os produtores a buscar novas alternativas de renda. A piscicultura ao longo do rio São Francisco, o aumento da exportação de camarões, a agricultura orgânica e a floricultura, dentre outras, apresentaram-se como novas atividades voltadas para mercados específicos e como nichos que remuneraram a produção com alta rentabilidade.

Índice de Preços ao Consumidor

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) Salvador registrou, em setembro de 2001, uma variação positiva de 1,2%, sendo este o último resultado apurado pela SEI até a presente data. Tal resultado foi superior tanto ao observado no mês anterior (0,7%) quanto ao de setembro/00 (0,6%). Com o aumento de 1,2%, a inflação na capital baiana já atingiu o patamar de 5,6% no ano (janeiro-setembro/01), menor em 0,03 ponto percentual do que os 6,9% alcançados em período idêntico de 2000. Em doze meses, o IPC ficou menor em 1,8 ponto percentual que o apurado em igual período do ano anterior, 6,9% e 8,7%, respectivamente.

É importante salientar que, de acordo com o plano de metas do governo federal e FMI, a meta infla-

cionária para este ano era de 4,0%, com tolerância de dois pontos percentuais para mais ou para menos, ou seja, o índice oficial (IPCA calculado pelo IBGE) deveria ficar entre 2,0% e 6,0%. Porém, no novo acordo com o FMI, assinado em agosto deste ano, o governo já mudou a previsão e admite que a inflação será de 5,8%, que é o centro da meta. Por sua vez, o Fundo admite que no intervalo de 3,8% e 7,8% a meta estará cumprida. Vale destacar que o câmbio é o principal responsável por essa nova previsão de inflação. No que diz respeito ao IPC/SEI, o acumulado no ano (janeiro-setembro) já atingiu o patamar médio de 5,6%, e o total acumulado em 2001 deverá estar no limite superior do plano de metas, ou seja, em torno de 7,8%.

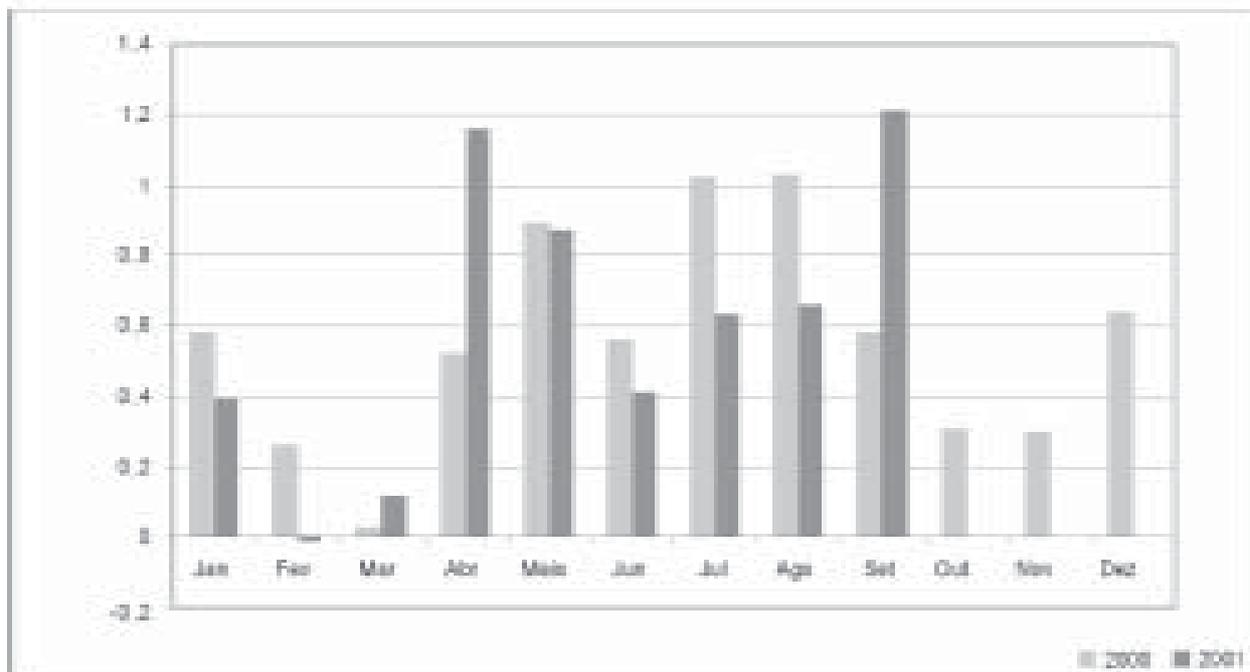
Analisando os resultados do IPC/SEI alcançados no período compreendido entre janeiro e setembro de 2001, verificou-se que esse indicador superou os apresentados no mesmo período do ano passado em apenas três meses – março, abril e setembro (ver Gráfico 2) – e que as diferenças são muito expressivas.

Em março/01, houve uma acentuada elevação (0,12%) frente ao índice do mesmo período de 2000 (0,03%), em virtude das pressões advindas dos aumentos nos *Alimentos e Bebidas* (0,74%) – grupo de maior peso no orçamento doméstico (30,0%) – comprimidos pelos expressivos reajustes de feijão, carne bovina, óleo de soja e frango, e no de *Saúde e Cuidados Pessoais* (2,35%), este último em decorrência das majorações dos produtos farmacêuticos e planos de saúde.

Em abril/01, o IPC teve um aumento significativo de 1,16% contra o menos elevado 0,52% de abril de 2000. Este resultado derivou principalmente das elevações do grupo de *Alimentos e Bebidas* (1,39%), devido aos acentuados aumentos do feijão, leite e pão de sal, destacando-se em seguida o de *Vestuário* (2,19%), decorrente da entrada da moda outono-inverno e o de *Despesas Pessoais* (1,85%), influenciado pelas majorações no salário do empregado doméstico, livros didáticos e diárias de hotel.

Em setembro/01, a alta de 1,21% do IPC deveu-se principalmente à elevação de preço da tarifa de ônibus urbano (11,11%), que pressionou o IPC desse mês em 0,36 ponto percentual. A pressão dos demais produtos para este resultado foi mais suave, visto que têm um peso menor na composição desse indicador. Foram eles: camiseta/blusa/blusão (9,33%),

Gráfico 2
IPC Salvador – Variações Mensais
2001/2000



Fonte: SEI

saia de adulto (9,00%), vestido (8,32%), sandália feminina (12,71%), calça comprida feminina (4,54%) e roupa de cama (6,75%).

Maiores pressões (vilões)

Vale salientar que todos os produtos/serviços denominados de vilões tiveram aumentos de preços acima da taxa média acumulada do IPC/SEI (5,57%), podendo ser considerados como os princi-

pais responsáveis pela elevação da taxa de inflação em 2001, em Salvador. Em primeiro lugar, destacou-se o feijão mulatinho com um expressivo aumento de 38,0%, que teve como causa a queda de safra. Os produtos/serviços administrados pelo governo federal continuaram pressionando fortemente o IPC, a saber: tarifas de telefone (18,0%), energia elétrica (15,0%) e planos de saúde (12,0%) e gasolina (9,0%). Destacaram-se também ônibus urbano (11,0%), salário do empregado doméstico

Tabela 2
Índice de Preços ao Consumidor
Variações Mensais
Salvador, 2001

Grandes Grupos	Variações Mensais (%)									
	jan	fev	mar	abr	maio/ jun	jul	ago	set	out	Jan/ Set
1. Alimentos e Bebidas	0,77	0,21	0,74	1,39	0,32	0,46	0,62	1,23	0,27	6,19
2. Habitação e Encargos	-0,48	0,70	0,04	1,37	2,27	0,74	0,56	0,25	0,38	5,95
3. Artigos e Residência	0,52	-1,70	1,11	-0,05	0,17	0,06	0,07	0,52	1,70	2,40
4. Vestuário	-3,27	-2,26	-2,38	2,19	2,53	0,94	-2,73	-0,15	2,70	-2,64
5. Transp. e Comunicação	2,45	1,14	0,21	0,01	0,03	0,29	3,81	1,22	2,39	12,08
6. Saúde e Cuid. Pessoais	0,12	1,15	2,35	0,67	0,86	-0,65	0,62	-0,12	0,55	5,66
7. Despesas Pessoais	1,66	0,51	-0,47	1,85	0,86	0,48	0,86	0,34	0,84	7,13
Geral	0,39	-0,01	0,12	1,16	0,87	0,41	0,63	0,66	1,21	5,57

Fonte: SEI

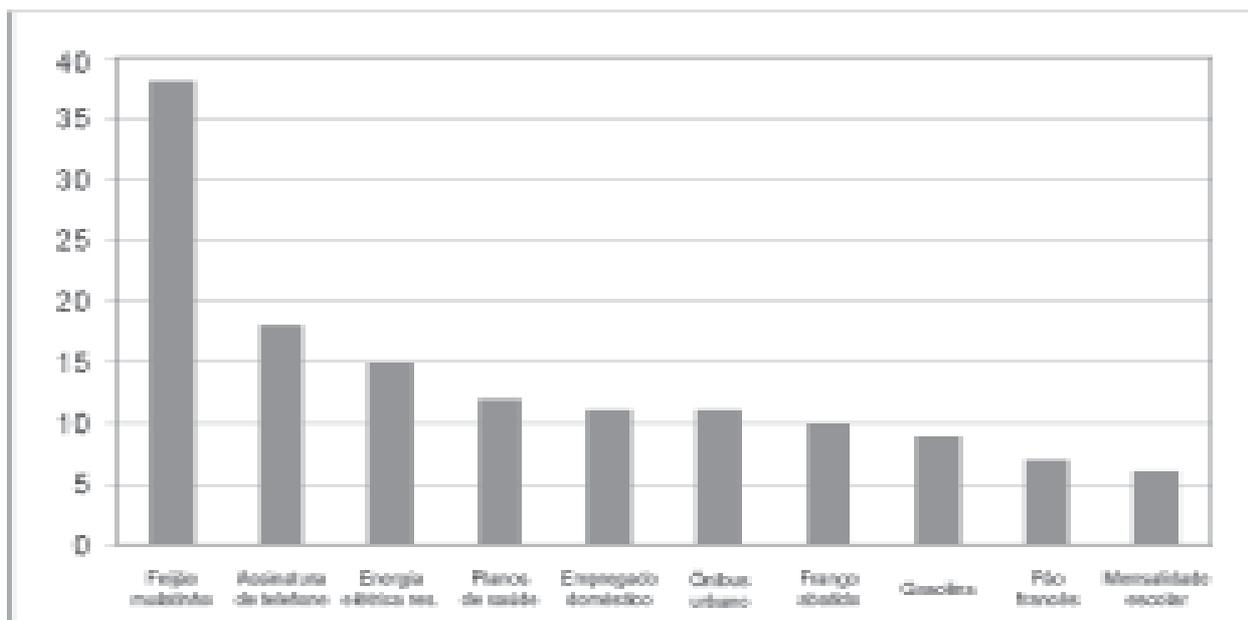
(11,0%), frango abatido (9,0%), pão francês (7,0%) e mensalidade escolar (6,0%).

O Gráfico 3 relaciona os produtos/serviços que mais pressionaram o IPC/SEI no período janeiro-setembro/01.

Os decréscimos de preços

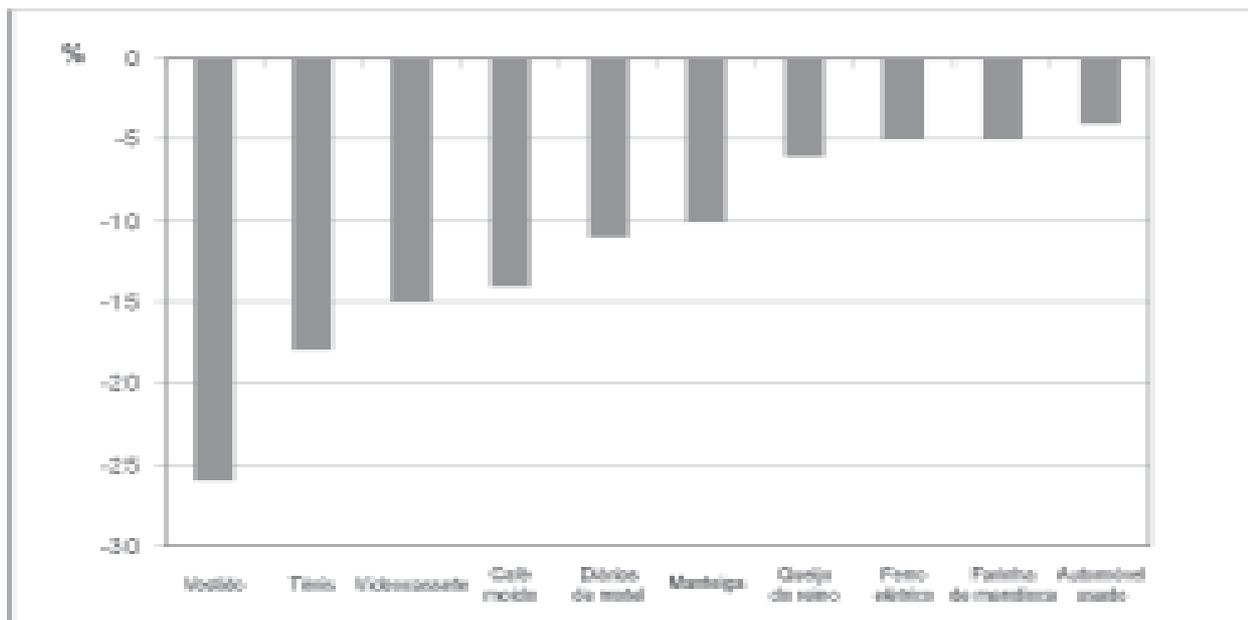
Os principais produtos que contribuíram para atenuar o crescimento do IPC/SEI no período enfocado (janeiro-setembro/01) foram: vestido (-26,0%), tênis de adulto (-18,0%), videocassete (-15,0%), café mo-

Gráfico 3
IPC Salvador – Maiores Previsões (Vilões)
Varição Acumulada - janeiro/setembro - 2001



Fonte: SEI

Gráfico 4
IPC Salvador – Maiores Decréscimos de Preços
Varição Acumulada - janeiro/setembro - 2001



Fonte: SEI

ido (-14,0%), diárias de motel (-11,0%), manteiga (-10,0%), queijo do reino (-6,0%), ferro elétrico (-5,0%), farinha de mandioca (-5,0%) e automóvel usado (-4,0%).

O Gráfico 4 relaciona os produtos/serviços que apresentaram os maiores decréscimos de preços, de acordo com o IPC/SEI.

Comércio exterior

A instabilidade da economia mundial, nos últimos meses, refletiu-se sobre o comércio exterior do Brasil, principalmente, com a recessão norte-americana, a crise Argentina e a incerteza decorrente dos atentados terroristas de 11 de setembro.

O resultado acumulado da balança comercial brasileira de janeiro a setembro de 2001 apresentou-se superavitário, com saldo de US\$ 1,25 bilhão, tal como em 2000. As exportações alcançaram US\$ 44,4 bilhões, apresentando um aumento de 7,2% em relação a janeiro a setembro de 2000, enquanto que as importações cresceram 5,9%, em relação ao acumulado do ano, registrando US\$ 43,1 bilhões.

Os destaques que ocasionaram o incremento nas exportações foram: o aumento das vendas de produtos básicos (no acumulado, US\$ 11.893 milhões) e manufaturados (no acumulado, US\$ 24.894 milhões); a ampliação das exportações para a Europa Oriental (100,3%), Oriente Médio (52,4%) e África (42,6%), em relação ao acumulado do ano em 2000; e o crescimento relativo, acima de 100%, dos seguintes produtos: petróleo bruto, milho em grão, carne suína, açúcar em bruto, óleos combustíveis e açúcar refinado.

No que se refere aos índices de preços, foi registrada uma queda de 2,2%, influenciada pelos produtos básicos (-7,7%) e semimanufaturados (-7,9%), enquanto que os produtos manufaturados apresentaram crescimento de 1,4%.

O comércio exterior baiano apresentou, no período de janeiro a setembro de 2001, um bom desempenho, com as exportações alcançando US\$ 1,6 bilhão, ou seja, com um crescimento de 6,2% em relação a igual período de 2000. As importações cresceram 16,1%, somando US\$ 1,8, devido, principalmente, ao preço do petróleo e à internalização de automóveis pelo Porto de Salvador.

A recuperação da atividade econômica e a internalização de automóveis pelo Porto de Salvador, em 2001, destacam-se como os principais responsáveis pelo saldo deficitário na balança comercial da Bahia. Observa-se que esse déficit vem ocorrendo desde 2000, esperando-se que haja uma reversão quando o segmento de automóveis entrar para a pauta de exportação.

Tabela 3
Balança Comercial
Bahia, Janeiro/Setembro

US\$ milhões			
Discriminação	2000	2001	Var. %
Exportações	1.507.593	1.600.331	6,2
Importações	1.552.148	1.801.852	16,1
Saldo	(44.554)	(29.224)	—
Corrente de Comércio	3.059.741	3.402.183	11,2

Fonte: SECEX/MDIC
Elaboração: GEAC/SEI

Os segmentos que mais se destacaram nesse período foram os produtos agropecuários e semi-manufaturados, cujos preços no mercado internacional vêm apresentando uma ligeira recuperação. Com relação à participação desses segmentos, os Químicos e Petroquímicos (26,12%) continuam liderando, seguidos por Derivados de Petróleo (25,48%) e Papel e Celulose (10,18%).

O segmento Derivado de Petróleo contribuiu de forma significativa para o crescimento do volume total das exportações baianas, apresentando um incremento de 118,13%, superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. Os Químicos e Petroquímicos, apesar de evidenciarem queda no volume das vendas externas, nesse período, de 13,9%, constituem-se no segmento que agrega maior valor para o comércio exterior baiano, com participação de 26,2%. Já o Papel e Celulose tem se destacado nos últimos anos: até o mês de setembro apresentou um volume exportado de 26,11%.

O principal destino das vendas externas da Bahia são os EUA, com uma participação de 30%, vindo a seguir a União Européia e o Mercosul, no qual se destaca a Argentina, que responde por 14% exportações baianas.

O crescimento do comércio exterior da Bahia foi de 11,2%, refletindo-se nas atividades de logística e armazenagem. As empresas desse setor estão investindo na implantação e ampliando suas instalações, caso da Estação Aduaneira, que tem como

Tabela 4
Exportações Baianas – Principais Segmentos
Janeiro/Setembro, 2000/2001

NCM/Produtos	Peso (Ton)		Var. (%)	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2000	2001		2000	2001		
Químicos e Petroquímicos	851.425	783.476	-7,98	486.034	418.425	-13,91	26,15
Derivados de Petróleo	1.162.981	2.645.609	127,49	186.906	407.702	118,13	25,48
Papel e Celulose	384.309	362.078	-5,78	220.726	162.884	-26,21	10,18
Grãos, Óleos e Ceras Vegetais	512.415	585.991	14,36	114.433	131.258	14,70	8,20
Metalúrgicos	206.232	172.918	-16,15	132.361	121.112	-8,50	7,57
Cacau e Derivados	46.432	44.508	-4,14	77.322	68.534	-11,37	4,28
Minerais	159.119	130.514	-17,98	85.526	67.689	-20,86	4,23
Sisal e Derivados	56.761	62.901	10,82	30.996	32.317	4,26	2,02
Couros e Peles	5.306	6.910	30,23	17.089	22.289	30,43	1,39
Frutas e Suas Preparações	27.702	29.390	6,09	21.160	20.564	-2,82	1,28
Fumo e Derivados	3.271	2.503	-23,48	11.274	10.858	-3,69	0,68
Demais Segmentos	513.336	536.561	4,52	123.756	136.699	10,46	8,54
Total	3.929.289	5.363.359	36,50	1.507.583	1.600.331	6,15	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, Dados coletados em 26/10/2001
 Elaboração: PROMO - CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA

objetivo atender ao volume exportado de sucos e frutas da região de Juazeiro bem como ao aumento dos fluxos dos produtos do Pólo Petroquímico de Camaçari. Outro fator responsável pela expansão dessas empresas é a consolidação do Pólo Automotivo em Camaçari, com a implantação da Ford e Monsanto, entre outras.

Análise das *commodities*

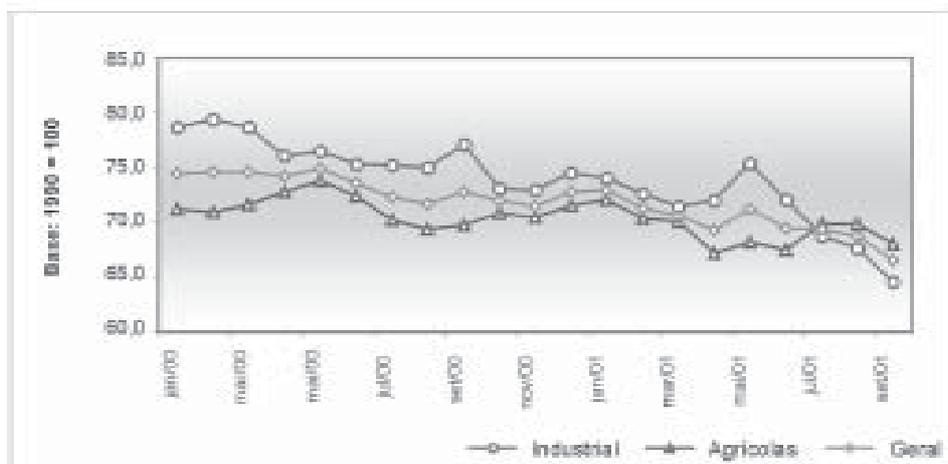
A análise das *commodities* consiste em verificar a tendência dos seus preços no mercado internacional, relacionando-os com o comportamento das ex-

portações baianas por segmento. No período analisado, janeiro/2000 a setembro/2001, os índices das *commodities*, industrial, agrícola e geral, apresentaram oscilações com tendência à queda. As variações mensais de setembro/2001 em relação a setembro/2000 foram, respectivamente, -16,3%, -2,4%, -8,7%.

Essa queda relativa dos preços das *commodities* industriais influenciou principalmente os segmentos Químicos e Petroquímicos e Metalúrgicos, que registraram queda no volume de vendas: respectivamente 7,9% e 15,2%, no acumulado, no ano. Por outro lado, a desvalorização cambial afetou positivamente as exportações de Derivados de Petróleo (Gráfico 7), que cresceram 127,5% em quantidades e 118,3% em valores no período correspondente a jan-set/2001, se comparadas com a de igual período do ano anterior (Tabela 4).

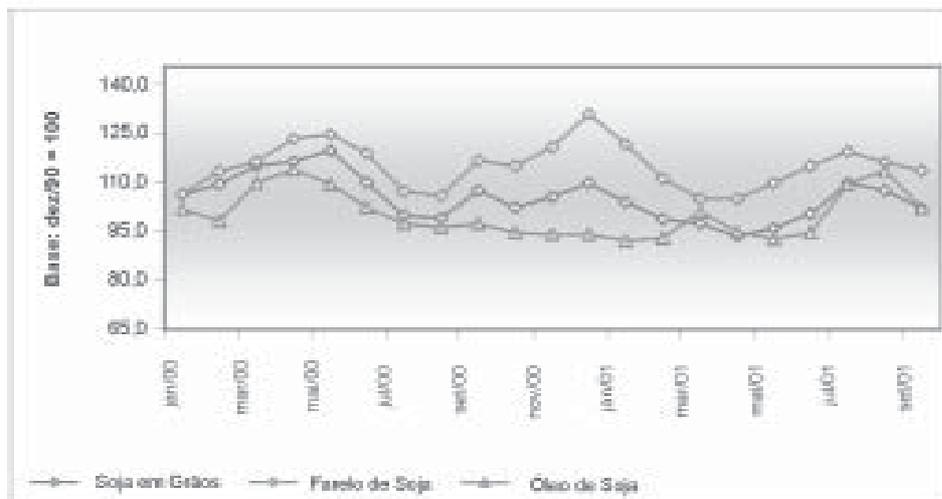
Já os índices do complexo soja, derivados do conjunto dos produtos soja em grãos, farelo de soja e óleo de

Gráfico 5
Índices de Commodities



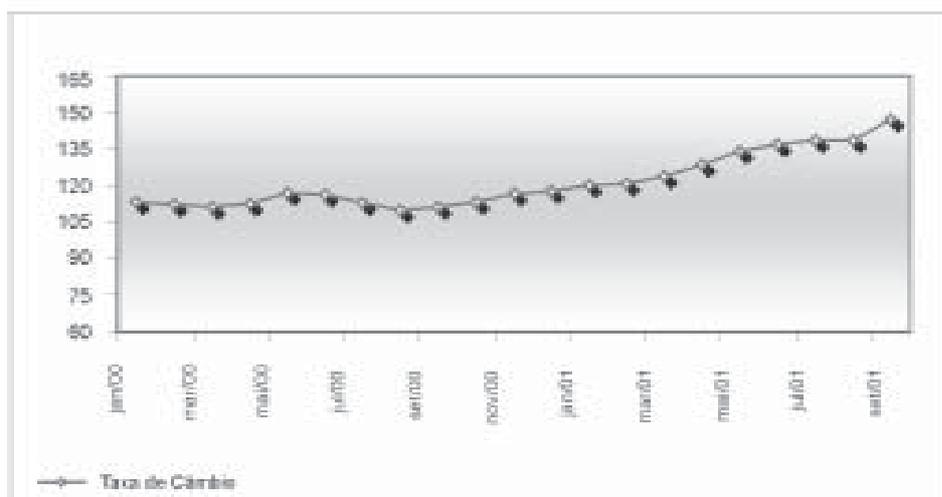
Fonte: FGV/DADOS

Gráfico 6
Índices de Commodities
Complexo de Soja



Fonte: Revista Saneamento Econômico

Gráfico 7
Índice de Taxa de Câmbio (R\$/US\$)



Fonte: FGV DADOS

soja, têm apresentado oscilações bastante discrepantes. Essas turbulências dão-se sobretudo nos períodos de safra, bem como nas ocasiões das demandas mundiais. Entre setembro/2001 e setembro/2000 esses índices foram, respectivamente, de -5,1%, -2,5% e 4,9%, manifestando, ao longo do período, uma tendência de queda. Essa queda nos preços teve fortes efeitos no incremento do volume das exportações do segmento de Grãos, Óleos e Ceras Vegetais, que, no acumulado do ano (até setembro de 2001), registrou um crescimento de 14,4%.

Os índices dos preços de *commodities* do cacau vêm apresentando, em 2001, uma tendência de

crescimento em relação ao ano anterior. Só na variação mensal esse índice aumentou 20,5%, o que atenuou a queda nas vendas externas do segmento de Cacau e Derivados, apresentando no acumulado do ano 4,1%. Já, os índices do café em grãos e algodão, também têm evidenciado tendências de queda, devido às variações bastante acentuadas nos preços no mercado internacional.

As variações nos preços das *commodities* têm acarretado alterações tendenciais no comportamento de alguns segmentos, devido à sazonalidade, crises econômicas nas economias mundiais, desvalorização cambial, dentre outros fatores. A tendência da taxa de câmbio, observada no Gráfico 7, apresenta-se ascendente, o que decorre principalmente das expectativas e incerteza do comporta-

mento na economia mundial, além de vir sofrendo, desde 2000, algumas desvalorizações. A curva da taxa de câmbio deveria provocar, dentre outros efeitos, o aumento das exportações, mas isso não ocorre dada a pouca competitividade de alguns produtos no mercado mundial.

Perspectivas para o comércio exterior baiano

As perspectivas para o comércio exterior da Bahia para o próximo ano são de continuidade da trajetória de crescimento, tanto das exportações quanto das importações. No caso das exportações, essas

estimativas se fundamentam na entrada de novos segmentos, como os automóveis, calçados, produtos de informática, além de na maior agregação de valor nos produtos já exportados, como sisal e rochas ornamentais.

Para assegurar a continuidade e o crescimento das exportações, a Bahia conta com o apoio da Agência de Promoção de Exportação (Apex), subsidiária do Sebrae, que já contabiliza 35 projetos concluídos e 11 aprovados para este ano. O volume de recursos alocado para esses projetos alcança R\$ 144 milhões, a serem distribuídos, ao longo de quatro anos, aos setores de maior competitividade – que apresentem diferencial internacional e busquem inserir-se no comércio exterior – e às pequenas e médias empresas.

As importações deverão continuar crescendo por dois motivos principais, o desenvolvimento econômico do Estado e a demanda do pólo automotivo. Esta última deverá induzir, num primeiro momento, um volume significativo de insumos importados e a internalização de automóveis pelo porto de Salvador.

Além da própria competitividade dos setores, outros elementos podem contribuir para um acentuado crescimento do volume das exportações baianas, como o aumento do número de empresas exportadoras (em 2001, aproximadamente 30 empresas respondiam por 75% das vendas externas), através

da redução dos custos tributários e da simplificação financeira e de logística, conforme proposta da Câmara de Comércio Exterior (Camex). Além disso, outros pontos fundamentais estão ligados à melhoria da infra-estrutura em geral, que ainda permanece deficiente.

O incremento do volume das exportações e a geração de superávits deverão possibilitar ao Brasil crescer a taxas adequadas às exigências de geração de emprego e renda, e afastar, dessa forma, a restrição externa que tem impedido uma trajetória sustentável de crescimento da economia desde 1995.

Finanças

Desde que a Lei de Responsabilidade Fiscal passou a normatizar a gestão fiscal responsável, busca-se uma ação planejada e transparente para evitar riscos e desvios capazes de afetar as contas públicas. Dessa forma, a excelência na arrecadação fiscal e o uso adequado dos recursos disponíveis passaram a ser fundamentais para o desenvolvimento do Estado. A LRF obriga os estados a respeitar limites não apenas com gastos com pessoal, mas também com endividamento. A contratação de novos créditos fica proibida até que a dívida esteja dentro de limites máximos, o que ainda está por ser fixado pelo Senado Federal.

Tabela 5
Situação Fiscal dos Estados
Comparação 1997 e 2000 (em R\$ mil)

UF	Resultado primário 1997	Resultado primário 2000	Pessoal/ RCL* 1997 (%)	Pessoal/ RCL 2000 (%)	Dívida/RCL 1997	Dívida/RCL 2000
Bahia	-299.269	76.064	52,5	41,0	2,39	1,46
Ceará	-152.648	-65.912	61,2	42,6	1,90	1,04
Distrito Federal	149.180	374.830	74,7	38,0	0,30	0,41
Espírito Santo	-382.930	-29.776	65,2	55,5	1,55	0,87
Goiás	-182.458	219.561	61,7	46,2	4,86	3,06
Minas Gerais	-986.505	116.022	80,0	66,6	3,93	2,41
Pernambuco	20.914	38.000	70,9	62,6	1,98	1,36
Paraná	-1.225.228	920.250	78,4	44,7	2,22	1,30
Rio de Janeiro	-793.229	830.867	84,1	39,9	4,59	2,20
Rio Grande do Sul	-864.881	-401.756	85,2	61,7	3,75	2,57
Santa Catarina	50.671	354.073	69,1	52,0	2,83	1,47
São Paulo	1.202.180	2.128.097	64,3	49,3	3,03	2,38
Total**	-3.395.426	6.178.248				

Fontes: Gazeta Mercantil, STN, Bacen, IBGE, Relatórios de Gestão Fiscal do Estados

* RCL = Receita Líquida Corrente (arrecadação fiscal + receita de transferência de tributos)

** Corresponde ao valor agregado dos 27 estados brasileiros

Tabela 6
Desempenho da Arrecadação de ICMS por Atividade Econômica
Bahia, Janeiro-Junho/00 e Janeiro-Junho/01
Em valores constantes de junho de 2001^a

Atividades	Jan-Jun 2000 (%)	Jan-Jun 2001 (%)	Varição (%)
Agríc., Pec., Silv. e Expl. Florestal	1,13	0,84	-20,38
Industria Extrativa	1,50	1,52	9,17
Indústria de Transformação	50,22	48,99	4,43
Produção. e Distrib. de Elet. Gás e Água	8,25	8,55	10,92
Com., Reparação Veic. Auto., Obj. Pes.	22,14	21,00	1,55
Transp. Armaz. e Comunicações	10,87	12,74	25,44
Outras	5,89	6,36	-
Total	100,00	100,00	7,05

Nota ^a: Deflator = IGP-DI
 Fonte: SEFAZ - RLSTA 272
 Elaboração: GEAC/SEI

Em 2000, a Bahia foi um dos estados da Federação que fecharam suas contas com superávit fiscal primário, conceito que não contabiliza o impacto dos juros. Nos últimos anos, os governos estaduais avançaram no controle de sua situação fiscal e, em apenas três anos, a receita corrente líquida agregada de todos os estados brasileiros cresceu 47% (sobre 1997), o equivalente a uma expansão real de 14%.

A Bahia teve, no ano 2000, a mais baixa relação entre despesas com pessoal e receita corrente líquida, e uma redução na relação dívida estadual e receita corrente líquida, seguindo as recomendações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já nos dois primeiros quadrimestres de 2001, o estado da Bahia arrecadou R\$ 5,02 bilhões, equivalentes a 68,8% da previsão orçamentária para o ano. O comportamento das Receitas Correntes, compostas fundamentalmente pela arrecadação de tributos estaduais – principalmente ICMS – e transferências federais – no caso FPE –, é o melhor referencial para fazer-se inferências sobre o desempenho fiscal do estado. O ICMS, sozinho, representa cerca de 95% da arrecadação de receita tributária do estado da Bahia. Assim, o resultado de Receitas Correntes superou a previsão original em 5,1% no período.

Avaliando o comportamento da arrecadação de ICMS nos últimos doze meses na Bahia, pode-se afirmar que os resultados vêm-se mostrando estáveis, mantendo-se os ganhos obtidos em 1999 e 2000, conforme se observa no gráfico a seguir. No entanto, considerando o total de arrecadação do ICMS e as transferências advindas do FPE, base de sustentação da Receita Corrente, percebe-se tendência crescen-

te, com superação das metas fiscais estabelecidas, respectivamente, em 9,8% e 11,4%.

As atividades econômicas que representaram significativo aumento na arrecadação foram Transporte, Armazenagem e Comunicações (sobretudo telecomunicações), Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água e as Indústrias Extrativas (sobretudo a extração de petróleo). A Indústria de Transformação mantém-se como a atividade de maior arrecadação no estado, com cerca de 50% de participação no total arrecadado.

Assim, o Resultado Fiscal Primário até o segundo quadrimestre do ano – período de janeiro a agosto de 2001 – ficou em R\$718.524 mil, com um incremento de R\$244.932 mil sobre R\$473.592 mil do quadrimestre anterior, período de janeiro a abril de 2001. A performance foi satisfatória, com as Receitas Correntes alcançando um total de R\$ 5.021.596 mil, superando as Despesas Correntes de R\$ 3.986.353 mil e resultando num superávit corrente de R\$ 1.035.244 mil. O superávit orçamentário total foi de R\$ 471.587 mil. A análise dos valores relativos aos grandes itens de Despesa em relação à Receita Corrente Líquida mostra uma poupança de 24,93%, com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o período de janeiro a agosto de 2001, primeiro e segundo quadrimestres.

Tendências e mudanças estruturais

Como mostrado anteriormente, no ano 2001 o PIB baiano registrará mais um resultado positivo, perfazendo dez anos de crescimento consecutivo.

Nesse período, o agregado estadual acumulou crescimento de 28,0%, prevendo-se uma nova aceleração a partir de 2002, que deverá prosseguir até 2011.

Vale lembrar que os mais importantes investimentos previstos para o estado – exemplos da Ford, Monsanto, indústria calçadista e de plásticos, investimentos hoteleiros – já estão em fase avançada de implantação ou, em alguns casos, em operação. Nessa perspectiva, podemos afirmar que o panorama macroeconômico dos anos 1990, caracterizado por processos de reestruturação produtiva, pela abertura comercial, estabilidade proporcionada pelo Plano Real, privatizações e reforma do setor público, foi bastante benéfico para o estado. Como resultado, o PIB baiano deverá dar início a uma nova fase de crescimento sustentado, com perspectivas de taxas de crescimento mais expressivas.

Uma análise dos indicadores socioeconômicos da Bahia revela contrastes marcantes do estado, onde se observa uma economia de estrutura compatível com áreas desenvolvidas versus uma estrutura de emprego característica de áreas com pouca dinâmica econômica mercantil e capitalista.

Considerando-se a previsão de taxas mais elevadas para o crescimento de PIB nos próximos anos, a que se aliam uma nova dinâmica demográfica, investimentos no setor social e um novo perfil político do Brasil e, conseqüentemente, da Bahia, a expectativa é de que se deverão processar profundas transformações na estrutura econômica e social deste estado, a saber:

- Diversificação da agricultura – deverá ser mantida a tendência a reduzir-se a condição de dependência de poucos produtos, tendo em vista o surgimento de outros.
- Modernização, diversificação e integração em cadeias de agroindústrias – deverão propiciar uma menor dependência das condições climáticas.
- Estrutura industrial menos dependente do setor químico (que hoje representa cerca de 50% do valor agregado da indústria) – o aporte de megainvestimentos, a exemplo da Ford, Monsanto, Veracel etc. tenderá a alterar esse quadro.
- Adensamento industrial no interior e reconcentração na RMS – possibilidade de formação de

Tabela 7
Projeções do PIB
Bahia, 2001/2011

(%)

	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB Bahia (*)
2001	-13,0	0,8	2,7	0,4
2002	1,7	3,2	3,3	3,1
2003	1,7	3,6	3,6	3,4
2004	1,7	4,0	3,8	3,7
2005	1,7	3,6	3,9	3,6
2006	1,7	4,7	3,6	3,9
2007	1,7	3,7	3,7	3,5
2008	1,7	3,7	3,9	3,6
2009	1,7	3,7	4,1	3,7
2010	1,7	3,7	4,2	3,8
2011	1,7	3,7	4,4	3,9

Fonte: SEI

cadeias industriais (química e alimentar) e turismo, principalmente em Porto Seguro, Litoral Norte e Baixo Sul em um primeiro momento, e, logo a seguir, na Chapada Diamantina.

- Maior qualificação da força de trabalho – universalização do ensino formal (fundamental, médio e superior) e contínua promoção de cursos de treinamento para as novas indústrias.

Concluindo, tem-se pela frente um quadro promissor de mudanças econômicas, sociais e demográficas, que deverão melhorar os indicadores sociais (elevação da renda, queda das taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida ao nascer), aumentar a arrecadação de impostos e alterar a dinâmica espacial do estado da Bahia, inserindo-o em novos circuitos econômicos mundializados. A importante e fundamental promoção de um desenvolvimento sustentável e saudável está assim na linha de mira, mas ainda requer muito para concretizar-se, dada a implicação de uma efetiva melhoria na distribuição da riqueza, projeto na direção do qual é necessário caminhar.

Notas

1 Com base nos resultados apresentados no site www.anp.gov.br para produção da RLAM no estado da Bahia.

2 *Valor Econômico*, 18/09/01.

- 3 *Brasil em Exame*, 2000
- 4 *Gazeta Mercantil*, 06/11/01.
- 5 *Revista Turismo em Número*, ABAV, set/01, ano I, edição nº 01.
- 6 *Valor Econômico*, 29/10/01.
- 7 *Gazeta da Bahia*, 25/10/01.
- 8 Turismo no século XXI: *Cluster de Entretenimento. Pronunciamentos do Secretário da Cultura e Turismo da Bahia*, Paulo Gaudenzi.
- 9 Em relação ao ano safra anterior.

* Participaram da elaboração do artigo os seguintes economistas da SEI:
Gustavo Casseb Pessoti, Ítalo Guanais Aguiar Pereira,
Carla Janira Souza do Nascimento,
Zélia Góis, Maria de Lourdes Caires dos Santos,
Arno P. Schmitz, Vânia Maria Moreira,
Roberta Lourenço, Luiz Mário Ribeiro Vieira e
Cláudia Monteiro Fernandes.

RESUMO EXECUTIVO

EFEITOS IMPULSIONADORES

INDÚSTRIA

- Dinamismo dos setores industriais exportadores – principalmente o segmento metalúrgico e de papel e celulose –, diante da recuperação dos preços de *commodities* e do reaquecimento da demanda interna e externa.
- Reaquecimento da indústria química a partir do terceiro trimestre, por conta de implantação de nova unidade da RLAM.

AGROPECUÁRIA

- Novas formas de incremento da renda agrícola (piscicultura, floricultura, etc.).

COMÉRCIO

- Crescimento no volume de vendas (1,2%) no período janeiro-agosto01/janeiro-agosto00.
- Destaque para o setor Demais Artigos de Uso pessoal e Doméstico, cujo desempenho situa-se em 8,3%.
- Expectativas de aumento, em torno de 10%, das vendas de Natal.
- Maior dinamismo do subgrupo Hipermercados e supermercados com crescimento de 3,4%.
- Crescimento das pequenas redes supermercadistas.

COMÉRCIO EXTERIOR

- Crescimento do fluxo de comércio.
- Entrada de novos segmentos na pauta de exportação.
- Recuperação dos segmentos Derivados de Petróleo; Couros e Peles; Grãos, Óleos e Ceras Vegetais.

EFEITOS RESTRITIVOS

- Contribuição negativa na formação da taxa global da indústria por parte do setor químico, bastante influenciado pela menor produção de PVC e óleos lubrificantes.
- Aumento dos preços internacionais dos derivados do petróleo.
- Parada para manutenção numa unidade petroquímica, que reduziu o fornecimento de eteno, com sucessiva queda na produção e venda de polietileno.
- Seca.
- Crise energética.
- Baixos preços (feijão, mamona, etc.).
- Racionamento de energia elétrica inibe vendas no varejo.
- Alta taxa de juros – 19,0% ao ano.
- Desaceleração do comércio eletrônico provocado pelos últimos acontecimentos internacionais.
- O setor de automóveis, motos, partes e peças ressentiu-se com as medidas econômicas federais.
- Recessão mundial.
- Queda dos preços das *commodities*.
- Crise econômica na Argentina.

O Produto Interno Bruto e a crise energética na Bahia

*Gustavo Casseb Pessoti**
*Ítalo Guanais Aguiar Pereira***

No ano 2001, a crise do sistema energético – ao lado da crise Argentina e dos ataques terroristas aos Estados Unidos – foi o principal tema dos debates econômicos no Brasil, pelos seus múltiplos impactos. Neste artigo, aborda-se a questão energética, com dois objetivos básicos: primeiro, fazer uma retrospectiva do consumo de energia versus a evolução do nível de atividade na Bahia e, em segundo lugar, relacionar a crise de energia com o Produto Interno Bruto (PIB) do estado, mostrando seus efeitos diretos e indiretos.

Cabe destacar, inicialmente, que 90% da geração de eletricidade no Brasil provém de fontes hídricas e que a estação das chuvas, que terminou em março, registrou uma queda significativa nos níveis dos reservatórios em 2001¹. O regime hidrelétrico exige que se disponha de uma sobreoferta para que sejam enfrentados períodos de estiagem prolongada; uma vez que o País não conta com essa condição, fica evidente a seriedade do problema atualmente vivido, que pode se prolongar para além deste ano. Esta situação deu lugar às mais variadas projeções do PIB. Alguns estudos estimam que a variação do nível da atividade econômica poderá ser inferior a 2% para o Brasil, bastante abaixo da previsão inicial, de aproximadamente 4,5% em 2001. Há ainda que considerar outros elementos, como os efeitos da crise sobre os preços, o posicionamento da taxa básica de juros nos próximos meses, e a crescente incerteza econômica e financeira internacional, cujas incidências deverão ter reflexos no fi-

nanciamento externo e nas decisões de novos investimentos no Brasil.

Entretanto, a falta de chuvas não foi a única responsável pelo agravamento da crise. É importante mencionar o atraso na construção de usinas e de linhas de transmissão interligadas ao território brasileiro, bem como a diminuição dos investimentos em energia. Para se ter uma idéia do que vem ocorrendo, o volume de investimentos aplicados no setor energético brasileiro, que, em 1989, alcançava uma média de US\$10 bilhões anuais, não chegou à margem de US\$ 5 bilhões em fins da década de 1990.

A demanda por energia elétrica: retrospectiva

Os primeiros debates sobre a problemática da energia remontam à segunda metade da década de 1980, quando a falta de recursos no setor energético levou ao abandono de projetos de investimentos nessa área que oferecessem margem de segurança e evitassem futuros “apagões”. Uma das tentativas para enfrentar o problema foi a aplicação da medida chamada “horário de verão”, que se configura como redutora do consumo. Nessa mesma década, a despeito da estagnação da atividade econômica do País no período, o consumo de energia elétrica seguiu expandindo-se a taxas significativamente altas, impulsionado, em grande parte, pela maturação dos projetos industriais previstos no II PND e pelos baixos preços das tarifas então cobradas.

No caso da Bahia, o comportamento do consumo de energia e do nível de atividade econômica (PIB), entre 1981-1990, mostra que, enquanto o primeiro apresentou uma taxa média de crescimento anual de 5,7%, o segundo cresceu 3%. Aí evidenciou-se, dessa forma, a mesma tendência observada no âmbito nacional, em que a taxa média de crescimento anual da energia foi de 5,9% e a do PIB de 1,6% para o mesmo período.

Na década de 1990, o consumo total de energia elétrica na Bahia cresceu a uma taxa média anual de 4,1%, ante uma expansão média anual do PIB de 2,8%. O gráfico com a evolução do PIB da Bahia e o consumo de energia no período 1982/2000 pode ser visualizado a seguir. A expansão dos segmentos de consumo no mercado de energia vem se caracterizando, ao longo dos últimos 20 anos, pelo expressivo aumento das classes residencial e comercial, que apresentaram taxas de crescimento superiores à verificada no consumo total de energia elétrica da Bahia (ver Tabela 1).

No período 1981-1990, as participações das classes residencial e comercial no total da energia con-

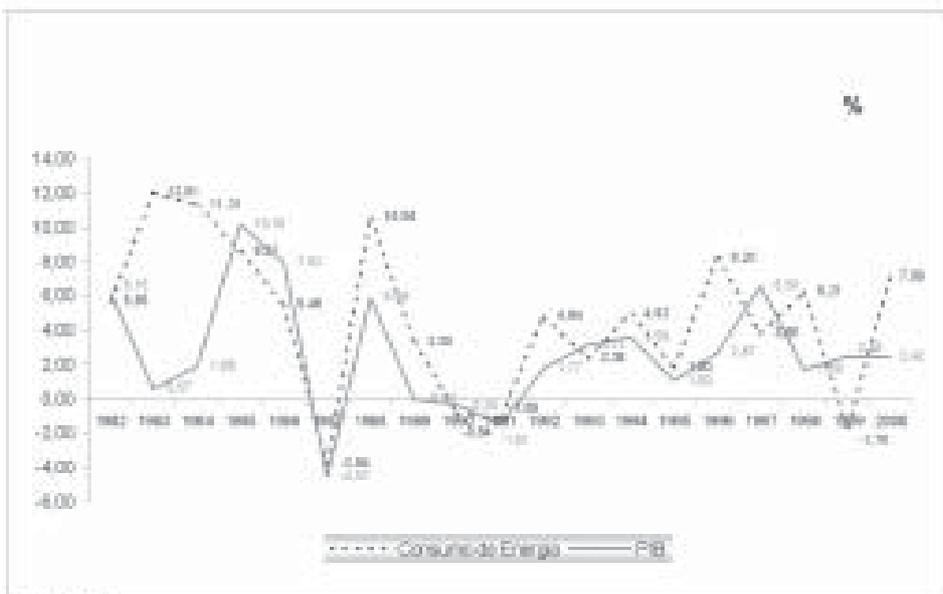
sumida na Bahia evoluíram de 11,9% e 6,9% para 15,4% e 7,9%, respectivamente. Entre 1990 e 2000, essas participações aumentaram para 19,1% e 11,3%, respectivamente. Sobretudo no consumo residencial, a taxa de crescimento teve maior destaque a partir da segunda metade da década de 1990, com o aumento do poder aquisitivo e da melhoria dos mecanismos de crédito refletido diretamente nas vendas de aparelhos eletroeletrônicos. Enquanto isso, a participação do consumo industrial caiu de 65,7%, em 1990, para 56,8% em 2000, o que se deveu principalmente às mudanças estruturais no crescimento da indústria estadual, derivadas de sua modernização e do uso mais eficiente de energia elétrica (ver Tabela 1).

Um fator relevante para a aceleração do consumo no segmento residencial tem sido o crescimento do setor informal, que transfere algumas atividades para as residências – antes consignadas nos segmentos industrial ou comercial –, a exemplo de pequenos escritórios e oficinas de prestação de serviços. No segmento comercial, o aumento do consumo de energia elétrica vem sendo vinculado à expansão do número de *Centros Comerciais*, à modernização dos serviços em geral e à ampliação do horário de funcionamento.

Nos últimos anos, mesmo com uma tendência de crescimento do PIB, verificou-se um comportamento heterogêneo na taxa de variação do consumo de energia elétrica no estado. Em 1999 o mercado caiu 1,7%, e, em 2000, houve um aumento de 7,1%. Já as estimativas do PIB para o

Na década de 1990, o consumo total de energia elétrica na Bahia cresceu a uma taxa média anual de 4,1%, ante uma expansão média anual do PIB de 2,8%. A expansão dos segmentos de consumo no mercado de energia vem se caracterizando pelo expressivo aumento das classes residencial e comercial.

Gráfico 1
PIB versus Consumo de Energia
Bahia, 1982/2000



Fonte: SEI

Tabela 1
Consumo de Energia
1981/2000

Ano	PIB	Consumo de Energia (Mwh)											
		Industrial	Participação (%)	Varição (%)	Comercial	Participação (%)	Varição (%)	Residencial	participação (%)	Varição (%)	Outras Participações	Consumo Total	Taxa de Variação de Energia Total
1981	-0,65	5.373.419	72,05	-	516.082	6,92	-	889.940	11,93	-	9,09	7.457.564	-
1982	6,16	5.507.638	69,90	2,50	593.163	7,53	14,94	1.003.334	12,73	12,74	9,84	7.879.052	5,65
1983	0,57	6.191.686	70,16	12,42	665.524	7,54	12,20	1.120.988	12,70	11,73	9,60	8.825.242	12,01
1984	1,88	6.995.446	71,21	12,98	702.084	7,15	5,49	1.165.436	11,86	3,97	9,77	9.823.182	11,31
1985	10,16	7.541.295	70,71	7,80	758.570	7,11	8,05	1.267.343	11,88	8,74	10,29	10.664.676	8,57
1986	7,94	7.904.285	70,28	4,81	798.435	7,10	5,26	1.401.614	12,46	10,59	10,16	11.246.753	5,46
1987	-4,57	7.519.724	69,53	-4,87	772.266	7,14	-3,28	1.403.034	12,97	0,10	10,35	10.814.784	-3,84
1988	5,88	8.369.911	69,99	11,31	843.208	7,05	9,19	1.529.479	12,79	9,01	10,17	11.958.965	10,58
1989	-0,02	8.463.220	68,51	1,11	899.486	7,28	6,67	1.716.755	13,90	12,24	10,31	12.353.703	3,30
1990	-0,35	8.049.941	65,71	-4,88	974.075	7,95	8,29	1.882.367	15,37	9,65	10,97	12.250.266	-0,84
1991	-1,51	7.789.877	64,29	-3,23	1.012.129	8,35	3,91	1.918.191	15,83	1,90	11,53	12.117.123	-1,09
1992	1,77	8.346.256	65,70	7,14	988.427	7,78	-2,34	1.928.488	15,18	0,54	11,33	12.702.996	4,84
1993	3,12	8.248.275	63,42	-1,17	1.124.829	8,65	13,80	1.993.967	15,33	3,40	12,60	13.005.192	2,38
1994	3,59	8.675.617	63,58	5,18	1.193.092	8,74	6,07	2.071.793	15,18	3,90	12,49	13.644.812	4,92
1995	1,03	8.394.902	60,42	-3,24	1.329.123	9,57	11,40	2.371.019	17,06	14,44	12,95	13.894.211	1,83
1996	2,67	9.145.791	60,84	8,94	1.454.002	9,67	9,40	2.529.209	16,82	6,67	12,67	15.033.046	8,20
1997	6,56	9.400.442	60,24	2,78	1.530.873	9,81	5,29	2.712.282	17,38	7,24	12,56	15.604.079	3,80
1998	1,68	9.648.227	58,21	2,64	1.691.843	10,21	10,51	3.018.135	18,21	11,28	13,37	16.573.501	6,21
1999	2,45	9.230.318	56,66	-4,33	1.748.559	10,73	3,35	3.112.829	19,11	3,14	13,51	16.291.975	-1,70
2000	2,42	9.917.360	56,85	7,44	1.975.546	11,32	12,98	3.339.469	19,14	7,28	12,69	17.446.263	7,09

Fonte: SEI

período 1999/2000 são de 2,5% e 2,4%, respectivamente. Tal comportamento tem sua explicação na inércia da resposta do mercado às crises econômicas que, geralmente, se dá com alguma defasagem.

Finalmente, neste ano, evidenciou-se um sério desequilíbrio entre a capacidade de ofertar energia elétrica e a necessidade de consumo, o que provocou a execução de um plano emergencial a partir de maio, limitando a oferta de energia elétrica para que não houvesse o risco de “apagões”, principalmente nos estados da região Nordeste. Esse desequilíbrio pode ser atribuído a três causas gerais: a longa e dessincronizada transição do modelo estatal para o modelo privado; o aumento dos riscos regulatórios do novo modelo; e a falta de articulação entre a concepção e a implementação das reformas dos setores elétrico, petróleo e gás natural (Pego Filho, Mota, Carvalho e Pinheiro, 2001).

Consumo residencial

Na Bahia, o consumo residencial apresentou, nos últimos seis anos, taxas de crescimento bastante

significativas, com um aumento, em 2000, de 7,3% em relação ao ano anterior, equivalente a, aproximadamente, 19% do consumo total de energia. Tal expansão, bastante expressiva, deveu-se principalmente ao aumento da renda média nesse período. Destacam-se ainda os elevados crescimentos ocorridos a partir de meados da década de 1990 – em que houve acentuado crescimento do consumo médio por residência – que passaram de 91,6 Kwh/mês, em 1994, para 109,24 Kwh/mês em 2000. Esse fato está diretamente associado ao aumento do consumo de equipamentos eletroeletrônicos, assim como ao do número de consumidores residenciais (aumento do número de ligações). No ano 2000, segundo a COELBA, essa forte expansão do consumo de eletricidade residencial apresentou um crescimento de 1,41 Kwh por residência na Bahia.

O número de consumidores residenciais atendidos na Bahia, em dezembro de 2000, foi de 2.435 mil, o que corresponde a um incremento de 3,5% em relação a 1999. O total de novos consumidores incorporados aos sistemas atingiu aproximadamente 83 mil ao final de 2000. Este incremento foi bastan-

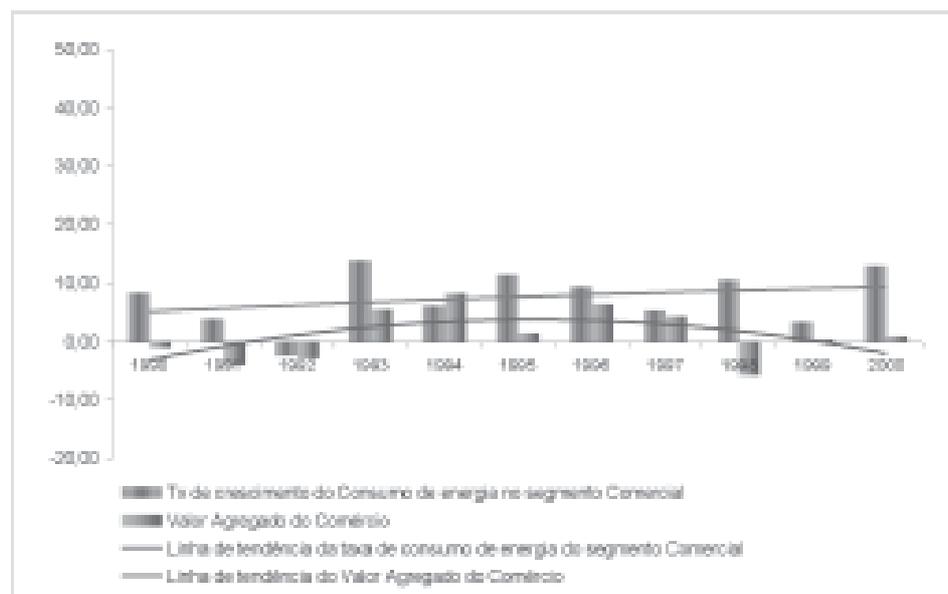
te superior ao crescimento populacional. Conclui-se que o potencial de crescimento do mercado residencial ocorre não só em virtude do aumento do consumo médio, mas também da possibilidade de elevação da taxa de atendimento.

Consumo comercial

O consumo comercial evoluiu de uma participação de 6,9%, em 1981, para 11,3% do consumo total de energia no estado em 2000. Durante a década de 80, a taxa média de crescimento anual deste segmento foi de 7,3%, mantendo-se praticamente estável durante a década de 90, quando atingiu níveis próximos a 7,7%. Esse comportamento, nos últimos 20 anos, foi fortemente influenciado pela instalação e ampliação de estabelecimentos com elevado padrão de consumo (*shopping centers*, hipermercados, etc.), pela intensificação das atividades ligadas ao turismo e lazer e, ainda, pela continuidade do processo de dinamização e modernização das atividades comerciais e de serviços. Somam-se a esses fatos a crescente urbanização e a extensão das redes elétricas.

Gráfico 2

Taxa de variação de consumo de energia do segmento Comercial e o Valor Agregado do Comércio no PIB Bahia, 1980/2000



Fonte: SEI

No ano 2000, o consumo dessa classe cresceu, aproximadamente, 13%, valor expressivo se comparado com o de anos anteriores e também se relacionado à evolução das demais classes. Como pode ser observado no Gráfico 2, a linha de tendência mostra uma crescente evolução do consumo de energia no segmento comercial. Por sua vez, o valor agregado do comércio apresenta uma evolução distinta, de comportamento heterogêneo, ao longo da série observada.

No ano 2000, o consumo industrial correspondia a 56,8% do total da energia no estado da Bahia, através do fornecimento das concessionárias e da autoprodução de algumas indústrias.

Consumo industrial

No ano 2000, o consumo industrial correspondia a 56,8% do total da energia no estado da Bahia, através do fornecimento das concessionárias e da autoprodução de algumas indústrias. No início da década de 80 a participação desse segmento no consumo total do estado chegou a 72,1%, sobretudo em virtude de dois fatores: a) intensificação do uso da energia elétrica, decorrente da expansão do parque industrial baiano, o que aconteceu principalmente na década de 70, com a implementação do Pólo Petroquímico de Camaçari, e a consolidação do Centro Industrial de Aratu,

dentro do processo de substituição de importações; b) desenvolvimento das indústrias eletrointensivas, altamente consumidoras de eletricidade, tais como alumínio (ALCAN), ferroligas (SIBRA, CARAÍBA METAIS), soda-cloreto (DOW QUÍMICA), dentre outras, que, apesar das crises ao longo desse período, elevaram a sua produção.

Ao longo da década de 90, o consumo industrial de energia passou por um processo de desaceleração em suas taxas de cresci-

mento. Após crescer 4,6%, em média, ao ano, na década de 80, expandiu-se, em média, 2,7% nos anos 90. A reestruturação do parque industrial estadual, verificada a partir de 1990, a menor expansão na indústria de eletrointensivos, à exceção, no caso da Bahia, das indústrias de papel/celulose, bem como o incremento da autoprodução, justificam o modesto crescimento verificado nesse período.

Cabe ressaltar que, na Bahia, no final da década de 90, as indústrias que requeriam uma grande quantidade de energia elétrica apresentavam um potencial significativo de utilização de capacidade instalada de produção. Importa também salientar que algumas dessas indústrias já contavam com autoprodução de energia, a exemplo da COPENE e das indústrias de papel/celulose no extremo sul da Bahia. Esse cenário pode ser conferido pela linha de tendência do consumo de energia do Gráfico 3.

Os sinais de crescimento (7,4%) apresentados pelo segmento industrial no ano 2000 criam uma nova perspectiva de tendência no consu-

mo de energia para os próximos anos, com a ampliação da matriz industrial baiana, a exemplo da implementação do pólo automobilístico em Camaçari.

Efeitos da crise

A crise de energia tem um duplo impacto sobre o PIB: um, direto, por se tratar de um subsetor mensurado pelo sistema de contas nacionais², e outro, indireto, na medida em que afeta todas as demais atividades que compõem o cálculo do PIB.

Efeitos diretos

A geração e distribuição de energia influenciam diretamente o PIB, uma vez que fazem parte dos chamados Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), um dos setores do cálculo desse indicador, com participação de 3,6%, no caso da Bahia, em 2000. O SIUP engloba as atividades de energia, antes ci-

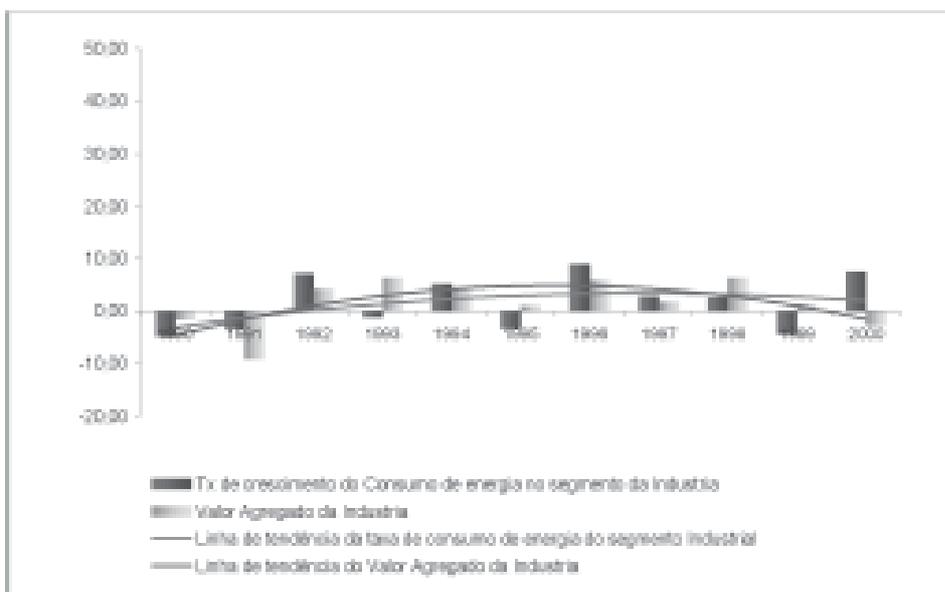
tadas, além dos serviços de água e saneamento do estado. O subsetor elétrico é responsável por, aproximadamente, 70% do valor agregado desse segmento.

Estudos realizados com base na geração de energia mostram que, em 1999, houve uma drástica diminuição nos principais reservatórios de água na Bahia. Naquele ano, o subsetor elétrico apresentou variação negativa na geração de energia de, aproximadamente, 10%.

Esse decréscimo foi motivado pela queda na produção das usinas de Paulo Afonso e Sobradinho, em 7,9% e 21,2% respectivamente. Essas duas usinas, em 1999,

Estudos realizados com base na geração de energia mostram que, em 1999, houve uma drástica diminuição nos principais reservatórios de água na Bahia. Naquele ano, o subsetor elétrico apresentou variação negativa na geração de energia de, aproximadamente, 10%.

Gráfico 3
Taxa de variação de consumo de energia do segmento Industrial e o Valor Agregado da Indústria no PIB Bahia, 1990/2000



Fonte: SEI

eram responsáveis por 98% da geração de energia nos limites territoriais da Bahia.

Com relação a essa queda é importante atentar para a questão da sazonalidade, uma vez que, mesmo com o crescimento do PIB em 2,5%, em 1999, não se verificou incremento imediato no consumo de energia, tal tendência somente vindo a ser registrada no ano 2000. Outro ponto que merece destaque é o fato de, mesmo com o crescimento da indústria de transformação (1,3% em 1999), ter havido uma redução no consumo energético nesse setor, o que pode ser explicado pelo elevado peso da energia no custo de produção. Para reduzi-lo, algumas indústrias implementaram processos de corte de consumo, chegando até mesmo à autoprodução energética.

Dessa forma, analisando-se o conjunto do setor elétrico (geração e distribuição), observou-se que em 1999 houve uma variação negativa de 4,8%, sendo esta a principal responsável pela redução da atividade do SIUP no mesmo período: a atividade em pauta apresentou um desempenho negativo da ordem de 2,7% em 1999.

Não cabe, nos limites deste artigo, entrar no mérito da questão de se houve descuido por parte das autoridades competentes relativamente ao controle das condições em que se encontravam as usinas fornecedoras de energia – ou seja, relativamente ao nível de vazão de água – ou se foram tomadas as medidas necessárias, tendo estas, entretanto, se revelado insuficientes. No quadro desta análise, o que interessa é registrar que, em 2000, verificou-se um aumento tanto na geração quanto no consumo de energia, tendo sido este último, na Bahia (17.446.263 Mwh) de 7,1% em relação a 1999. O consumo industrial cresceu 7,4%, impulsionado pela recuperação da atividade econômica. A mesma tendência foi observada no setor comercial, que manteve uma trajetória ascendente, de aproximadamente 13%, e no consumo residencial, cujo crescimento foi de 7,3%. Por fim, a parcela correspondente ao agregado das demais classes consumidoras de energia registrou aumento de 0,6% nesse mesmo período.

Com relação à geração de energia, no ano 2000 houve também um acréscimo, em comparação ao de 1999, da ordem de 14%, segundo dados da ANEEL e ELETROBRAS, o que influenciou de maneira decisiva as estimativas da SEI quanto ao de-

sempenho do SIUP 2000 (a taxa de crescimento desse segmento do PIB foi aproximadamente, 7%).

Entretanto, a maior parte dos debates que a questão energética vem causando tem-se concentrado no que chamamos efeitos indiretos da crise, ou seja, naqueles que afetam todas as atividades que precisam de energia na cadeia produtiva. Mesmo a agropecuária, setor não-intensivo em energia, sofre impactos negativos com os atuais cortes, mais especificamente nos setores de agricultura irrigada e granja. Veremos, a seguir, uma análise dos chamados efeitos indiretos, com base nos segmentos industrial, comercial e agropecuário.

Efeitos Indiretos

É difícil realizar uma avaliação dos impactos da crise do setor energético sobre o restante da economia diante das incertezas que caracterizaram a conjuntura mundial em 2001. Pode-se afirmar que, se tratando de insumo essencial em grande parte das atividades, o impacto da sua substituição pode ser efetivamente duro (principalmente para o segmento industrial) e trazer grandes prejuízos.

Indústria

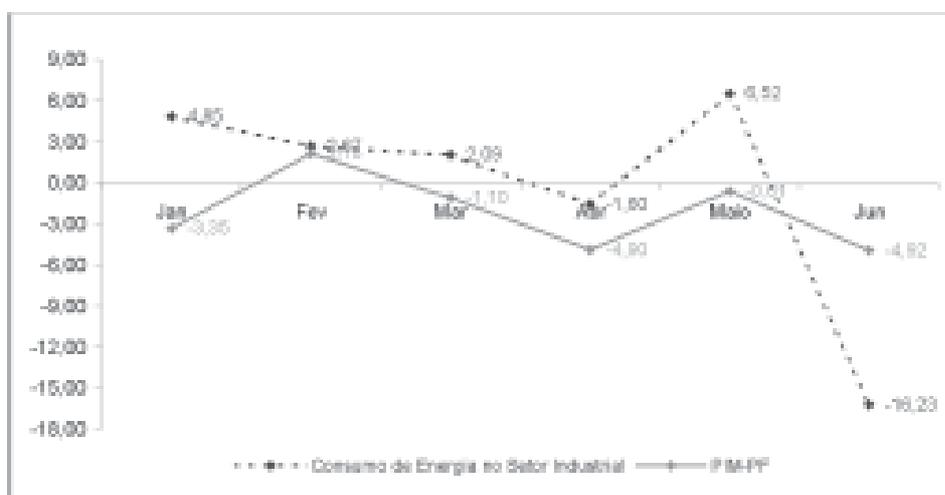
No ano 2000, o chamado segundo setor³ concentrava, aproximadamente, 57% do consumo de energia e correspondia a 41,3% do valor agregado do PIB. Dessa forma, uma queda na produção industrial baiana, tendo em vista o grande valor agregado desse setor, tem um efeito multiplicador que vai além do seu peso relativo na economia.

Segundo estudo da FGV, a demanda por produtos industriais caiu 22 pontos percentuais entre abril e julho do ano 2001 no Brasil. No caso da Bahia, como pode ser verificado no Gráfico 4, a produção industrial apresentou um desempenho oscilante no primeiro semestre do ano, com uma tendência de queda mais acentuada a partir de junho, mês em que foi implementado o programa de racionamento.

O consumo de energia do segmento industrial dos três primeiros meses do ano corrente revelou um contínuo aumento com relação ao mesmo período do ano passado. Entretanto, assim como verificado com a produção industrial, evidenciou-se, a partir do mês de junho, uma queda no consumo de

Gráfico 4

Taxa de variação de consumo de energia da Indústria versus Produção Física da Indústria Baiana Bahia, 1º semestre de 2001



Fonte: SEI

energia desse segmento (Gráfico 4), fruto do plano emergencial de racionamento⁴.

Para conseguir enfrentar a meta de racionamento estipulada pelo governo – 25% – a ALCAN, uma das principais empresas fabricantes de alumínio primário do Brasil, vai precisar desligar 50 dos seus 272 fornos, o que significa reduzir em mais de 8,5 mil toneladas a sua produção, acarretando um prejuízo de quase R\$ 28 milhões. Dados da ELETROBRAS dão conta de que as indústrias de alumínio, de ligas de aço e outros metais não-ferrosos consumiram mais de 10% do total da eletricidade utilizada no Brasil em 1999.

A solução encontrada por algumas indústrias para reduzir as incertezas frente a essa crise foi o investimento na co-geração de energia. A COPENE, por exemplo, já investiu mais de US\$ 30 milhões na ampliação e modernização de sua usina termelétrica. Outras empresas, como a Bahia Sul Celulose e a Sudamericana de Fibras, já começaram a intensificar estudos e investimentos para fazer o mesmo (Nascimento, 2001).

Nesse quadro, a surpresa fica por conta das indústrias metalúrgicas e de papel/celulose na Bahia: apesar de grandes consumidoras de energia, no acumulado do ano (Jan/Set) apresentaram taxas de crescimento na produção física de aproximadamente 8,6% e 23,6%, respectivamente, em relação a igual período do ano anterior, segundo da-

dos da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. Vale ressaltar que a queda na produção física da indústria química, segundo a mesma pesquisa, não está diretamente relacionada à questão energética, uma vez que seu suprimento de energia é garantido pela autoprodução da COPENE. Além disso, houve um aumento das disponibilidades de energia através das operações bilaterais que podem ser realizadas entre as em-

presas, de acordo com a CGCE.

Comércio

No segmento comercial os efeitos da falta da energia são indiretos, a exemplo da diminuição das vendas de aparelhos intensivos em energia (eletrodomésticos). No caso da indústria, um dia parado significa reduzir a produção, ao passo que, no comércio, os *feriados emergenciais programados* não têm senão o impacto de causar transferência no dia em que se efetuam as vendas.

Assim, é uma tarefa difícil afirmar precisamente qual o impacto da crise de energia nesse segmento, como o Gráfico 2 bem mostra-o. Em uma análise comparativa entre consumo de energia versus a taxa de variação do valor agregado no comércio, no período entre 1982-2000, podemos observar que (ao contrário da indústria) não existe uma mesma tendência entre a evolução do comércio e o aumento no consumo de energia. O impacto verificado no comércio está mais diretamente ligado à política macroeconômica do governo, de restrição de demanda via juros, e ao cenário de crises externas, do que relacionado à questão energética propriamente dita.

No caso das redes de supermercados e lojas de departamentos da Bahia, as metas de racionamento contra a crise foram facilmente aceitas, uma vez que há algum tempo elas já vinham tomando medidas no sentido de reduzir custos de produção, dado

o fato de a energia, apesar de não participar diretamente da produção, ter aí um pesado custo. Além disso, ter mais ou menos energia num estabelecimento como esses afeta em pouco a decisão e ou necessidade de compra dos produtos por eles ofertados.

Os principais setores do comércio que foram mais prejudicados com a crise de energia são os de vendas de produtos de uso intensivo em energia, como chuveiros elétricos, *freezers* e outros aparelhos eletroeletrônicos. Além desses, devem estar sofrendo impactos negativos os pequenos comerciantes, bem como bares e restaurantes diversos que perderam poder de atração sem a utilização da plena capacidade de sua infra-estrutura elétrica. Juntos, estes últimos correspondem a mais ou menos 10% do valor agregado gerado pelo comércio na Bahia.

Vale a pena mencionar, numa perspectiva mais ampla, que as primeiras estimativas da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) dão conta de queda no faturamento do setor eletroeletrônico brasileiro na ordem de aproximadamente 20% no segundo semestre de 2001, de forma a praticamente “zerar” a taxa de crescimento das vendas desse segmento no comparativo em relação ao ano anterior.

Entretanto, existem também setores do próprio segmento comercial que foram favorecidos e certamente vão apresentar uma taxa de crescimento de vendas em relação ao ano 2000. São eles o comércio varejista de lâmpadas compactas, luminárias de emergência e geradores de energia que, já no primeiro semestre de 2001, segundo dados da ABINEE, tiveram as vendas aumentadas em mais de 50% em relação ao mesmo período de 2000 (e devem continuar crescendo), principalmente no segundo semestre quando se intensificou a crise do sistema elétrico.

Agropecuária

O setor agropecuário da Bahia, um dos mais importantes em termos de valor agregado, com participação de, aproximadamente, 10% na estrutura do PIB baiano, é pouco intensivo em energia elétri-

ca. O peso da energia consumida no segmento rural da Bahia é considerado baixo em comparação com o de outros estados do Brasil e inferior a 1,5%.

Pode-se afirmar que o verdadeiro impacto da crise energética no segmento rural praticamente recairá nas regiões de Barreiras, Irêce e Juazeiro, onde está localizada a maior parte da agricultura irrigada do estado, dependente de energia para garantir a produção. Também sofre impacto negativo a região de Feira de Santana, maior pólo de granja da Bahia. Como se sabe, uma granja requer uso intensivo de energia em sua cadeia produtiva. Entretanto, em termos percentuais, esse segmento tem participação inferior a 1% no valor agregado da agropecuária do estado.

Conclusão

Os efeitos da crise identificados neste artigo, podem ser vistos como mais uma face das dificuldades enfrentadas, em âmbito nacional, na transição do modelo público para o privado, tendo em vista a gigantesca tarefa de reformar, em bases competitivas, um sistema elétrico com características tão peculiares como é o brasileiro, e a falta de articulação entre as reformas dos setores de petróleo, energia elétrica e gás natural. A essa desarticulação soma-se a inexistência de reservas suficientes de gás natural, o que obriga à importação desse produto e à desvalorização cambial, paralisando, assim, novos investimentos.

Para alguns estudiosos do setor de energia, a exemplo de Pires, Gostkowitz e Giambiagi (2001), deve-se garantir uma situação favorável de oferta de energia elétrica em conjunto com reformas e investimentos que possibilitem uma ampliação no modelo de geração. Essa resolução teria como objetivo fortalecer o modelo competitivo nos segmentos de petróleo, gás natural e energia elétrica, cujas evoluções, cada vez mais interdependentes, mostram como é imprescindível uma ação regulatória articulada deste último segmento.

O setor energético brasileiro tem que passar por profundas transformações, em que pese o estabelecimento de um regime em prol da iniciativa privada, que seja o condutor da expansão e moderniza-

O setor energético brasileiro tem que passar por profundas transformações, em que pese o estabelecimento de um regime em prol da iniciativa privada, que seja o condutor da expansão e modernização do atual modelo.

ção do atual modelo. Os investimentos não vêm ocorrendo na proporção desejada no mercado brasileiro – em tese, muito atraente – em razão do comportamento, tanto histórico quanto previsto, das taxas de crescimento da demanda dos serviços de energia, na maioria do anos superior ao nível de atividade da economia.

As dificuldades para constituir estímulos adequados que atenuem os riscos privados, em conjunto com a excessiva dependência da melhoria das condições pluviométricas para se evitar um maior racionamento de energia nas condições atuais do sistema, impõem a necessidade de uma ação integrada em todo o setor energético brasileiro. Tal ação tem como objetivos fortalecer uma adoção de *hedge*⁵ operacional e de soluções de preço para aquisição de gás natural por parte dos geradores térmicos, superar as restrições de transição e estimular a co-geração, a autoprodução e o uso racional de energia. Tais medidas já vêm sendo implementadas por algumas indústrias na Bahia e têm alcançado bons resultados, como é o caso da COPENE, no Polo Petroquímico de Camaçari, que consome e vende energia de sua autoprodução.

Por fim, não se pode esquecer que a crise energética gerou uma série de impactos negativos não só para a Bahia, mas principalmente para o Brasil. O fato é que, em uma economia frágil e globalizada como a brasileira, a crise energética assume proporções bem menores – em comparação com as crises internacionais que abalaram a economia brasileira em 2001 – ou seja, não se pode associar o desempenho (que se projeta para os resultados de 2001 na Bahia⁶) do PIB, principal indicador da economia, apenas ao fato de se ter reduzido a geração e distribuição de energia. Efetivamente, a crise da Argentina e as incertezas do cenário internacional são elementos que marcaram negativamente a economia mundial em 2001.

A busca pelo cumprimento das metas inflacionárias, estabelecidas para a manutenção do acordo de ajuda com o FMI, forçaram o governo brasileiro, frente a essa situação de crise mundial e de continuadas desvalorizações no câmbio, a manter muito elevadas as taxas de juros. Na macroeconomia básica, um aumento na taxa de juros, em que pese a diminuição da liquidez da economia com redução

na inflação, tem como reflexo imediato uma retração nos investimentos produtivos, que, por sua vez, diminuem a demanda agregada e paralisam a atividade interna. Em um cenário como esse, diminui a procura pelo crédito e a inadimplência aumenta. Sofrem os impactos dessa situação o comércio, que depende muito dos financiamentos de médio e longo prazo; a indústria, que é fomentada pelos investimentos produtivos e, que, praticamente, em sua totalidade, utiliza insumos importados (comprados em dólar); e outros setores, de serviços, que inevitavelmente vão apresentar diminuições nos indicadores de emprego e renda.

Notas

- 1 O lago de Sobradinho, que tem como função principal a regularização da vazão de água do Rio São Francisco, atingiu, na quarta semana do mês de novembro de 2001, 5,2% de sua capacidade de armazenamento, segundo informações da CHESF. Para gerar energia, sua capacidade mínima de armazenamento é da ordem de 3,5%. O resultado apresentado no mês de novembro é o mais baixo desde a implantação do lago, na década de 70.
- 2 Para o cálculo do PIB adota-se como marco referencial as recomendações contidas no Sistema de Contas Nacionais (SCN) proposto pelas Nações Unidas. Desde a sua primeira edição, em 1953, o SCN já foi submetido a quatro revisões, sendo a última em 1993. Para maiores informações, ver Manual de Contas Regionais do IBGE
- 3 O segundo setor engloba as atividades da indústria de transformação, indústria extrativa mineral, serviços de utilidade pública e construção civil.
- 4 A fixação da meta de consumo de energia para a indústria foi condicionada pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (CGCE), de acordo com a Medida Provisória 2.148-1, de 22 de Maio de 2001. Segundo essa medida, o segmento industrial foi dividido em dois patamares de consumo: indústrias eletrointensivas (alta tensão), que deveriam reduzir seu consumo em um intervalo de 15% a 25%, e indústrias não-intensivas (baixa tensão), que deveriam reduzir o consumo em 20%. Para ambas, a base de cálculo para a redução do consumo de energia foi fixada a partir de uma média ponderada dos meses de maio, junho e julho do ano 2000.
- 5 Ver Pires, Gostkorzewicz e Giambiagi (2001)
- 6 As primeiras estimativas da SEI quanto ao desempenho do PIB da Bahia, em 2001, dão conta de um crescimento levemente superior no nível da atividade com relação ao ano anterior (num intervalo entre 0 e 1,0%), principalmente indicado pelo desempenho moderado na atividade industrial baiana

Referências Bibliográficas

FONSÊCA, Adilson. Volume de Sobradinho perto do colapso. *A Tarde*, Salvador, 26 de nov. 2001.

ANÁLISE abalizada da crise de energia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1º de maio, 2001. Disponível em: <www.estadao.com.br>

BOLETIM MENSAL DE MERCADO. Salvador: COELBA, dez. 1999.

_____. Salvador: COELBA, dez. 2000.

BOLETIM SEMESTRAL. Sistema de informações das empresas do setor de energia elétrica. Brasília: MME; ANEEL; ELETROBRÁS; SIESE, 1º sem. 2001. Disponível em: <www.eletrabras.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Panorama macroeconômico brasileiro: efeitos do racionamento de energia elétrica sobre a oferta agregada*. Brasília: Secretaria de Política Econômica, jun. 2001.

CEPAL. *Brasil: Rasgos generales de la evolución reciente*. Santiago: CEPAL, mar. 2001. (Estudios Económicos de América Latina y el Caribe 2000-2001).

CONTAS REGIONAIS DO BRASIL 1998. Contas Nacionais, Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v.5

CRISE energética encolhe a indústria, diz FGV. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 de jul. 2001. Disponível em: <www.estadao.com.br>.

ENFRENTANDO a crise, a curto e longo prazo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1º de maio, 2001. Disponível em: <www.estadao.com.br>.

IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2001.

INDÚSTRIA ainda calcula perdas com racionamento. São Paulo, 2001. Disponível em: <www.estadao.com.br>. Acesso em: 29 jul. 2001.

INDÚSTRIA eletroeletrônica deve crescer menos. São Paulo, 2001. Disponível em: <www.estadao.com.br>. Acesso em: 8 ago. 2001.

NASCIMENTO, Carla. Crise Energética e Indústria Baiana. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 85, jun. 2001.

PÊGO FILHO, B; MOTA, J. A; CARVALHO, J. C. J.; PINHEIRO, M. M. S. *Impactos fiscais da crise de energia elétrica: 2001 e 2002*. Brasília: IPEA, ago. 2001. (Texto para discussão, 816).

PIRES, J. C. L; GOSTKORZEWICZ, J.; GIAMBIAGI, F. *O cenário macroeconômico e as condições de oferta de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, mar. 2001. (Texto para discussão, 85).

RELATÓRIO divide responsabilidades pela crise. São Paulo: 26 de julho, 2001. Disponível em: <www.estadao.com.br>.

VENDAS de alumínio caem 13,8% por causa da crise de energia. São Paulo, 2001. Disponível em: <www.estadao.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2001.

*Gustavo Casseb Pessoti é técnico da SEI e pós-graduando em Planejamento Regional pela UFBA.

**Ítalo Guanais Aguiar Pereira é técnico da SEI e especialista em População e Desenvolvimento Sustentável pelo UNFPA (United Nations Population Fund) e Universidade do Chile.

A difícil recuperação financeira dos municípios baianos

*Antonio S. Magalhães Ribeiro**

Após amargarem imensas dificuldades durante os anos de 1993 a 1996, período em que apresentaram números extremamente desfavoráveis sob os mais diversos ângulos de análise, os municípios baianos, a partir de 1997, mais precisamente, em 1998, deram sinais alentadores do ponto de vista da reversão do difícil quadro em que se encontravam, muito embora ainda não revelassem elementos que permitissem interpretá-los como uma tendência definida.

Transmitindo a impressão de que se tratava do início de um vigoroso esforço de arrecadação, os municípios baianos promoveram um incremento de 45,7% em suas receitas próprias, fazendo com que essas passassem a representar 21,4% do total de suas receitas orçamentárias, contra os 14,4% do exercício de 1997. Ademais, o déficit orçamentário foi reduzido de 13,6%, em 1996, para 4,7% em 1998; o número de municípios deficitários caiu de 367 (88,4%), em 1996, para 275 (66,3%); verificou-se uma discreta desconcentração das receitas da Região Metropolitana de Salvador e, finalmente, as áreas finalísticas foram contempladas com maior aporte de recursos em relação às áreas-meio.

Os ruinosos números verificados no exercício de 1999, no entanto, nos fazem acreditar que a recuperação financeira dos municípios baianos ainda não é factível no curto prazo e deverá ser objeto de incessantes esforços por parte de seus governantes, de acordo com os elementos a seguir comentados.

O aumento real das receitas orçamentárias, no exercício em análise, foi da ordem de 1,0% (R\$ 56

milhões), o menor resultado obtido nos últimos cinco anos, apesar do amplo potencial de arrecadação ainda existente. Esse modesto crescimento só foi possível graças a um incremento de aproximadamente 3,0% nas receitas de transferência (R\$ 85 milhões), já que houve uma perda de 3,4% nas receitas próprias, algo em torno de R\$ 27 milhões. Ressalte-se ainda, no campo das receitas próprias, o fato de que, excluindo-se o município de Salvador, o qual apresentou significativo crescimento, as perdas do conjunto dos demais municípios atingiram a cifra de R\$80 milhões. Por outro lado, estes tiveram suas receitas de transferência aumentadas em R\$ 127 milhões, significando um incremento de 5% frente ao ano de 1998, conforme atestam os dados da Tabela 1.

Na Região Metropolitana de Salvador, verificaram-se perdas consideráveis nas receitas próprias dos municípios de Camaçari (23,4%), Dias D'Ávila (29,2%) e Lauro de Freitas (17,1%). Em relação aos demais municípios dessa região, além das perdas de 7,0% (R\$ 2,3 milhões) de IPTU e de 9,5% (R\$ 9,1 milhões) de ISS, as outras receitas próprias caíram em 23,3%, representando uma redução de R\$ 68,6 milhões nos cofres municipais.

Quanto ao município de Salvador, não obstante a perda de 18,2% na arrecadação de IPTU e de terem estagnado os números relativos ao ISS, foram positivos os resultados em suas demais receitas próprias, o que já vinha ocorrendo desde o exercício de 1997, quando da implantação da cobrança das taxas de limpeza e de iluminação públi-

Tabela 1
Receitas Orçamentárias
1998/1999

Em milhões de 1999

Região/Ano	Receitas Orçamentárias	Operações de crédito	Receitas de Transferência	Receitas Próprias			
				Total	ISS	IPTU	Demais
Total dos Municípios							
1998	3.690,9	2,5	2.898,6	789,8	232,9	135,0	421,9
1999	3.746,9	0,3	2.983,7	762,9	224,3	114,1	424,5
Salvador							
1998	716,3	—	350,1	366,2	136,4	102,6	127,2
1999	727,4	—	308,1	419,3	136,9	83,9	198,5
Demais Municípios							
1998	2.974,6	2,5	2.548,5	423,6	96,5	32,4	294,7
1999	3.019,5	0,3	2.675,6	343,6	87,4	30,2	226,0

Fonte: Secretaria da Fazenda

cas. Desse modo, a perda de receita do IPTU, da ordem de R\$ 19 milhões, foi superada pelo incremento de R\$ 71 milhões, obtidos com as demais receitas diretamente arrecadadas. Aliás, uma análise mais detida na composição das receitas próprias, nos últimos cinco anos, no âmbito do Estado, revela que o IPTU e o ISS, tradicionais fontes de arrecadação, tem perdido espaço para outras receitas tributárias. A soma desses dois tributos, em 1995, representava 77,6% das receitas próprias de Salvador e 49,9% daquela dos demais municípios. Em 1999, os percentuais caíram para 52,6% e 34,2%, respectivamente. O IPTU, que em 1996 importava em 31,7% das receitas próprias de Salvador, passou para o patamar de 20% em 1999, enquanto para os demais municípios a alteração foi de 12,9% para 8,8%, no mesmo período.

Se do ponto de vista das receitas os números não são animadores, por outro lado, o comporta-

Tabela 2
Comprometimento das Receitas com Pessoal e Dívida Pública
1998/1999

Em milhões de 1999

Região/Ano	Receitas Orçamentárias (A)	Despesas com Pessoal (B)	Despesas com Dívida Pública (C)	Comprometimento	
				com Pessoal (B/A)	com Dívida Pública
Total dos Municípios					
1998	3.690,9	1.368,1	182,9	37,1	5,0
1999	3.746,9	1.386,0	201,4	37,0	5,4
Salvador					
1998	716,3	397,8	98,5	43,0	13,8
Demais Municípios					
1998	2.974,6	1.060,3	84,4	35,6	2,8
1999	3.019,5	1.119,3	89,5	37,1	3,0

Fonte: Secretaria da Fazenda

mento das despesas também não inspira reações muito otimistas. Apesar de totalizarem 1,4% a menos do que em 1988, a sua composição registra um incremento real de R\$ 18 milhões nas despesas com Pessoal e outros R\$ 18 milhões com a dívida pública. Embora, em números absolutos, esse aumento não seja espetacular, é impor-

tante ressaltar que, em 1996, o dispêndio com a dívida pública totalizava R\$ 125 milhões, evoluindo para R\$ 201 milhões em 1999. Tal resultado implicou, também, um aumento do comprometimento das receitas orçamentárias com o pagamento da soma dos encargos e amortização da dívida pública. É o que se pode verificar na Tabela 2.

Cabe chamar a atenção para o fato de que, para o cálculo dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é considerado o conceito de **Receita Corrente Líquida**, que consiste na Receita Corrente da Administração Direta, adicionada às Receitas Correntes Próprias das Autarquias, Fundações e Empresas dependentes, subtraídas as Contribuições dos Servidores Municipais e a Receita de Compensação entre regimes de previdência.

Se é insignificante o número de municípios que ultrapassa o limite de 60% estabelecido na LRF para gastos com Pessoal (54% para o Executivo mais 6% para o Legislativo), o crescente comprometimento da receita com a dívida pública não deixa de ser preocupante, sobretudo pelo fato de o número de municípios endividados já alcançar o marco de 344, contra 326, em 1998, e 268 em 1996. Ou seja, 83% dos municípios baixanos já destinam parte de seus recursos ao

cumprimento de obrigações com operações de crédito e antecipações de receitas orçamentárias. O excessivo endividamento, além de muito oneroso, em razão das extorsivas taxas de juros praticadas no mercado, dificulta sobremaneira o equilíbrio das contas públicas.

Em termos globais se, por um lado, a elevação das receitas foi muito tímida (1,0%), por outro lado as despesas sofreram redução de 1,4%, contribuindo para que o déficit, em 1999, se situasse na faixa de 1,6%, inferior ao de 1998, que atingiu 4,7%, e superior ao de 1997 (1,4%), o menor dos últimos seis anos.

O que se observa é que os municípios com déficits elevados os reduziram no exercício de 1999, enquanto cresceu o número de municípios deficitários em relação ao mesmo período, como comprova a Tabela 3.

Tabela 3
Número de Municípios Deficitários e Superavitários
1993/1999

Resultado/Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Deficitários	77	196	308	367	310	275	295
Superavitários	335	218	104	38	104	139	119
Sem-Infomação	3	1	3	10	1	1	1
TOTAL	415	415	415	415	415	415	415

Fonte: Secretaria da Fazenda

Não obstante as dificuldades configuradas pelos números apresentados até agora, os municípios contam – apesar da falta de compreensão predominante – com um forte aliado na luta pelo equilíbrio das suas contas, qual seja a Lei de Responsabilidade Fiscal, que busca, fundamentalmente, controlar as despesas, limitar o endividamento e, desse modo, evitar déficits fiscais que têm provocado consequências danosas, afetando negativamente o conjunto da economia e, sobretudo, a qualidade de vida dos cidadãos.

Os prazos previstos na referida lei para o enquadramento dos municípios torna possível a consecução das metas ali estabelecidas. Aos governantes cabe demonstrar vontade política de viabilizar receitas próprias e romper com a trajetória de comodismo e dependência dos recursos advindos do Estado e da União. De igual modo, não devem se submeter às pressões políticas que estimulam o aumento das despesas, mas que não aprovam qualquer esforço na cobrança de tributos para financiá-las.

De suma importância ainda, é priorizar a aplicação dos recursos em investimentos com capacidade de gerar renda, em detrimento das elevadas e desproporcionais despesas de custeio que têm caracterizado a estrutura de gastos dos municípios baianos. A propósito, as despesas com o legislativo municipal cresceram R\$ 45,5 milhões (de R\$ 121,3 milhões em 1996 para R\$ 166,8 milhões em 1999), o equivalente a 38% em três anos, enquanto o gasto com a função saúde se encontra em 14,0%, muito inferior à média nacional de 21,9%.

Finalmente, se considerarmos que os municípios baianos despendem muito aquém do limite permitido para pagamento de pessoal; dispõem de recursos transferidos para educação e saúde; e para as funções transporte e assistência/previdência são destinados, respectivamente, apenas 2,55% e 7,25% do orçamento, podemos admitir que a qualidade da gestão pode ser o fator determinante dos sucessivos resultados desfavoráveis exibidos ao longo dos anos.

*Antonio S. Magalhães Ribeiro é especialista em Administração Financeira Governamental, professor da UEFS e coordenador da publicação *O perfil financeiro dos municípios baianos*, da SEI.

Emprego formal: o “racionamento” do emprego em tempos de crise energética

*Flávia Santana Rodrigues Suerdieck**

O objetivo deste artigo é apresentar os principais resultados da performance do emprego celetista da Bahia ao longo de 2001. Algumas características, relevantes na composição do perfil do emprego formal do estado, são aqui investigadas através de abordagens analíticas que privilegiam a distribuição setorial e espacial dos dados. Tais abordagens permitem demonstrar quais os setores de atividade econômica são mais dinâmicos na geração de novos postos de trabalho; identificar os setores mais significativos em fechamentos de vagas; revelar qual o peso e importância do setor formalizado baiano no total do País e, ainda, como este se distribui espacialmente em seu próprio território.

Para isso, utiliza-se o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cuja cobertura dos dados restringe-se aos vínculos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). As informações do CAGED se referem ao saldo, que é o resultado da movimentação total de admissões e desligamentos realizada mensalmente pelo estabelecimento. Apesar do cadastro evidenciar o comportamento parcial do mercado formal de trabalho¹, constitui-se em uma importante fonte de informação, sua realização mensal permitindo-lhe um acompanhamento contínuo e sistemático do emprego celetista, ideal para análises de natureza conjuntural.

Nesta análise privilegia-se o acompanhamento da evolução do nível do emprego no transcurso do ano 2001, observando-se o período acumulado de janeiro a setembro do presente ano e, em alguns casos, para fins de comparação, remetendo-se a igual período do ano anterior. Em alguns momentos também será utilizado um período de análise mais extenso, referente aos últimos doze meses (outubro de 2000 a setembro de 2001).

Nos primeiros meses de 2001, as expectativas para o mercado de trabalho formal da Bahia eram positivas. Esperava-se, no mínimo, a repetição de um comportamento similar ao do ano 2000. Contudo, em 2001 a situação se reverte consideravelmente, com a mudança da tendência de crescimento da oferta de emprego para a de redução das oportunidades de trabalho.

Em 2000, o crescimento do nível de emprego foi expressivo – 31.146 novas oportunidades de trabalho com carteira assinada foram criadas na Bahia de janeiro a setembro, relativamente ao mesmo período de 1999. Esse dinamismo do setor formal foi provocado pelo aquecimento do nível de atividade da economia, que chegou a registrar um crescimento de 4,46% no PIB, durante o ano.

Já em 2001, um novo cenário está sendo decisivo para afetar negativamente a dinâmica do mercado de trabalho formal. O recente quadro macroeconômico é influenciado por fatores internos e de

natureza externa, que condicionam as expectativas dos agentes econômicos e afetam o desempenho da economia brasileira. No plano internacional, apresentam-se, a partir de março, a desaceleração da economia mundial, marcada pela redução do crescimento econômico europeu e norte-americano e pela recessão japonesa, aliada à crise institucional, político-econômica da Argentina. Internamente, tem-se a crise energética e a desaceleração do nível de atividade econômica, o que tem trazido resultados bastante aquém dos obtidos no ano anterior. Esses dois choques internos são decorrentes da política econômica adotada pelo atual governo e certamente configuram-se como os principais fatores explicativos da trajetória do emprego formal quando considera-se a presença de choques negativos setoriais. Dessa forma, tem-se que:

A destruição maciça de empregos formais e a baixa geração de outros tipos de ocupação foram, e continuam sendo, fortemente determinadas também pelas baixas taxas de crescimento da economia, induzidas pela lógica do plano de estabilização monetária implementado a partir de 1994. (Borges, 2000, 93)

Conforme os choques externos relacionados, o desempenho econômico dos EUA, Japão e União Européia são de fundamental importância na conformação da economia mundial, uma vez que se constituem nos principais países desenvolvidos do mundo, importadores de bens comercializáveis e exportadores de produtos, tecnologias e capitais, especialmente para os países subdesenvolvidos. Para o Brasil, impõe-se particularmente a relevância da economia norte-americana, uma vez que se trata do seu principal parceiro comercial e credor. Por outro lado, a situação da economia argentina é preocupante, pois sendo o segundo principal parceiro comercial brasileiro, além de importante integrante do Mercosul (bloco comercial do qual o Brasil faz parte), as complicações que enfrenta extrapolam as suas fronteiras². Assim, esse contexto externo é desfavorável à sustentabilidade das taxas de crescimento registradas em 2000, contribuindo para a reversão das expectativas dos agentes econômicos e fazendo com que novas projeções de crescimento, mais pessimistas, sejam divulgadas para 2001.

No que diz respeito à crise energética, o racionamento de energia gera efeitos diferenciados so-

bre a oferta de postos de trabalho celetistas dos diversos setores de atividade econômica. Suas consequências no mercado de trabalho (demissões) foram atenuadas, em alguns casos, devido à adaptação das empresas ao racionamento (redução do consumo, geração da própria energia, compra de energia de outras empresas); ao afrouxamento das metas de consumo fixadas pelo governo para diversos setores; ao fato de as empresas apresentarem um nível de produção menor em decorrência do desaquecimento da demanda interna e ao impacto apenas indireto³ com que incide sobre o nível de emprego formal.

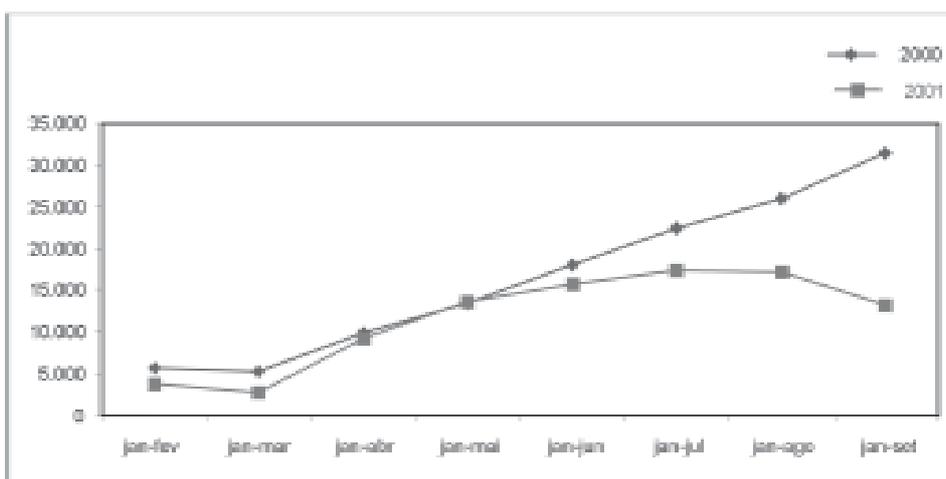
A relação entre a redução de energia e o emprego celetista não é direta porque ao efetuar uma demissão a firma leva em conta uma série de custos que tem com a mão-de-obra. Os desligamentos feitos pelas empresas incorporam custos fixos (custo de procura, informação, treinamento específico, experiência) e relativos aos direitos trabalhistas (mês de aviso prévio, FGTS, multa rescisória, décimo terceiro salário). De fato, esses encargos interferem positivamente na decisão de manutenção do emprego, contribuindo para a minimização do efeito da restrição de energia. Entretanto, mesmo as empresas tendo-se adaptado à situação de racionamento, isso representa um obstáculo à ampliação do quadro de vagas.

Esse contexto, composto pela combinação dos diversos fenômenos listados acima, tende a introduzir uma tendência negativa na possibilidade de criar novos empregos celetistas no estado baiano, generalizada em todos os setores de atividade. Dessa forma, os reflexos desses condicionantes sobre a demanda de trabalho formal da Bahia estão fazendo com que a trajetória do ciclo conjuntural do ano em análise se situe em um patamar inferior ao observado no ano 2000.

Conforme se observa no Gráfico 1, os dados do CAGED captam uma situação de deterioração do mercado de trabalho celetista na Bahia no transcurso do ano 2001. Durante os primeiros nove meses, verificou-se uma expansão do estoque de assalariados em 13.197 novos postos de trabalho. Contudo, comparando-se este saldo com o obtido no mesmo período de 2000 (31.531 novos empregos gerados) percebe-se que a contração da demanda formal de trabalho baiana foi bastante acentuada,

em 58,1%, refletindo o desaquecimento do nível de atividade econômica no País. Setembro representa o sexto mês consecutivo de redução do nível do emprego formal na Bahia (com 3.972 vagas fechadas), reforçando a tendência declinante apontada anteriormente. Somente entre os meses de março a abril houve crescimento, com 7.322 novas posições ocupacionais. Entre todos os demais meses ocorreram perdas de emprego. Enquanto no primeiro semestre de 2001 eram criadas 15.817 novas oportunidades de trabalho com carteira assinada, no último trimestre (julho a setembro do presente ano) 2.620 vagas foram eliminadas, indicando a intensificação do desaquecimento sobre o nível do emprego celetista no estado.

Gráfico 1
Evolução do emprego formal
Bahia, meses acumulados/2000-2001



Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei 4.923/65

A baixa expansão do emprego formal no estado é preocupante, pois agrava a situação precária do mercado de trabalho, cuja participação de atividades informais é cada vez mais freqüente em função das reestruturações na produção e dos processos organizacionais e de gestão da mão-de-obra. A queda no ritmo de expansão dos vínculos formais também amplia as dificuldades de incorporação de novos contingentes de trabalhadores e torna mais difícil a reinserção dos trabalhadores com experiência e que estão desempregados. A diminuição dos postos de trabalho celetistas no estado pode estar contribuindo decisivamente para o aumento exacerbado de ocupações precárias, incertas e descontínuas.

Distribuição espacial do emprego formal

Considerando o período acumulado dos nove primeiros meses em 2001, o total de empregos na Bahia representa 31,4% do total de postos celetistas criados na região Nordeste (42.051 novas vagas). O segundo estado em termos de participação no total nordestino é o Ceará, com 12.127 novas vagas (28,8%). Os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte também geraram um número significativo de novos postos de trabalho, 7.676 e 6.612, respectivamente, e, juntos, representam 34% do nível de emprego formal do Nordeste. Os demais estados tiveram pequenas participações, porém todos obtiveram saldos positivos, exceto em Alagoas,

onde mais de 8.000 vagas foram fechadas no período. (Tabela 1)

A Bahia, nos três primeiros trimestres do ano 2000 também registrava a maior participação no total de postos de trabalho criados na região Nordeste. Gerou 31.531 novos empregos (36,6%) das 86.164 novas vagas nordestinas. Assim, mesmo tendo uma redução acentuada dos postos de trabalho gerados no

Tabela 1
Saldos* acumulados no ano 2001

Estados Nordestinos	Empregos celetistas	
	jan-set/01	%
Nordeste	42.051	100,0
Maranhão	4.432	10,5
Piauí	2.796	6,6
Ceará	12.127	28,8
Rio Grande do Norte	6.612	15,7
Paraíba	2.534	6,0
Pernambuco	7.676	18,3
Alagoas	- 8.899	- 21,2
Sergipe	1.576	3,7
Bahia	13.197	31,4

Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei 4923/65
 *Segundo o CAGED, os saldos representam as vagas resultantes da movimentação mensal entre os admitidos e desligados pelo estabelecimento declarante e são obtidos pela diferença entre as admissões e os desligamentos.

presente ano (58,1%), conseguiu manter a sua posição devido ao expressivo fechamento de vagas ocorrido na região (51,2%), para igual período.

Em relação à distribuição nacional dos saldos, no período acumulado dos meses de janeiro a setembro de 2001, conforme a Tabela 2, a Bahia apresenta-se como o décimo segundo estado em termos de geração de novos empregos celetistas, situando-se abaixo dos estados de economias mais expressivas do País, localizados nas regiões Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo). Além desses, estão melhor posicionados que a Bahia outros estados pertencentes à região Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e até mesmo o estado do Pará, na região Norte, cujo desempenho nos três primeiros trimestres de 2001, em termos de geração de empregos, foi o mais baixo dentre o de todas as demais regiões, inclusive inferior ao da região nordestina, respectivamente, 32.218 contra 42.051 novas vagas.

Ainda observando a distribuição do emprego formal no nível nacional nos primeiros nove meses de 2000, a Bahia encontrava-se posicionada como o oitavo estado a apresentar o maior número de

empregos criados, situando-se atrás apenas dos estados das regiões Sudeste-Sul (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e do estado de Goiás. Assim, a Bahia apresentou uma significativa queda em sua colocação no ranking, perdendo quatro posições na comparação de 2000 para 2001. Em parte, a explicação para este acontecimento está na redução do nível de emprego formal baiano durante o presente ano.

Quanto à distribuição espacial dos novos postos de trabalho celetistas no território baiano, tomando-se como referência o período acumulado nos nove primeiros meses de 2001, verifica-se a tendência de concentração dos novos empregos no interior do estado. Do total de 13.197 novos postos gerados na Bahia, 9.977 (75,6%) estão distribuídos no interior e apenas 24,4% das novas oportunidades de trabalho são criadas na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A tendência à desconcentração da geração de empregos com carteira de trabalho assinada na RMS é confirmada quando se compara o período dos três primeiros trimestres deste ano com igual período de 2000, pois, no período passado, mais empregos formais eram criados na RMS (41,6% de todos os novos postos do estado) contra 58,4% das novas vagas distribuídas pelo interior do estado.

Dois aspectos podem ser levantados diante desse maior assalariamento nos municípios do interior do estado: o primeiro, diz respeito às causas dinâmicas⁴ desse impulso desconcentrador e a seus efeitos sobre as condições de vida da população; o segundo se refere às implicações da baixa oferta de postos de trabalho formal na RMS. Os efeitos da criação de empregos fora da RMS são relativamente positivos tanto para a população quanto para os municípios, já que garantem uma remuneração mínima para os trabalhadores e acabam dinamizando todo o nível de renda local. No longo prazo, constituem-se também em uma alternativa para aqueles que possivelmente migrariam para a capital do estado e seus grandes centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho. Por outro lado, sabe-se

Os efeitos da criação de empregos fora da RMS são relativamente positivos tanto para a população quanto para os municípios, já que garantem uma remuneração mínima para os trabalhadores e acabam dinamizando todo o nível de renda local.

Tabela 2
Estados da federação segundo o maior saldo acumulado no ano – jan-set/2001

Estados	Saldos acumulados	
	jan-set/01	Classificação
Brasil	772.730	—
São Paulo	325.392	1º
Paraná	76.013	2º
Minas Gerais	68.076	3º
Rio de Janeiro	47.980	4º
Santa Catarina	47.043	5º
Rio Grande do Sul	39.688	6º
Goiás	29.772	7º
Mato Grosso	21.733	8º
Espírito Santo	19.086	9º
Pará	16.153	10º
Mato Grosso do Sul	15.222	11º
Bahia	13.197	12º

FONTE: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei 4923/65

que esses novos empregos estão concentrados em apenas alguns municípios mais desenvolvidos, de algumas regiões econômicas do estado, persistindo, assim, os grandes vales de pobreza e de concentração de renda no território baiano.

As implicações da baixa geração e da perda de participação do emprego formal da RMS no total de postos do estado constituem-se em sérios agravantes para uma área de grande adensamento populacional, onde existe uma acentuada desproporção entre o número de vagas abertas e o crescimento da oferta de trabalho. Além disso, a RMS lidera com a maior taxa de desemprego entre todas as regiões metropolitanas pesquisadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Ainda segundo a PED, a parcela formal do mercado de trabalho na RMS corresponde a apenas 34,3% do total de ocupações geradas, sendo ampla a presença de atividades informais, principalmente no setor de Serviços (ocupações caracterizadas geralmente pela baixa produtividade e baixos rendimentos). Devido a todos esses elementos citados, os efeitos da redução do emprego formal na RMS para a sua população economicamente ativa são muito graves e demandam outras saídas em termos de ampliação das vagas, o que pode vir a ocorrer com a criação dos empregos diretos e indiretos provenientes da atuação da FORD em Camaçari.

Distribuição setorial do emprego formal

Segundo o CAGED, o setor de Serviços apresenta a melhor performance em geração de novos empregos formais, no período acumulado dos últimos doze meses (outubro de 2000 a setembro de 2001), criando 9.441 vagas ou 83,6% do total de novos empregos gerados no estado. O mesmo desempenho é registrado para os nove primeiros meses de 2001, com a criação de 7.926 novos postos, representando 60,1% do total de vagas geradas em todas as atividades econômicas.

Dentre os seus subsetores, os que tiveram a principal responsabilidade na queda do desempenho dos Serviços, em 2001 (623 postos de trabalho fechados), foram as Instituições Financeiras e o Comércio Administrativo de Imóveis Tec. Pr., que retraíram significativamente as suas demandas de trabalho, no período acumulado de outubro do ano

passado a setembro de 2001, destruindo, respectivamente, 2.013 e 2.205 empregos. As Instituições Financeiras foram o único subsetor a apresentar contração em seu estoque de assalariados, tanto no período acumulado durante os três primeiros trimestres quanto nos últimos doze meses do corrente ano: respectivamente, 2.115 e 2.335 empregos destruídos. Esse subsetor tem o seu desempenho associado a fatores estruturais que o têm afetado negativamente, como, por exemplo, a introdução de novas tecnologias no setor bancário, provenientes de um processo de reestruturação organizacional e de gestão do trabalho, além do processo de reestruturação produtiva, marcado por constantes fusões, aquisições e privatizações.

Os subsetores de Ensino e de Transporte e Comunicações foram os mais expressivos do setor Serviços em crescimento do emprego formal em todos os períodos de análise (acumulado no ano e nos últimos doze meses) e nos dois anos considerados (2000 e 2001), apresentando, inclusive, uma trajetória ascendente do nível do emprego em 2001. A maior demanda por escolarização pode ser um dos fatores relacionados com o crescimento do emprego no subsetor de Ensino, já que novos estabelecimentos estão sendo abertos e a oferta de pessoas matriculadas nas escolas está crescendo. Outro fator que pode estar determinando parte do desempenho desse subsetor é uma variável sazonal (fim das férias e reinício das aulas em meados do ano).

A Indústria de Transformação também faz parte dos principais setores que dinamizam a demanda de emprego formal no estado, apresentando 4.806 novas vagas no período acumulado dos últimos doze meses (outubro de 2000 a setembro do ano em curso), ou 42,5% do total de postos celetistas criados na Bahia. Posiciona-se, assim, como o segundo maior setor em importância na composição da demanda total de trabalho formal do estado. Ainda assim, a Indústria de Transformação, não obstante o saldo positivo nos primeiros nove meses de 2001, tem arrefecido o ritmo de contratações de forma generalizada em seus subsetores, salvo em dois de seus subsetores (Calçados e Materiais Elétricos e Comunicações). Embora venha se beneficiando com a desvalorização do Real, através de seus segmentos produtores de bens comercializáveis internacio-

nalmente, a Indústria de Transformação tende a ter a sua demanda de trabalho reprimida, em um primeiro momento, pelos choques externos, principalmente pelo desaquecimento da economia dos EUA. Considerando os seus subsetores, o de Calçados é o mais importante em termos de geração de novos empregos formais.

O subsetor de Calçados teve a participação mais significativa na Indústria de Transformação, no período acumulado de outubro de 2000 a setembro de 2001 e nos nove primeiros meses do ano em curso, respectivamente 67,1% e 47,3% do total dos novos postos de trabalho gerados no setor. A esse desempenho, aliou também uma participação bastante re-

Tabela 3
Evolução do emprego formal segundo os setores e subsetores de atividade econômica
Bahia, 2000/2001*

Setores e subsetores de atividade econômica	SalDOS			
	2001*		Acumulado out/00-set/2001	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Total	13.197	100,0	11.297	100,0
Extrativa Mineral	11	0,1	- 13	- 0,1
Indústria de Transformação	3.552	26,9	4.806	42,5
Produtos Minerais não-Metálicos	- 259	- 2,0	- 621	- 5,5
Metalúrgica	- 30	- 0,2	- 65	- 0,6
Mecânica	- 525	- 4,0	- 563	- 5,0
Mat. Elétricos e Comunicações	1.522	11,5	1.554	13,8
Material de Transporte	355	2,7	606	5,4
Madeira e Mobiliário	- 13	- 0,1	0	0,0
Papel, Papelão, Editorial	- 157	- 1,2	- 131	- 1,2
Borracha, Fumo, Couros	- 35	- 0,3	- 158	- 1,4
Química, Pr. Farm, Veterinário	996	7,5	1.082	9,6
Têxtil, Vestuário	282	2,1	254	2,2
Calçados	1.683	12,8	3.228	28,6
Prod. Aliment., Bebidas	- 267	- 2,0	- 380	- 3,4
Serv. Ind. Utilidade Pública	- 139	- 1,1	- 301	- 2,7
Construção Civil	- 4.724	- 35,8	- 8.309	- 73,6
Comércio	2.715	20,6	4.456	39,4
Comércio Varejista	1.712	13,0	3.669	32,5
Comércio Atacadista	1.003	7,6	787	7,0
Serviços	7.926	60,1	9.441	83,6
Instituições financeiras	- 2.115	- 16,0	- 2.335	- 20,7
Comércio Adm. Imóveis Tec. Pr.	3.759	28,5	3.158	28,0
Transporte e Comunicações	2.214	16,8	3.064	27,1
Alojamento, Alim. R. Manutenção	187	1,4	2.157	19,1
Médicos, Odontológicos	1.381	10,5	1.574	13,9
Ensino	2.500	18,9	1.823	16,1
Administração Pública	- 294	- 2,2	- 499	- 4,4
Agricultura, Silvicultura	3.923	29,7	1.306	11,6
Outros	227	1,7	410	3,6

FONTE: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei 4923/65

*O saldo deste ano é composto até o mês de setembro (última informação disponibilizada do CAGED, no momento).

representativa no total de empregos criados no estado, de 28,6% e 12,8%, respectivamente, para os mesmos períodos citados. Outro subsetor que também teve uma performance diferenciada foi o de Materiais Elétricos e Comunicações, com 1.554 novas vagas nos últimos doze meses (outubro de 2000 a setembro de 2001) e 1.522 novas oportunidades de trabalho de janeiro a setembro de 2001.

O desempenho do subsetor calçadista revela dois pontos positivos. Além de destacar-se como o segmento industrial mais dinâmico em termos de geração de postos de trabalho, vem apresentando uma tendência não só de manutenção dos empregos criados a partir de 1997, com a instalação, principalmente, das empresas Azaléia e Ramarim, como também de ampliação de sua demanda de trabalho, através da Picadilly e, mais recentemente, com a instalação da Via Uno e Schmidt, em Serrinha. O considerável desempenho da indústria calçadista no período pode ser explicado não somente pela característica de intensiva absorção de força-de-trabalho, como também pelo eficaz apoio institucional do governo baiano e das entidades empresariais no estado. (Suerdieck, S., 2001)

O Comércio é o terceiro principal setor gerador de vagas celetistas no estado, apresentando 4.456 novas oportunidades de trabalho entre o período de outubro de 2000 a setembro de 2001. Contudo, nesse mesmo período (outubro de 2000 à setembro de 2001), verifica-se um desaquecimento da demanda de trabalho no Comércio, sendo fechados 3.049 postos de trabalho, e, nos primeiros nove meses de 2001, sendo destruídos 3.706 empregos. Esse desempenho decrescente dos saldos do setor é determinado pelo subsetor Varejista, que apresenta significativas queimas de postos de trabalho em ambos os períodos mencionados (acumulado últimos doze meses e ao longo do ano de 2001). Os fatores que mais contribuem para essa performance são: a crise energética, que tem imposto duras restrições ao segmento em termos do horário de funcionamento de suas atividades, e a retração do nível de atividade econômica, que atua diretamente, reduzindo as transações comerciais (compra e venda de mercadorias).

A agricultura é o último grande setor que possui um papel representativo na composição dos empregos formais do estado, gerando 1.306 novas oportu-

nidades de trabalho, ou 11,6% do total de vagas criadas na Bahia, no período de outubro de 2000 a setembro de 2001. Nos primeiros nove meses do presente ano, foi o segundo setor a criar mais postos celetistas no estado (3.923 novas vagas ou 29,3% do saldo total baiano). Esse desempenho corresponde a uma maior dinamização de certas culturas, altamente modernizadas, mas com uma utilização considerável de mão-de-obra. Essas culturas estão principalmente concentradas nas regiões Oeste (município de Barreiras) e Baixo Médio São Francisco (município de Juazeiro), respectivamente, com a soja e a fruticultura.

Por fim, a Construção Civil é um setor de importância fundamental na definição da demanda formal de trabalho do estado e é através dele que se torna possível compreender a elevada queda no nível de crescimento do emprego formal baiano (21.168 e 13.197 postos de trabalho fechados, respectivamente, de outubro de 2000 a setembro de 2001 e nos nove primeiros meses de 2001). A Construção Civil apresentou os maiores saldos negativos no estado para esses mesmos períodos, respectivamente 13.573 e 10.989 vagas fechadas, registrando assim o pior desempenho setorial do ano 2001.

Alguns resultados do setor da Construção Civil, decorrentes de sua expressiva redução de postos de trabalho celetistas, estão associados aos efeitos da crise de energia, caso da restrição da liberação de novos pontos de energia na construção de imóveis comerciais, de serviços e residenciais. Ademais poderia estar ocorrendo a substituição dos vínculos formais por relações de trabalho informais e precarizadas (contratação da mão-de-obra através de empresas terceiras), explicando assim parte do contingente de trabalhadores ocupados nas obras em andamento, principalmente na RMS. Além disso, a Construção Civil é um setor que incorpora aspectos de mais longo prazo (demanda de imóveis, financiamentos, etc.), que tornam mais difícil a identificação de quais variáveis estão condicionando a sua demanda de trabalho. É provável que variáveis específicas como as linhas de crédito para compra de imóveis e mudanças nas políticas de financiamento estejam incidindo negativamente em seu desempenho.

Referências bibliográficas

BORGES, Ângela. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. *Bahia Análise & Dados - retrospectiva 2000 e perspectivas*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, v.10, n. 3, dezembro de 2000.

BALANCO, Paulo; MACHADO, Kenys. Instabilidade e reversão de expectativas de crescimento da economia mundial para 2001. *Conjuntura & Planejamento*. Julho de 2001, n. 86. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI.

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Análise Mensal do Mercado de Trabalho. Agosto 2001. Disponível em www.mte.gov.br

Bahia Análise & Dados - retrospectiva 2000 e perspectivas. Desempenho da economia baiana no ano 2000 e tendências para 2001. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, v.10, n. 3, dezembro de 2000.

SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos. Os postos de trabalho no ano 2000. *Bahia Análise & Dados - retrospectiva 2000 e perspectivas*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, v.10, n. 3, dezembro de 2000.

SUERDIECK, Sidnei Silva. Planejamento governamental e a indústria calçadista na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, n. 84, p. 20-25. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, 2001.

Notas

- 1 A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é outro registro administrativo do MTE que também expressa o mercado formal de trabalho e diferencia-se do CAGED em dois aspectos: primeiramente, por ter uma cobertura completa do setor formalizado da economia, além dos vínculos celetistas compõe-se também dos estatutários, temporários e avulsos; e em segundo, por ser realizada anualmente.
- 2 Para maiores detalhamentos da instabilidade que acomete a economia mundial, ver BALANCO, Paulo e MACHADO, Kenys, 2001.
- 3 Os impactos da crise de energia sobre o nível de emprego podem atuar de forma direta, mais facilmente, sobre o setor informal do mercado de trabalho, onde geralmente a mão-de-obra é menos qualificada e implica menos custos para a empresa. Assim, esta relação de trabalho informalizada tem uma baixa interferência nas decisões do empresário em efetuar constantes desligamentos e novas contratações mais precarizadas (geralmente com nível de rendimento inferior ao do antigo trabalhador) quando o seu nível de produção é reduzido e seus lucros ameaçados.
- 4 Segundo *Bahia Análise & Dados* (2000), na parte intitulada Mercado de Trabalho Formal, contida no artigo "Desempenho da economia baiana no ano 2000 e tendências para 2001", o surgimento de novas oportunidades de trabalho no interior do estado integra o novo ciclo de investimentos realizados na economia baiana decorrente das estratégias empresariais e da ação estatal na concessão de incentivos nos últimos anos.

*Flávia Santana Rodrigues Suerdieck é bacharelanda da Faculdade de Ciências Econômicas, auxiliar técnica da SEI e participante do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC).

O mercado de trabalho na RMS

*Edson A. S. Sobrinho**

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED¹) para o decorrer do ano 2001 mostram uma deterioração do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, evidenciada pelo expressivo crescimento do contingente de desempregados e pela redução nos níveis dos rendimentos da população ocupada.

Durante o ano de 2001, o cenário macroeconômico brasileiro foi conturbado pela recessão na economia americana e pela crise político-econômica na Argentina, o que levou o dólar americano a atingir as cotações mais altas desde a implantação do Plano Real. Ainda no plano interno, as incertezas provocadas pela escassez de energia elétrica vieram reforçar as expectativas pessimistas para o segundo semestre, ampliando a intranquilidade dos trabalhadores quanto a seu futuro.

O desempenho negativo da economia brasileira durante este ano vem impedindo um melhor desempenho do mercado de trabalho na RMS e contribuindo para diminuir a qualidade de vida da família do trabalhador, levando mais membros da família a procurar emprego e, assim, a que seja aumentado o contingente de desempregados.

Desemprego

Apresentando a maior taxa de desemprego (27,8%) entre as regiões metropolitanas onde a PED é realizada, a RMS apresenta um mercado de trabalho heterogêneo, no qual se misturam atividades formais, com contratos regidos pela CLT, e uma

quantidade expressiva de atividades informais. A excessiva quantidade de indivíduos exercendo inúmeras ocupações precárias e de curta duração, sem qualquer tipo de proteção social, reforça a idéia de que estas atividades estão se tornando a principal alternativa de inserção dos desempregados no mercado de trabalho.

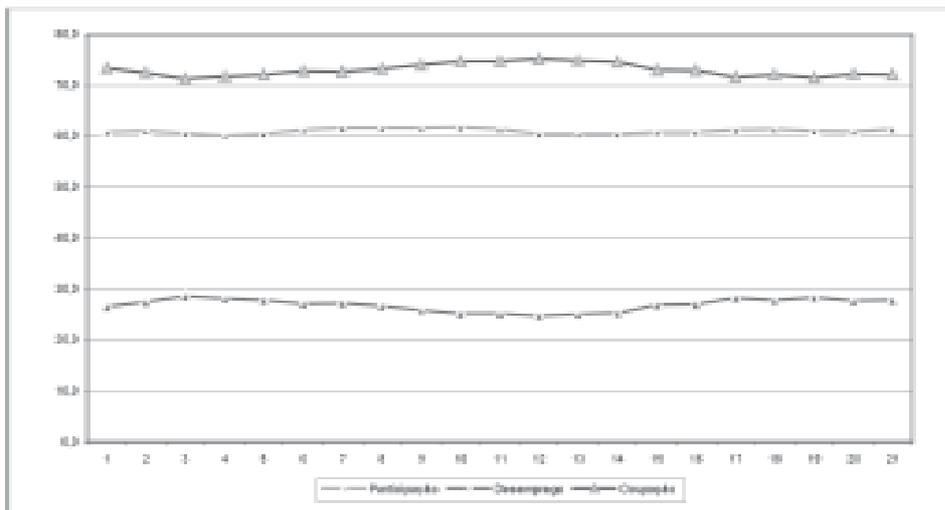
A Taxa Global de Participação – indicador que expressa a proporção da População em Idade Ativa (PIA) incorporada ao mercado de trabalho na condição de ocupada ou desempregada – chegou a 61,4% no mês de setembro deste ano, inferior à taxa de 61,6% registrada no mesmo mês do ano passado. A População Economicamente Ativa (PEA) foi estimada no mês de setembro de 2001 em pouco mais de 1.611 mil pessoas. Comparada à do mesmo mês do ano passado, constata-se que mais 43 mil indivíduos passaram a fazer parte desse contingente, sendo que apenas mil como ocupados e 42 mil na condição de desempregados. Isso acontece porque, apesar de vir tendo desempenho positivo, o nível de ocupação não vem crescendo em ritmo suficiente para absorver a mão-de-obra que entra no mercado de trabalho, resultando na expressiva ampliação do contingente de desempregados desde o início deste ano.

Além disso, como consequência das crises externas e da inconsistência macroeconômica do Plano Real, diversos postos de trabalho foram perdidos durante o ano e as taxas de desemprego estão retornando aos níveis pós-desvalorização cambial, verificados em 1999. De acordo com a pesquisa

acima citada, 448 mil pessoas foram consideradas desempregadas em setembro de 2001, enquanto que em setembro de 2000 eram 406 mil. Assim, o número de desempregados cresceu 10,3%, fazendo com que a taxa de desemprego passasse de 25,9% para 27,8%.

Gráfico 1

Taxas de participação, desemprego e ocupação RMS, jan/2000 – set/2001

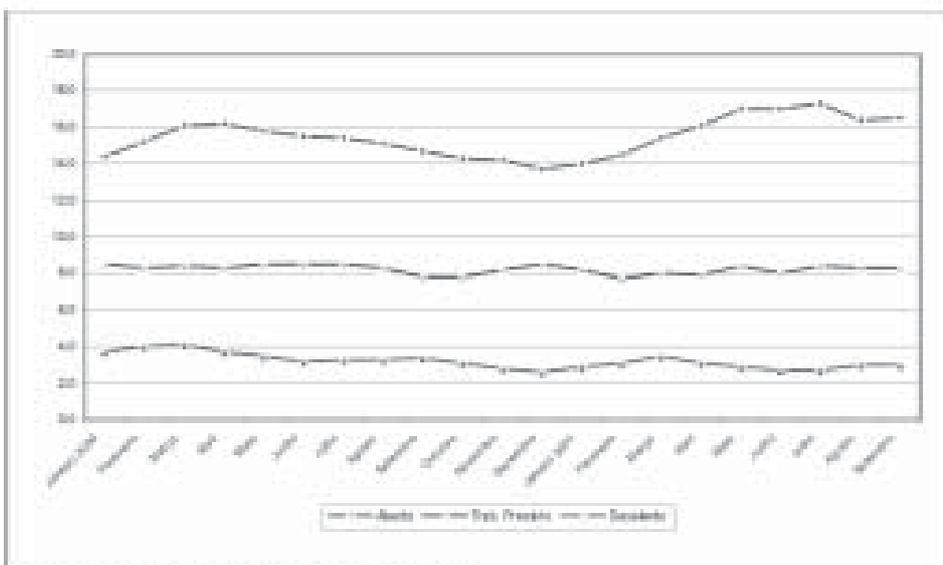


Fonte: PED RMS-SE/SE TRÁS/URBAO/IEESE/SE/ACE

Ainda em relação à taxa de desemprego, verifica-se que, do total de desempregados na RMS, no mês de setembro do corrente ano, 16,5% encontravam-se na situação de desemprego aberto² e 11,3% estavam na situação de desemprego oculto³, seja pelo exercício do trabalho precário (8,3%), seja pelo desalento (3,0%) para procurar trabalho. Chama-nos a atenção o crescimento do desemprego aberto na RMS, 2,8 pontos percentuais apenas este ano. A taxa de 16,5% é mais do que equivalente à taxa de desemprego total de outras regiões metropolitanas do porte de Salvador, como Porto Alegre (14,5%).

Gráfico 2

Evolução das componentes da taxa de desemprego total RMS, jan/2000 – set/2001



Fonte: PED RMS-SE/SE TRÁS/URBAO/IEESE/SE/ACE

Segundo os atributos pessoais, o desemprego atinge diferentemente os membros do grupo familiar. O desemprego dos *Chefes de Família* é inferior ao dos *Demais membros* e nele tem peso expressivo o desemprego aberto, já que dificilmente os chefes reúnem condições materiais suficientes

para uma saída temporária do mercado de trabalho. O desemprego entre os *Chefes de Família* atingiu o patamar de 17,8%, cerca de 9,2% a mais que o verificado no mesmo mês do ano passado. Para os *Demais Membros* da família, a taxa de desemprego situa-se em torno de 34,3% e vem demonstrando uma tendência a crescer, refletindo a necessidade de mais membros da família procurarem uma ocupação que complemente o orçamento familiar.

Segundo o gênero, o desemprego vem crescendo tanto para homens quanto para mulheres, po-

rém de modo mais acentuado entre os homens. A taxa de desemprego entre estes está em 25,9% e para as mulheres em 30,0%. Em relação ao mesmo mês do ano passado, as taxas cresceram 9,3% para os homens e 5,6% para as mulheres.

Mesmo diante das dificuldades de inserção das mulheres no mercado de trabalho, a sua participação no rol dos ocupados vem aumentando ao longo da série da PED na RMS. Os homens representam 53,9% do total de Ocupados, enquanto que as mulheres representam 46,1%. Não obstante as conquistas que as mulheres vêm obtendo no mercado de trabalho nos últimos anos, pode-se afirmar que as ocupações que elas assumem ainda são mais precárias que as dos homens e que a redução dos rendimentos médios tem sido um dos fatores determinante para a elevação da taxa de participação feminina na RMS.

Segundo a idade, no período de setembro de 2000 a setembro de 2001 a taxa de desemprego cresce para todas as faixas. Para as crianças e adolescentes (10 a 17 anos de idade) essa taxa está no patamar de 51,7%. Para os jovens (18 a 24 anos de idade) a taxa é de 41,6% e aumentou em 5,3% quando comparada à do mesmo período do ano passado. Da mesma forma que em anos anteriores, observam-se elevados números no desemprego dessas faixas de idade, o que nos sugere um aumento das dificuldades para crianças e adolescentes terem acesso às posições de trabalho ou para conquistarem o primeiro emprego, já que se constituem em cerca de 46,4% dos desempregados.

O desemprego atingiu mais fortemente a população adulta, que representa 53,6% do total de desempregados. A taxa de desemprego para aqueles que estão na faixa etária entre 25 e 39 anos de idade cresceu 20,9% durante o ano de 2001, saltando de 21,1%, em dezembro de 2000, para 25,5% em setembro deste ano. Para aqueles com 40 anos ou mais de idade, a taxa de desemprego cresceu 6,2%, ficando no patamar de 15,4%. Dessa forma, o desemprego cresce principalmente nas classes usualmente responsáveis pelo orçamento familiar e entre aqueles que, presumivelmente, detêm experiência de trabalho.

Quanto à distribuição do desemprego por cor, a taxa também vem crescendo tanto para brancos quanto para a população negra, sendo que numa proporção bem menor nesta última, de 27,3%, em

setembro de 2000, para 29,2% em setembro de 2001. Essa taxa, entre a população branca, após sucessivas oscilações estacionou em 17,8%.

Ocupação

Segundo o setor de atividade, quase todos tiveram incremento no nível de ocupação. A Indústria aumentou em 0,8% esse número, embora venha reduzindo sua participação como setor absorvedor de mão-de-obra, representando 7,6% dos ocupados na RMS em setembro deste ano. Ainda na análise do comportamento do setor apenas este ano, os índices do nível de ocupação indicam uma queda de 3,6%. Tal comportamento negativo é reflexo do desempenho da economia no período em que a queda relativa da taxa de investimentos constitui-se em um dos traços mais danosos para a geração ou até a manutenção do emprego industrial.

A tendência à queda da ocupação no setor industrial é preocupante, porque boa parte desses postos de trabalho é pautada por uma maior formalização e seus níveis salariais são mais elevados, dando uma qualidade ao emprego bem acima daquelas oferecidas pelos setores de Comércio e Serviços.

Mesmo admitindo-se que a economia se recupere e entre em outro ciclo de prosperidade, a Indústria de Transformação baiana não deverá gerar o mesmo nível de emprego – nem mesmo voltar ao que era – dadas as inovações tecnológicas e o contínuo processo de reestruturação produtiva e organizacional a que o setor está submetido.

A Construção Civil, apesar da retração ocorrida no transcorrer deste ano, teve um breve período de recuperação e vem mantendo sua participação estabilizada em torno de 5,3%. Como é um setor intensivo em trabalho, vem enfrentando dificuldades em virtude da diminuição das linhas de crédito ao consumidor, da perda geral do poder aquisitivo da população e da restrição ao crédito para financiar essa atividade, uma vez que os juros altos não são favoráveis a novos investimentos.

Concomitantemente à queda da participação do emprego industrial na estrutura setorial da ocupação, observa-se expressiva participação do setor Terciário, no qual se encontram 75,6% dos ocupados da RMS, mantendo o mesmo patamar observado no ano passado. O Comércio absorve 16,8% do

emprego e o agregado *Serviços*, 58,8%, inclusive os empregos na Administração Pública. Nos últimos 12 meses os *Serviços* tiveram significativa expansão, oferecendo cerca de 36,1 mil novas ocupações, representando um crescimento de 3,3% em relação ao mês de setembro do ano passado.

O expressivo crescimento da ocupação no Terciário deve ser mais bem caracterizado, uma vez que grande parte desses novos postos de trabalho é exercida por pessoas de baixa qualificação, além de consistir em atividades de reduzida remuneração e produtividade. Dentro do agregado *Serviços*, encontram-se os ramos de oficinas, serviços de conservação e limpeza, transporte e armazenagem, serviços especializados e outros serviços, que têm seu desempenho diretamente ligado às atividades industriais, devido ao fato de estarem conectados ao processo produtivo. A expansão destas atividades é conseqüência da acomodação de trabalhadores oriundos do setor industrial e bancário, que perderam seus empregos em decorrência da automação e dos diversos processos de reestruturação organizacional. Do total de postos de trabalho criados entre setembro de 2000 e setembro deste ano, 76,3% pertencem ao agregado *Serviços*, sendo que 46,9% apenas nas atividades ligadas aos *Serviços* da Produção.

O agregado *Serviços* vem sendo o setor da atividade econômica responsável pela maior parte da criação de novos postos de trabalho e com maior capacidade de absorção de mão-de-obra. O aumento do peso dos ocupados nos *Serviços* e a concomitante redução dos mesmos na Indústria refletem tanto o fenômeno de informalização do mercado de trabalho soteropolitano quanto o movimento de migração de trabalhadores da Indústria para os *Serviços*.

Como conseqüência dos aspectos acima mencionados, passou a verificar-se uma flexibilidade, como dispensa e contratação de mão-de-obra, muito elevada, ocasionando uma rotatividade de trabalhadores nessas ocupações. Tal rotatividade, como vem acontecendo na RMS, produz postos de trabalho de baixa qualidade e ainda mais baixos rendimentos, com trabalhadores sem especialização definida e no exercício de diversas ocupações e, o pior, sem nenhuma perspectiva de ascensão profissional e salarial.

Além disso, a maioria dos novos postos de ocupação criados é caracterizada pela ausência ou precariedade dos mecanismos de proteção social, trazendo conseqüências nefastas para o bem-estar familiar, devido à crescente insegurança em torno do emprego. Isso é importante de ser ressaltado porque, particularmente na RMS, um número muito grande de trabalhadores encontra-se nessas condições, convivendo com a precariedade das ocupações, níveis muito baixos de rendimentos e uma singular fragilidade das relações de trabalho.

Segundo a posição na ocupação, continua o crescimento dos *Assalariados*, principalmente os *Com Carteira Assinada*, que ainda são a principal forma de ocupação dos soteropolitanos no mercado de trabalho, correspondendo a 61,4% de todos os ocupados. Dentre esses, os *Assalariados com Carteira Assinada* correspondem a 34,6% das contratações entre os Ocupados e, mantendo a tendência delineada desde o início da pesquisa, cresceram 6,8% em comparação a setembro do ano passado, representando pouco mais de 35,2 mil pessoas.

Entre as outras formas de assalariamento, os *Assalariados Sem Carteira Assinada* representam 12,0%, tendo um crescimento de 1,9% em relação ao mesmo período do ano passado; embora ainda tenham expressiva participação (14,8%), os *Assalariados do Setor Público* perderam quase 1.500 postos de trabalho, reduzindo sua participação em 0,6%. Dessa forma, o assalariamento *Com Carteira Assinada* tem crescido essencialmente no setor privado, enquanto que no setor público vem ocorrendo redução do nível de emprego.

É bom chamar a atenção para o fato de que, na RMS, os setores do mercado de trabalho caracterizados por relações assalariadas formais entre trabalhadores e empregadores restringem-se aos setores da indústria e dos serviços produtivos, além de aos setores típicos da Administração Pública. Em outros setores da Indústria, menos tradicionais, e nos serviços pessoais e domésticos predominam inserções assalariadas informais e autônomas não-assalariadas, características dos segmentos não-organizados do mercado de trabalho e que vêm representando a quantidade de oportunidades ocupacionais na estrutura da economia soteropolitana.

Os Autônomos, após um período de redução na sua participação no rol dos Ocupados, cresceram 2,3% e representam 21,3%. Aqueles Autônomos que trabalham para empresas tiveram significativo crescimento de 11,5%, no período, representando 3,8% dos ocupados. Os Autônomos que trabalham para o setor público têm uma participação de 17,5% e cresceram 0,4% em relação a setembro de 2000.

A categoria dos Autônomos, juntamente com a dos *Assalariados Sem Carteira Assinada*, confere uma certa uniformidade a esse conjunto de trabalhadores profundamente relacionada com a precariedade das ocupações, a fragilidade das relações de trabalho e os baixos rendimentos. Juntos, representam 33,3% do total de Ocupados e, somados aos *Trabalhadores Domésticos* (10,7%), dão uma dimensão do grau de informalidade na RMS.

Rendimentos

O rendimento real médio dos trabalhadores continua em declínio, persistindo na mesma tendência observada desde o início da PED na RMS. Tanto para *Ocupados* como para *Assalariados* os números indicam um dos mais baixos índices, representando recuo de 5,1% em relação ao valor médio do mês de agosto do ano passado (R\$ 572,00), diminuindo o valor médio, recebido em 2001, para R\$

543,00. A mesma dinâmica observou-se para os *Assalariados*, com uma redução de 2,5% e um rendimento médio, em agosto, de R\$ 607,00.

Entre os assalariados do setor privado com carteira assinada os rendimentos caíram em torno de 2,4%, enquanto que para aqueles sem carteira assinada o recuo foi de 7,5%. Essa redução verificou-se sobretudo na *Indústria* e no *Comércio*, com quedas de 2,8% e 4,0%, respectivamente; nos *Serviços*, a queda nos rendimentos também foi significativa, ficando em 2,5%. Na comparação com o mês passado, os assalariados da Indústria apresentaram a maior perda de rendimento real (9,3%), seguindo-se os assalariados dos *Serviços*, com perdas de 2,8%.

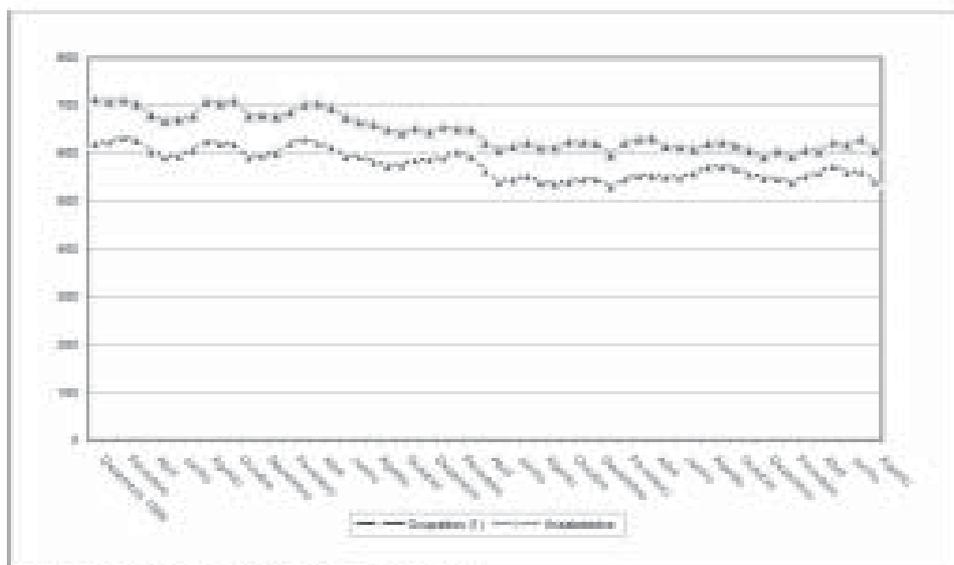
Não obstante os rendimentos no Comércio terem crescido 4,7% em relação ao mês passado, é justamente neste setor que, durante o ano, ocorreram os maiores recuos nos rendimentos reais e o maior número de contratações com carteira assinada, sugerindo que a ocupação formal está se expandindo justamente onde os rendimentos são mais baixos.

Em agosto, segundo a forma de contratação, os assalariados sem registro em carteira tiveram elevação de 2,7% em seus rendimentos médios quando comparados ao mês passado. Em contrapartida, os *Assalariados Com Carteira Assinada* ficaram

com seus rendimentos médios reduzidos em 3,5%. Esses rendimentos foram equivalentes a R\$ 571 para os *Assalariados Com Carteira* e R\$ 291 para os *Assalariados Sem Carteira*.

Os resultados da PED em setembro de 2001 ainda mostram que os ocupados localizados entre os 10% de maior ganho real diminuíram seus rendimentos mínimos em 6,8% em relação a agosto do ano passado. Para os assalariados

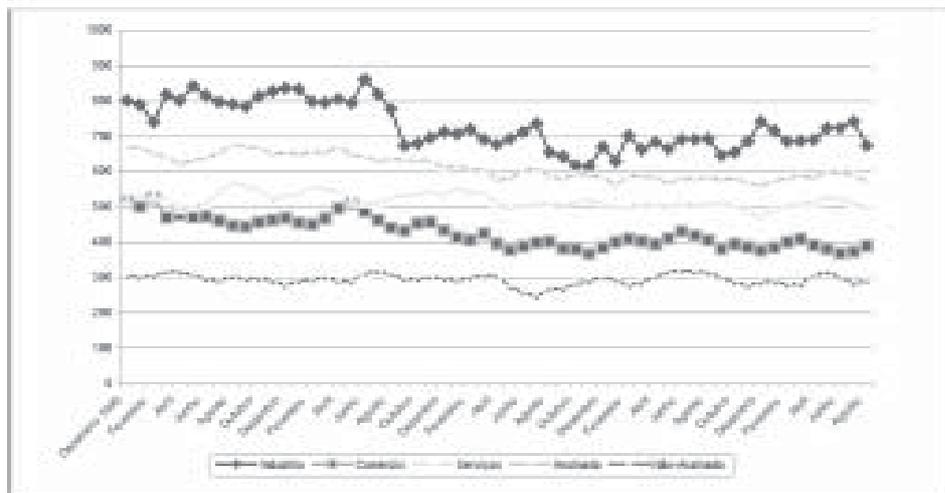
Gráfico 3
Rendimentos reais trimestrais dos ocupados e assalariados RMS, dez/1996 – set/2001



Fonte: PED RMS-SEI/SE TRABALHADORES E SERVIÇOS

Gráfico 4

Rendimentos reais trimestrais dos assalariados no setor privado
RMS, dez/1996 – set/2001



Fonte: PED RMS-SEI/GETRALS/URBA/DIEESE/CEAGE

localizados nessa mesma faixa de renda, a perda de rendimentos foi de 6,6%. Os respectivos valores desses rendimentos foram R\$ 1.200,00 e R\$ 1.215,00. Observou-se ainda que o rendimento máximo dos 10% mais pobres teve expressivo crescimento (16,2%) para os *Ocupados* e acréscimo um pouco menor (11,5%), para os *Assalariados*. O valor máximo recebido por esses trabalhadores foi R\$ 180 para os assalariados e R\$ 100 para os ocupados.

Considerações finais

De modo geral, os níveis de desemprego ao longo deste ano ficaram predominantemente mais baixos que nos mesmos meses em 2000. No entanto, vale a pena ressaltar que o bom desempenho da economia brasileira no ano passado favorecia o crescimento das taxas de ocupação, o que fez as taxas de desemprego recuarem durante todo o ano, saindo de 28,6%, em março, para 24,8% em dezembro. Já este ano, as circunstâncias são completamente diferentes: além das taxas de desemprego já terem avançado para 27,8% em setembro, vivemos uma instabilidade macroeconômica que nos leva a prever uma retração ainda maior da atividade até o fim do ano, gerando uma quantidade de postos de trabalho incapaz de atender à oferta de mão-de-obra existente e, assim, dando mostras de que esse cenário desfavorável continuará favorecendo o crescimento do desemprego

Tal como nas outras regiões metropolitanas do País, as atividades na RMS passaram a exigir uma maior seletividade no mercado de trabalho, permitindo que uma parcela minoritária dos trabalhadores mais qualificados consiga ocupações com contratos formais e cobertura previdenciária, enquanto a outra parcela se insere em relações de trabalho desreguladas e sem proteção. Além disso, a terceirização

da produção e dos serviços transfere cada vez mais trabalhadores da indústria de transformação para pequenas empresas, engrossando as estatísticas de trabalho temporário.

Todos esses fatores foram determinantes para intensificar o processo de precarização do mercado de trabalho na RMS, em que as más condições de empregabilidade forçam o surgimento de uma gama de relações de trabalho desvinculadas da CLT, com baixíssimos rendimentos e, inevitavelmente, agudizam as desigualdades das condições de trabalho, emprego e remuneração.

Quanto aos rendimentos, percebe-se que vêm tendo comportamento declinante, com seus níveis absolutos inferiores aos do mesmo período do ano passado. Tanto para os ocupados quanto para os assalariados os índices do rendimento real diminuíam consideravelmente no período. O rendimento médio dos ocupados que era, em agosto de 2000, de R\$ 573,00, em agosto de 2001 foi de apenas R\$ 543,00, importando numa queda de 5,1%. Analisando-se somente os assalariados, vê-se que percebiam um rendimento médio de R\$ 625,00 e passaram a perceber apenas R\$ 607, resultando num decréscimo de 2,5%.

Dessa forma, conclui-se que a qualidade dos empregos gerados na RMS diminuiu substancialmente: a taxa de desemprego aberto vem aumentando, assim como o desemprego por trabalho precário e, apesar do emprego com carteira assina-

da vir aumentando, isto se dá às custas da redução dos rendimentos. A todos esses fatores sobrepõem-se as péssimas condições de trabalho e de vida da maior parte da população soteropolitana, principalmente as dos grupos mais pobres, que, sem dúvida alguma, são os mais prejudicados.

Notas

1 A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente na Região Metropolitana de Salvador pela SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, pela SETRAS – Secretaria de Trabalho e Ação Social e pela UFBA – Universidade Federal da Bahia, em convênio com a Fundação SEADE e o DIEESE.

- 2 O desemprego aberto engloba todas as pessoas de 10 anos e mais de idade que não têm trabalho e que efetivamente procuraram emprego ou negócio nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa.
- 3 O desemprego oculto é subdividido em duas categorias: por trabalho precário, que engloba as pessoas de 10 anos e mais de idade que, simultaneamente à procura de trabalho, realizam trabalhos remunerados descontínuos e irregulares ou trabalhos não-remunerados de ajuda em negócios de parentes; e o por desalento, que engloba aquelas pessoas com disposição e disponibilidade para trabalhar, mas que não procuraram trabalho nos últimos 30 dias, devido às circunstâncias do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas o fizeram nos últimos 360 dias.

Edson A. S. Sobrinho é técnico da SEI.
E-mail: edsobrinho@uol.com.br

Litoral, Semi-Árido e Cerrado: grandes áreas da Bahia¹

*Diva Maria Ferlin Lopes**
*Patricia Chame Dias***

A Bahia, como integrante da região Nordeste do Brasil, trás em si grande parte das características físicas, econômicas e culturais dessa região. Entre os traços físicos destacam-se os relevos pouco acidentados, mas especialmente o clima semi-árido que domina mais de 60% de seu território. Entre as características econômicas, podem-se observar, de um lado, uma agricultura familiar, de subsistência, dependente das chuvas e pouco rentável, ao lado de outras onde se investe em produção irrigada visando à exportação. Nota-se também um processo de industrialização implantado e em desenvolvimento, cidades amplamente urbanizadas, a par de áreas carentes de quase todos os serviços, habitadas por pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza². Em termos culturais, percebe-se um rico folclore composto de festas, cantos e danças de origem religiosa ou pagã.

Portanto, o estado não pode ser entendido sem se levar em consideração suas diferenciações internas. Ou seja, uma observação mais atenta das características e peculiaridades da Bahia identifica contrastes nos aspectos físicos, ambientais, econômicos, sociais, etc., que acabam por constituir três grandes áreas com perfis – especialmente físicos – que as distinguem umas das outras e que contribuíram para acentuar as diferenças nos padrões de assentamento humano e de exploração econômica. São elas o Litoral, o Semi-Árido e o Cerrado.

Essa segmentação está considerando a divisão da Bahia em Regiões Econômicas estabelecida pela

Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLANTEC). Desse modo, objetivou-se estabelecer condições de comparabilidade com uma série de estudos de caráter sociodemográfico já realizados, particularmente para as duas últimas décadas, que também têm adotado tal regionalização. O Litoral³ da Bahia, assim, fica composto por cinco das Regiões Econômicas (RE); nove formam o Semi-Árido⁴ e apenas uma compõe o Cerrado⁵.

Observe-se que embora exista uma delimitação oficial do semi-árido⁶, esse conceito, aqui, tem valor como referência, pois a divisão em Regiões Econômicas impossibilita que a mesma seja respeitada integralmente (Cartograma 1).

Nessa perspectiva, pretende-se analisar alguns aspectos das tendências do crescimento demográfico reveladas pelo Censo de 2000 – a partir dos resultados parciais já divulgados –, comparativamente aos censos de 1980 e 1991, levando-se em conta as três Grandes Áreas acima mencionadas. A análise contemplará ainda a distribuição espacial dos habitantes por local de residência e porte dos municípios.

Um pouco de História: primórdios do povoamento⁷ da Bahia

A colonização do território brasileiro e baiano começou pela ocupação do litoral em sua extensão – chamada de ocupação “estilo caranguejo”⁸ – em vista de ser a área mais fértil e de mais fácil acesso, mas, também, pelas dificuldades para se

Cartograma 1
Grandes Áreas e Regiões Econômicas
Bahia, 2000



chegar ao interior, por força dos obstáculos naturais – como a presença de serras bem junto do litoral e a densidade da Mata Atlântica – e da hostilidade de muitas tribos indígenas. Até hoje o Litoral é a região mais densamente povoada, urbanizada e que apresenta maior dinamismo econômico, embora em termos territoriais seja a menor das três Grandes Áreas.

O Semi-Árido passou a ser ocupado pelos portugueses a partir da expansão da criação bovina – que como atividade subsidiária da lavoura canieira devia ocupar outros espaços – junto da qual se desenvolveram também os cultivos de subsistência.

co, mas a dificuldade de acesso ocasionou grande morosidade no processo de povoamento. Somente a partir de meados do século XX, diferentes programas governamentais levaram a uma intensa e rápida transformação dos cerrados brasileiros. Por essa via, a parte mais a oeste da Bahia, o chamado Além São Francisco, passou a integrar essa área de expansão agrícola – basicamente voltada ao cultivo de grãos (especialmente a soja) para exportação – atraindo levas de novos moradores, vindos especialmente de outros estados. Contudo, essa é ainda, em termos demográficos, a área mais rarefeita.

Essas atividades promoveram, ao longo do tempo, uma estrutura fundiária em que coexistem grandes latifúndios, ao lado de expressivo número de pequenos proprietários.

Apesar das difíceis condições de sobrevivência nessa área em função das condições climáticas, a propriedade da terra parece ter se constituído em um dos principais elementos de fixação dos indivíduos à terra⁹. Dessa forma, mesmo com uma economia baseada essencialmente na agricultura em moldes tradicionais, quase metade dos baianos ainda vive no Semi-Árido.

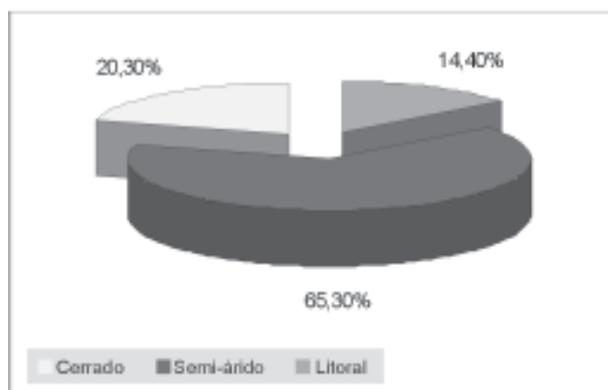
A região do Cerrado começou a ser desbravada ainda no século XVI, através do Rio São Francis-

Distribuição espacial dos habitantes nas Grandes Áreas da Bahia

Entre os anos de 1980 e 2000, a população do Semi-Árido seguidamente perdeu representatividade frente ao conjunto estadual. Agregava mais de 50% dos residentes baianos em 1980 e caiu para 48,40% em 2000, mas ainda detendo a maior parte dos residentes da Bahia. As demais áreas apresentaram tendência inversa, ampliando sua importância na composição do total baiano. Com isso, o porte do contingente demográfico do Litoral que, em 1980, foi de 45,59%, passou a 47,90% em 2000, aproximando-se do registrado no Semi-Árido (Gráfico 1). Apenas 3,72% dos baianos residia no Cerrado, no último censo.

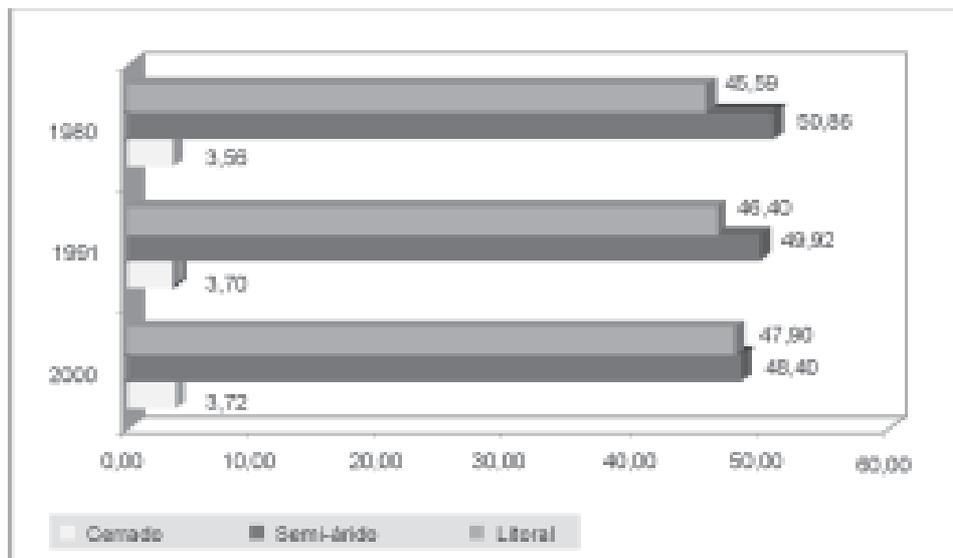
Nota-se, portanto, um movimento de concentração de indivíduos nas áreas de maior dinamismo econômico que, paralelamente, ocupam as menores extensões territoriais do estado, apesar de o Cerrado ficar com cerca de 1/5 dessa extensão (Gráfico 2). Assim, na menor porção da Bahia estava quase a metade dos seus habitantes, resultando numa ele-

Gráfico 2
Grandes Áreas por Tamanho Bahia, 2000



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

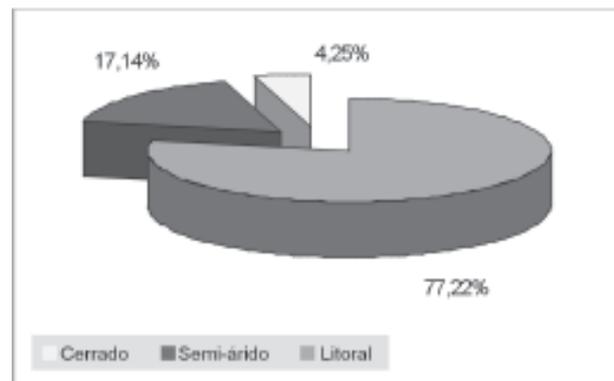
Gráfico 1
Distribuição da População da Bahia por Grandes Áreas



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

vada densidade demográfica (77,22hab/km²), bastante superior à das demais áreas (Gráfico 3).

Gráfico 3
Densidade Demográfica (hab/km²) Bahia, 2000



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

O declínio dos ritmos de crescimento e as oscilações do peso relativo das populações total, urbana e rural das Grandes Áreas

De 1980 a 2000, as populações das Grandes Áreas aumentaram em números absolutos (Tabela 1), embora crescendo a taxas decrescentes. No primeiro período, as taxas registradas nas três Grandes Áreas e na Bahia como um todo sugerem compensação entre os fluxos de entrada e saída de migrantes¹⁰. Em relação ao período 1991-2000, a

ausência, até o momento, de estimativas sobre o crescimento vegetativo da Bahia, impossibilitou que se estabelecessem hipóteses sobre o crescimento de suas regiões e municípios. Entretanto, pode-se observar a generalizada retração dos ritmos de crescimento demográfico no estado e nessas três Grandes Áreas, tendo o Semi-Árido registrado a menor taxa de crescimento (menos que 1% ao ano), inferior à média estadual.

Tabela 1
População total e taxas de crescimento médio anual
Bahia e Grandes Áreas, 1980/2000

Região	População			Taxas de Crescimento (%a.a.)	
	1980	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Litoral	4.310.689	5.506.403	6.258.633	2,25	1,43
Semi-árido	4.808.821	5.924.626	6.324.024	1,92	0,73
Cerrado	336.816	438.953	486.253	2,44	1,14
Bahia	9.454.346	11.867.991	13.066.910	2,09	1,08

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Observou-se na Bahia acentuada elevação do contingente urbano tanto entre 1980 e 1991 quanto entre 1991 e 2000, graças ao registro de taxas de crescimento muito altas e sugestivas de imigração líquida nos dois períodos. Individualmente, as Grandes Áreas também experimentaram taxas de crescimento elevadas nesses períodos, embora, também com tendência decrescente (Tabela 2). O Litoral registrou o menor ritmo de crescimento urbano do segundo período, o que em parte pode ser atribuído a seu elevado grau de urbanização, superior a 50% no ano de 1980, data em que a média estadual era 49,29%. Ressalve-se que nessa área – com exceção do Recôncavo Sul – estão as regiões mais urbanizadas da Bahia, especialmente a

Tabela 2
População total e taxas de crescimento médio anual
Bahia e Grandes Áreas, 1980/2000

Região	População			Taxas de Crescimento (%a.a.)	
	1980	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Litoral	2.854.309	4.158.423	5.134.297	3,48	2,37
Semi-árido	1.703.074	2.668.104	3.365.804	4,17	2,61
Oeste ou Cerrado	102.921	190.243	261.503	5,74	3,60
Bahia	4.660.304	7.016.770	8.761.604	3,79	2,50

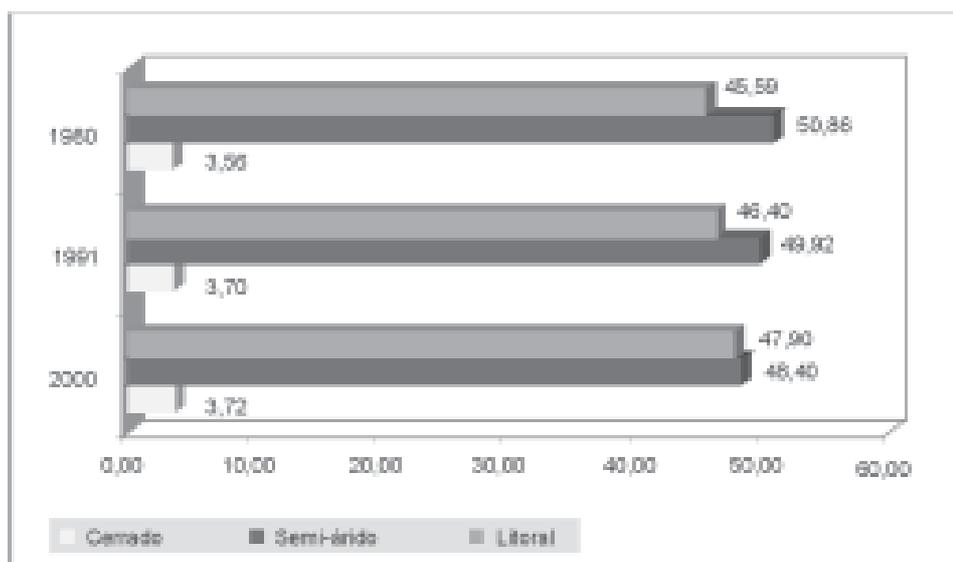
Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Região Metropolitana de Salvador, que em 1980 apresentava grau de urbanização igual a 96,02%.

Tratando-se do peso das populações urbanas no conjunto estadual (Gráfico 4), verifica-se a sucessiva diminuição do peso relativo do Cerrado, embora apresente o maior ritmo de crescimento urbano nos dois períodos. No Litoral e no Semi-Árido houve oscilações nas proporções encontradas; no entanto, o contingente urbano do primeiro foi sempre superior aos dos demais.

As populações rurais também experimentaram queda nos ritmos de crescimento, o que acentuou as perdas demográficas observadas desde 1980-91. Nesse período, as três áreas registraram taxas de crescimento compatíveis com perdas demográficas.

Gráfico 4
Distribuição da População Urbana da Bahia por Grandes Áreas 1980, 1991 e 2000



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

ficas líquidas, sendo que o Litoral registrara perdas absolutas. Esse comportamento refletiu-se no crescimento rural da Bahia que, pela primeira vez, também apresentara perdas líquidas de população.

De 1991 a 2000, as taxas de crescimento médio anual da Bahia e de suas Grandes Áreas foram negativas. Em outros termos (Tabela 3), em conjunto diminuíram o porte de suas populações rurais em cerca de 500 mil habitantes. O Litoral apresentou o maior ritmo de

perdas demográficas rurais, inclusive mais acentuado que o da média estadual. Por outro lado, essa área cresce em participação na composição da população rural da Bahia, dado que as outras diminuíram, ano a ano, seu peso proporcional (Gráfico 5).

Esses dados, associados ao ainda elevado patamar de crescimento urbano, visto acima, evidenciam a permanência de significativo fluxo migratório rural-urbano, promovendo o esvaziamento do campo.

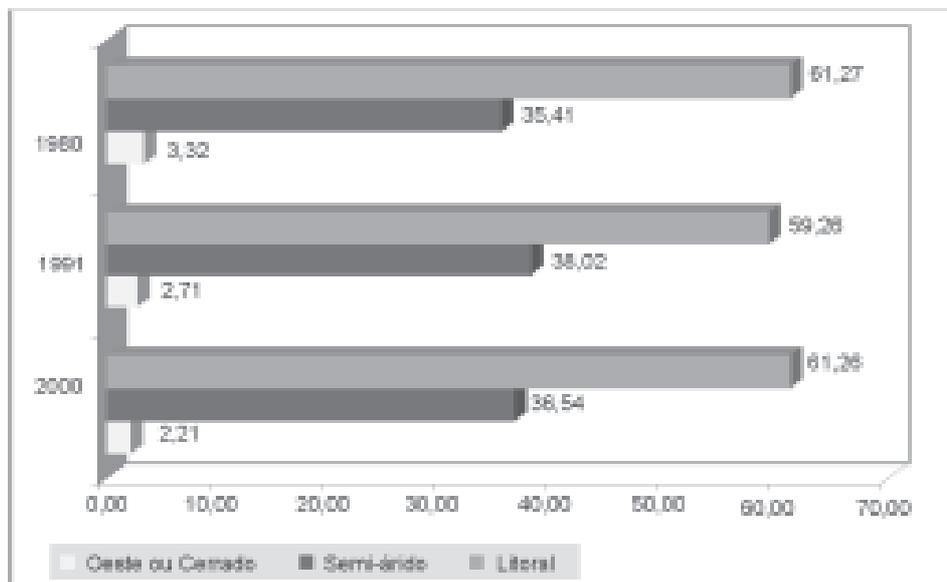
Algumas constatações sobre o porte dos municípios em 2000

Tabela 3
População rural e taxas de crescimento médio anual
Bahia e Grandes Áreas, 1980/2000

Região	População			Taxas de Crescimento (%a.a.)	
	1980	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Litoral	2.854.309	4.158.423	5.134.297	3,48	2,37
Semi-árido	1.703.074	2.668.104	3.365.804	4,17	2,61
Oeste ou Cerrado	102.921	190.243	261.503	5,74	3,60
Bahia	4.660.304	7.016.770	8.761.604	3,79	2,50

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Gráfico 5
Distribuição da População Rural por Grandes Áreas 1980/2000 (%)



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Em 2000, havia indiscutível disparidade quanto ao tamanho das populações dos 415 municípios baianos¹¹. Apenas 12 contavam com mais de 100 mil residentes, e somente um com mais de 500 mil habitantes. A grande maioria (44,09%) registrou populações entre 10 e 20 mil residentes. Ademais, havia um significativo percentual de municípios com menos de 10 mil habitantes: 17,11% ou 71 unidades. (Tabela 4).

A Tabela 5 apresenta os dez municípios baianos com menos de 5.500 residentes, sete deles localizados no Semi-Árido. Em conjunto, contribuíam com menos de 0,5% do total de moradores da Bahia.

Tabela 4
Número de municípios por faixa de tamanho de população
Bahia, 2000

Faixa e tamanho da população	Quantidade de municípios	Participação (%)
Acima de 500 mil	1	0,24
de 100 mil a 500 mil	11	2,65
de 50 mil a 100 mil	26	6,27
de 20 mil a 50 mil	123	29,64
de 10 mil a 20 mil	183	44,09
Menos de 10 mil	71	17,11
Total	415	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

Tabela 5
Municípios com menos de 5.500 habitantes e participação na população do estado Bahia, 2000

Município	População	Participação no estado (%)
Firmino Alves	5.168	0,04
Cravolândia	4.984	0,04
Gavião	4.798	0,04
Ibiquera	4.500	0,03
Lajedinho	4.352	0,03
Contendas do Sincorá	4.269	0,03
Lafayette Coutinho	4.103	0,03
Dom Macedo Costa	3.747	0,03
Lajedão	3.404	0,03
Catolândia	3.087	0,02
Total	42.412	0,32

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

Em 2000, Salvador registrou 2.440.828 habitantes, 18,68% do total da Bahia. Nenhum outro município alcançou a marca de 500.000 residentes. Feira de Santana e Vitória da Conquista respondiam, respectivamente, por 3,68% e 2,10% dos moradores totais. Juntas, essas três maiores unidades municipais concentravam 24,37% dos baianos. As demais respondiam, individualmente, com menos de 2% do conjunto do estado (Tabela 6). Dos 12 municípios com mais de 100 mil residentes, seis situam-se na grande área Litoral.

Tabela 6
Municípios com mais de 100.000 habitantes e participação na população do estado Bahia, 2000

Município	População	Participação no estado (%)
Salvador	2.440.828	18,68
Feira de Santana	481.137	3,68
Vitória da Conquista	262.585	2,01
Ilhéus	221.883	1,70
Itabuna	196.456	1,50
Juazeiro	174.101	1,33
Camaçari	161.151	1,23
Jequié	147.115	1,13
Barreiras	131.335	1,01
Alagoinhas	129.617	0,99
Lauro de Freitas	113.275	0,87
Teixeira de Freitas	107.257	0,82
Total	4.566.740	34,95

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

A mesma disparidade de porte demográfico pode ser identificada nas populações das áreas urbanas. A maior parte delas (351 ou 74,57% do total) pos-

suía menos de 20 mil moradores, das quais 268 variavam entre 1.000 e 10 mil pessoas.

Destaque-se que as maiores populações urbanas do estado agregavam 49,08% do total urbano da Bahia (Tabela 7). Com larga diferença em relação a Salvador, o segundo maior conjunto urbano encontrava-se em Feira de Santana: 431.530 habitantes (4,93% do total). Além de Salvador e Feira de Santana, apenas Vitória da Conquista (225.430 hab.) e Itabuna (190.888 hab.) possuíam, individualmente, mais de 2% da população urbana do estado.

Tabela 7
Municípios com as maiores populações urbanas participação na população do estado Bahia, 2000

Município	População Urbana	Participação no estado (%)
Salvador	2.439.823	27,84
Feira de Santana	431.530	4,93
Vitória da Conquista	225.430	2,57
Itabuna	190.888	2,18
Ilhéus	161.898	1,85
Camaçari	153.829	1,76
Juazeiro	132.796	1,52
Jequié	130.207	1,49
Barreiras	115.331	1,32
Alagoinhas	112.339	1,28
Lauro de Freitas	108.128	1,23
Teixeira de Freitas	98.469	1,12
Total	4.300.668	49,08

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

Em vista da tendência da população urbana de se concentrar nas sedes municipais, as maiores cidades em 2000 situavam-se exatamente nos municípios de maior contingente urbano. Em outras palavras, inexistem áreas urbanas com alguma relevância demográfica fora das sedes municipais. Por exemplo, em Salvador e Itabuna, a população da sede equivalia ao total do contingente urbano. Também em Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas, mais de 90% da população urbana residia em seus distritos sede.

Como se pode supor pelo exposto, ao lado dessa situação encontram-se as de populações urbanas extremamente reduzidas, que nem sequer abrigavam 0,1% do total estadual. Na Tabela 8 listaram-se todos os contingentes urbanos com menos de 1.500 hab., sendo que dois deles – Muquém do São Francisco e Catolândia – apresentavam

menos de 1.000 residentes. Mesmo somadas, as populações urbanas desses municípios representavam apenas 0,15% da Bahia urbana.

Tabela 8
Municípios com menos de 1.500 residentes urbanos e participação na população urbana do estado Bahia, 2000

Município	População Urbana	Participação no estado (%)
Ribeira do Amparo	1.459	0,02
Pedrão	1.457	0,02
Caraíbas	1.420	0,02
Érico Cardoso	1.321	0,02
Dom Macedo Costa	1.296	0,01
Mirante	1.278	0,01
Vereda	1.276	0,01
Santanópolis	1.245	0,01
Lajedinho	1.158	0,01
Muquém do São Francisco	996	0,01
Catolândia	849	0,01
Total	13.755	0,16

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

Quanto à população rural, observou-se um nível de concentração bastante inferior ao da população urbana. De fato, em 2000, tal como demonstra a Tabela 9 – com todos os contingentes rurais superiores a 30 mil hab. – as maiores populações agrupavam apenas 11,18% do total rural baiano. Isoladamente, nenhum município representava ao menos 1,50% dos moradores rurais da Bahia. Excetuando-

Tabela 9
Municípios com mais de 30 mil habitantes rurais e participação na população rural do estado Bahia, 2000

Município	População Rural	Participação no estado (%)
Ilhéus	59.985	1,39
Feira de Santana	49.234	1,14
Monte Santo	47.052	1,09
Juazeiro	41.305	0,96
Campo Formoso	40.933	0,95
Ipirá	38.403	0,89
Serrinha	37.251	0,87
Vitória da Conquista	37.155	0,86
Anagé	36.148	0,84
Tucano	32.345	0,75
Araci	31.394	0,73
Macaúbas	30.107	0,70
Total	481.312	11,18

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

Tabela 10
Municípios com populações rurais inferiores a 2.000 habitantes e participação na população rural do estado Bahia, 2000

Município	População rural	Participação no estado (%)
Cravolândia	1.984	0,05
Contendas do Sincorá	1.933	0,04
Vera Cruz	1.870	0,04
Itagimirim	1.776	0,04
Terra Nova	1.740	0,04
Sobradinho	1.713	0,04
Lajedão	1.557	0,04
Rodelas	1.473	0,03
Firmino Alves	1.364	0,03
São José da Vitória	1.056	0,02
Salvador	1.005	0,02
Santa Inês	652	0,02
Madre de Deus	437	0,01
Saubara	117	0,00
Total	18.560	0,43

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

se Ilhéus (no Litoral), todos os que se encontram no caso referido situam-se no Semi-Árido.

Como era de se esperar pelo exposto, foram encontradas populações rurais extremamente pequenas, 14 delas com menos de 2.000 residentes. Em conjunto, essas equivaliam a 0,42% do total dos habitantes rurais da Bahia. Saubara apresentou o menor contingente rural do estado: 114 hab., correspondendo a 0,003%. Resta lembrar que um município, Itaparica, não registrou população rural.

Considerações finais

Litoral, Semi-Árido e Cerrado registraram ritmos de crescimento demográfico bastante semelhantes. A população total dessas Grandes Áreas e suas populações urbanas cresceram a taxas decrescentes, embora estas últimas tenham registrado ganhos sugestivos de imigração. Nas respectivas populações rurais, as taxas de crescimento, que já eram indicativas de perdas demográficas líquidas entre 1980 e 1991, caíram ainda mais de 1991 a 2000, registrando-se, nas três áreas, perdas absolutas de contingentes demográficos.

Dessa forma, verifica-se que em termos de tendências de crescimento essas áreas têm comportamentos análogos. O que as diferencia, além da

territorialidade, é a distribuição espacial dos moradores. Assim, o Semi-Árido e Litoral agregam quase a metade dos baianos cada um, restando pequena margem no Cerrado. No entanto, em relação ao total urbano da Bahia, o peso do contingente urbano do Litoral é bem mais alto que o do Semi-Árido nos três censos. O inverso vale para o contingente rural. A população rural do Semi-Árido representava mais de 60% do total rural do estado em 1980, 1991 e 2000.

Observando-se o conjunto dos dados analisados, pode-se dizer que as áreas mais dinâmicas economicamente, Litoral e Cerrado, são as que vêm aumentando o peso relativo de suas populações no total estadual. O Semi-Árido, onde predomina uma economia em moldes tradicionais, vem experimentando o processo inverso.

Notas

- 1 Este trabalho contou com o apoio técnico de Margarida Motta na elaboração do cartograma, bem como na formatação do texto e na uniformização de gráficos e tabelas.
- 2 São contadas como vivendo na "linha de pobreza", ou abaixo dela, todas as famílias com rendimento igual ou inferior a 1/2 SM per capita, por mês. Na mesma vertente de raciocínio de linha de pobreza há o conceito de "famílias indigentes": aquelas cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos, atendendo aos requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU.
- 3 O Litoral compreende as seguintes Regiões Econômicas: Metropolitana de Salvador, Litoral Norte, Litoral Sul, Extremo Sul e Recôncavo Sul. Ao todo, 137 municípios.
- 4 Nessa área estão as RE: Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral e Médio São Francisco. Abrange 257 municípios.
- 5 Essa área é representada apenas pela RE Oeste, com suas 22 unidades municipais. Cinco delas fazem parte da delimitação oficial do Semi-Árido.
- 6 A delimitação oficial do Semi-Árido foi proposta pelo Fundo Constitucional do Nordeste – FNE-SUDENE – Resolução Nº. 10929/94.
- 7 O termo povoamento, que será usado aqui em vários momentos, significa habitar local desabitado. O Dicionário Aurélio remete a *povoar*, *formar povoação em*; *prover de habitantes*; *tornar habitado*. O território brasileiro e, neste caso, o baiano em particular, na época do descobrimento, mesmo em suas áreas mais inóspitas, não era despovoado. Vários povos, distribuídos em nações, com línguas e culturas dife-

renciadas, habitavam essas terras, que, além da colonização branca, recebeu, posteriormente, a presença e influência dos negros trazidos da África. Portanto, povoamento, neste trabalho, significa a entrada do elemento colonizador branco.

- 8 Caio Prado Júnior (1972: 39) esclarece que na metade do século XVIII estava definido o território que veio a constituir o Brasil. No que tange a seu povoamento, 60% dos colonizadores portugueses concentravam-se no litoral, numa faixa pouco larga. Em 90% ou mais da área, estava menos da metade dos habitantes. Efetivamente, o povoamento avançou para o interior bem mais tarde: "O nosso cronista de princípios dos seiscentos, Frei Vicente do Salvador, acusa então ainda os colonos de se contentarem em 'andar arranhando as terras ao longo do mar como caranguejos'."
- 9 A esse respeito ver Borges, A. (1993).
- 10 A compensação dos fluxos migratórios de entrada e saída de residentes está associada à estimativa de crescimento vegetativo da Bahia de 2,20% ao ano, no período 1980-1991 (Martine e Wong, 1995). Portanto, os municípios e regiões baianos teriam seu crescimento vegetativo variando entre 1,59% e 2,49% ao ano, ou seja em torno da média estadual. Acima dessa faixa, ter-se-ia crescimento por imigração e abaixo dela perdas demográficas líquidas. A esse respeito consultar SEI, 1998 e Souza e Muricy, 2001.
- 11 Em 2000, foram criados 2 municípios: Barrocas e Luís Eduardo Magalhães, totalizando 417. No entanto, os dados até agora divulgados não permitem o ajuste dos censos de 1991 e de 1980, para que se possa estabelecer a comparabilidade necessária às análises.

Referências bibliográficas

- BORGES, Ângela. *Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia*. Salvador. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, CEI, v.3, n. 2, set. 1993.
- MARTINE, G. WONG, L. *Projeto Áridas* (resumo executivo). 1994/95.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 12ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; MURICY, Ivana Tavares. *Mudanças nos padrões de fecundidade e de mortalidade na infância na Bahia - 1940/1997*. Salvador: SEI, 2001.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Extremo Sul da Bahia*. Salvador, SEI, 1998.

* Diva Maria Ferlin Lopes é socióloga e técnica da SEI.

** Patricia Chame Dias é pedagoga, psicóloga e técnica da SEI.

Os retornos do capital humano na Região Metropolitana de Salvador

Cláudio Pondé Avena*

Introdução

Este artigo, utilizando-se da teoria do capital humano, estima e discute as taxas internas de retorno dos investimentos em educação e em experiência no trabalho para a Região Metropolitana do Salvador (RMS), com dados em *cross-section*, no período de outubro de 1996 a janeiro de 2000. Será tomada de empréstimo a hipótese da sinalização do enfoque do filtro para dar suporte à explicação do comportamento das taxas internas de retorno divergentes do que se poderia esperar pela teoria do capital humano.

Uma premissa básica da teoria do capital humano, objeto de críticas, é a de que a educação de fato desenvolve capacidades cognitivas que resultam em aumento de produtividade do trabalhador¹. Além disso, nessa teoria, uma vez que se supõe que os mercados de produto e de fatores são perfeitamente competitivos, o rendimento do trabalho é igual à produtividade marginal.

Uma hipótese que se adota na análise de custo-benefício em que se calculam as taxas de retorno em educação é a de que os gastos em educação são gastos de investimento exclusivamente e, como tal, dão origem a um fluxo de entradas de caixa ao longo do tempo. A esse investimento, feito na escola ou no trabalho, medido em unidades monetárias ou em unidade de tempo (anos, por exemplo), correspondem custos, explícitos ou implícitos.

Para que não se realizem inferências indevidas a partir dos resultados deste artigo, ressalte-se que a análise de investimento adotada é a da ótica privada,

ou seja, aquela realizada do ponto de vista individual, do aluno, no caso da educação formal, ou do ponto de vista do trabalhador, enquanto acumula capital humano sob diferentes formas, na empresa.

Em outras palavras, quando se apura uma taxa interna de retorno de, diga-se, 31,9% ao ano do ensino superior com relação ao ensino médio, se está a dizer que, do ponto de vista do estudante, este é um investimento altamente rentável, cuja realização se justifica desde que o custo do capital que o financie seja estritamente inferior à taxa de retorno. Nestas condições, o incremento de renda que o estudante obterá após a conclusão do curso mais do que compensará os custos de oportunidade de renda sacrificada que incorreu na realização do ensino superior e, a renda adicional gerada, será mais do que suficiente para a amortização do financiamento.

Infelizmente, o financiamento de investimentos em educação pessoal torna-se reduzido, quando não inexistente, pois, sob o efeito das características do capital humano (felizmente, apenas o seu direito de uso é negociável), ocorrem falhas no mercado de capitais. Por causa dessas falhas de mercado, e em decorrência das altas externalidades positivas da educação, é perfeitamente justificável algum tipo de intervenção estatal, de que são exemplos a concessão de crédito educativo (FIES) ou, em certos casos, de bolsas de estudo.

As taxas de retorno em educação são muito úteis para nortear a decisão do estudante quanto a estudar um período adicional ou não. Dentre os aspectos positivos que favorecem a adoção des-

sas taxas estão o papel de sinalizadores para os agentes econômicos (as faculdades e escolas particulares, por exemplo) se há escassez ou não de recursos humanos com determinado nível de escolaridade ou profissão. Quanto maior uma taxa de retorno, estar-se-ia a indicar que menor é a oferta disponível do recurso humano com a qualificação a que essa taxa se refere.

Moura Castro (1974:401), em defesa do uso das taxas de retorno em educação, afirma que elas “são uma excelente, se não a melhor medida da escassez relativa. Podemos, mesmo tautologicamente, definir escassez através da taxa de retorno...em especial do ponto de vista privado”. Prosseguindo, o autor afirma: “conhecendo as taxas poderemos prever ou entender comportamentos de mercado, constatar a abundância ou escassez de determinados tipos de mão de obra e julgar a viabilidade de oferecer este ou aquele tipo de educação”.

Este artigo encontra-se dividido em quatro seções, inclusive esta introdução. Na segunda seção apresentam-se as estimativas e discutem-se os resultados a partir de um modelo de escolaridade simples, fazendo-se uso de variáveis contínuas e discretas (*dummies*). Na terceira seção, amplia-se o modelo ao incorporar a variável experiência (segundo três definições diferentes), o sexo e a raça do indivíduo, e realizam-se estimativas das taxas de retorno em experiência no trabalho. Na quarta seção apresentam-se os principais resultados.

Modelos de escolaridade simples

Nesta seção serão apresentados e discutidos os resultados do denominado modelo de escolaridade simples, expresso pela equação 1². O modelo simples será visto em duas versões: a primeira, em que a variável escolaridade, *S*, é contínua³, e a segunda,

em que essa variável será representada por dezessete variáveis *dummy*, uma para cada ano completo de estudo. A variável dependente é o logaritmo neperiano do rendimento por hora proveniente de todos os tipos de ocupação na RMS.

Resultados do modelo com variável escolaridade contínua

Os primeiros resultados estão sumariados no Quadro 1. Segundo a regressão “geral”, a taxa média de retorno (representada pelo coeficiente da variável escolaridade) em educação é de 15,1% ao ano, e estatisticamente significativa conforme garantido pela estatística *t* de 199,8.

Quadro 1
Resultados Empíricos do Modelo de Escolaridade Simples

$$\ln Y_{ji} = \ln Y_{oi} + rS_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Especificação	Intercepto	S	R ² Ajust.	F	n
Geral	-0,531 (-77,89)	0,151(199,8)	0,347	39.948,48	75.144
Escolaridade					
1º grau	-0,195 (-17,2)	0,074 (35,2)	0,033	1.235,98	35.852
2º grau	-2,58 (-28,4)	0,33 (38,9)	0,056	1.509,99	25.601
3º grau	-2,38 (-23,0)	0,30 (42,89)	0,152	1.839,13	10.255
Sexo					
Masculino	-0,369 (-39,82)	0,153 (145,83)	0,346	21.264,99	40.175
Feminino	-0,763 (-79,09)	0,154 (149,06)	0,389	22.219,68	34.969
Raça					
Branca	-0,606 (-28,52)	0,180 (95,93)	0,393	9.202,44	14.205
Não-branca	-0,459 (-63,53)	0,134 (156,41)	0,287	24.465,23	60.899
Idade					
14 a 19 anos	-0,947 (-46,56)	0,119 (39,02)	0,189	1.522,48	6.524
20 a 24 anos	-0,658 (-39,85)	0,118 (64,05)	0,256	4.102,53	11.909
25 a 34 anos	-0,502 (-39,45)	0,142 (105,57)	0,330	11.145,86	22.585
35 a 44 anos	-0,333 (-24,92)	0,154 (108,99)	0,388	11.879,72	18.763
45 a 54 anos	-0,154 (-9,49)	0,152 (88,0)	0,426	7.743,67	10.436
55 a 64 anos	-0,168 (-6,46)	0,159 (51,4)	0,430	2.641,67	3.502
65 anos ou mais	-0,397 (-7,41)	0,188 (28,43)	0,460	808,48	950
Experiência ⁽¹⁾					
0 a 9 anos	-1,369 (-94,18)	0,193 (130,67)	0,458	17.075,53	20.238
10 a 19 anos	-0,781 (-60,74)	0,177 (130,58)	0,433	17.051,67	22.355
20 a 29 anos	-0,44(-32,30)	0,167 (112,82)	0,421	12.727,52	17.527
30 a 39 anos	-0,167(-10,75)	0,149 (74,57)	0,373	5.560,25	9.345
40 ou mais anos	-0,11 (-6,25)	0,149(47,27)	0,282	2.237,65	5.679

Fonte: Cálculos do autor a partir da PED/RMS

Notas: As estatísticas *t* estão entre parênteses. Como proxy para experiência (E), aqui seguiu-se Lam e Levinson (1990):
E = Idade - Anos de Estudo Completos - 7.

Desagregando-se as estimativas por nível de escolaridade, observa-se que enquanto a taxa média de retorno do primeiro grau é de 7,4% ao ano, as taxas de retorno são mais elevadas no segundo grau, com 33% ao ano, e no terceiro grau, com 30% ao ano, todas elas estatisticamente significativas como atestam as estatísticas t (Vide Quadro 1).

O poder de explicação desse modelo de escolaridade simplificado (para amostras por escolaridade de 1º, 2º e 3º graus) medido pelo coeficiente de determinação ajustado, no entanto, é bastante reduzido para todos os níveis de escolaridade, se comparado à especificação geral (em que o R² ajustado é de 34,7%), e é menor quanto menor é o nível de escolaridade. Nas estimativas do primeiro, do segundo e do terceiro graus, essa estatística é de 3,3%, 5,6% e 15,2%, respectivamente. Isto denota que há fatores mais importantes na explicação da variação do logaritmo da renda quanto menor o nível de escolaridade e que o poder de explicação desse modelo é reduzido para níveis desagregados de escolaridade.

Quando se trata da estimativa em amostras por sexo (Vide Quadro 1), o poder de explicação do modelo de escolaridade simples situa-se acima de 34% (34,6% para o sexo masculino e 38,9% para o sexo feminino). Grosso modo, isto significa que a educação é um fator mais relevante para explicar a variação da renda do sexo feminino do que a do sexo masculino.

Este resultado é coerente com a literatura: as variáveis ligadas à escolaridade são mais relevantes na explicação da renda do sexo feminino, enquanto que as variáveis relacionadas à estrutura do mercado (tais como tamanho da empresa, grau de concentração do setor, proporção de empregados em cargos administrativos) são mais relevantes na explicação da renda do sexo masculino (Veja-se Camargo e Serrano, 1983).

Além disso, a taxa média de retorno do sexo feminino (15,4 % ao ano) é superior⁴ à do sexo masculino (15,3 % ao ano), refletindo a maior escolaridade do sexo feminino – a escolaridade média da mulher é de 8,3 contra a média de 7,8 anos de estudo completos do sexo masculino.

Uma outra razão para a taxa média de retorno do sexo feminino ser superior ao do sexo oposto deve-se ao fato do incremento percentual da renda média (e mediana) ser maior para níveis de renda

por escolaridade mais elevados quando se trata do sexo feminino do que do sexo masculino (Avena, 2000).

As regressões por raça revelam que a variação da escolaridade é fator mais relevante para a explicação das diferenças de renda dos brancos do que dos não-brancos. O coeficiente de determinação ajustado é de 39,3% na estimativa dos brancos contra 28,7% dos não-brancos, sugerindo que o modelo de escolaridade simples explica melhor a variação da renda dos brancos.

As taxas médias de retorno também diferem⁵: são mais elevadas quando se trata dos brancos (18% ao ano) do que dos não-brancos (13,4% ao ano), e as estatísticas t dos coeficientes estimados são bastante significativas. A explicação para isto reside em que a escolaridade média do indivíduo branco é de 8,1 anos completos de estudo, enquanto a média dos não-brancos é de 6,1 anos.

Nas regressões por classes de idade, o modelo de escolaridade simples não apresenta resultados muito bons quando se trata da classe dos 14 aos 19 anos, pois o coeficiente de determinação é de apenas 18,9%. No entanto, o poder de explicação é crescente com a idade, alcançando o valor de 46% na faixa de 65 anos ou mais. Isto se deve a que a variabilidade da escolaridade é certamente menor para as faixas etárias mais baixas, o que denota, como seria de se esperar, a pouca acumulação de capital humano quando se é mais jovem. Além do mais, este fato atesta a importância crescente da escolaridade na explicação da variabilidade dos rendimentos.

Além disso, o retorno em educação é crescente com a idade: inicia-se mais baixo, 11,9% ao ano na faixa dos 14 aos 19 anos (porém, estatisticamente significativo – a estatística t é de 39,02) e chega a alcançar os 18,8% ao ano, na faixa etária dos 65 anos ou mais. Ou seja, aqueles com idade acima dos 35 anos são os responsáveis pela elevação da taxa média de retorno.

Desagregando-se a amostra por classes de experiência, a estimação do modelo revela que à medida que se elevam os anos de experiência, a capacidade explicativa do modelo de escolaridade simples se reduz, como atestam os coeficientes de determinação ajustados. Isso indica a crescente importância da experiência acumulada na explicação de diferenças de rendimento entre indivíduos.

Ademais, observe-se que a taxa média de retorno é altamente significativa do ponto de vista estatístico em todos os grupos de experiência. Os efeitos da escolaridade sobre os rendimentos, medidos pelos coeficientes da variável educação, diminuem, porém, de maneira pouco acentuada, à medida que se acumula mais experiência. Isso parece revelar a ausência de efeitos significativos de obsolescência do capital humano em educação formal ou, pelo menos parece indicar uma compensação à medida que se aumenta a experiência (*learning by doing*).

Resultados do Modelo de Escolaridade Simples com Dummies

O modelo a ser utilizado nesta subseção é o da equação 2, cujos resultados são apresentados no Quadro 2. Esta especificação decompõe a escolaridade em anos completos de estudo por meio do uso de dezessete variáveis *dummies*, D_j , ($j = 1, 2, \dots, 17$) onde D_j assume o valor 1 quando o entrevistado possui j anos completos de estudo, e D_j assume o valor zero, caso contrário. Assim, os coeficientes de D_j , δ_j , são as estimativas a serem utilizadas para cálculo da rentabilidade do investimento em cada ano completo de educação formal em relação ao ano anterior, mediante a utilização da fórmula $[\exp(\delta_j - \delta_{j-1}) - 1] * 100\%$.

O Quadro 2 apresenta essas taxas de rentabilidade e o Gráfico 1 as ilustra. Observe-se que o Grá-

fico 1 destaca, na linha cheia, a rentabilidade da educação formal pela especificação geral do modelo de escolaridade simples (equação 1) por meio da qual se obteve uma taxa média de 15,1% ao ano, e a linha tracejada, obtida pelo modelo simples com *dummies* (equação 2), mostra a grande variabilidade de taxas de rentabilidade associadas a cada nível de escolaridade sobre o ano anterior (Quadro 2).

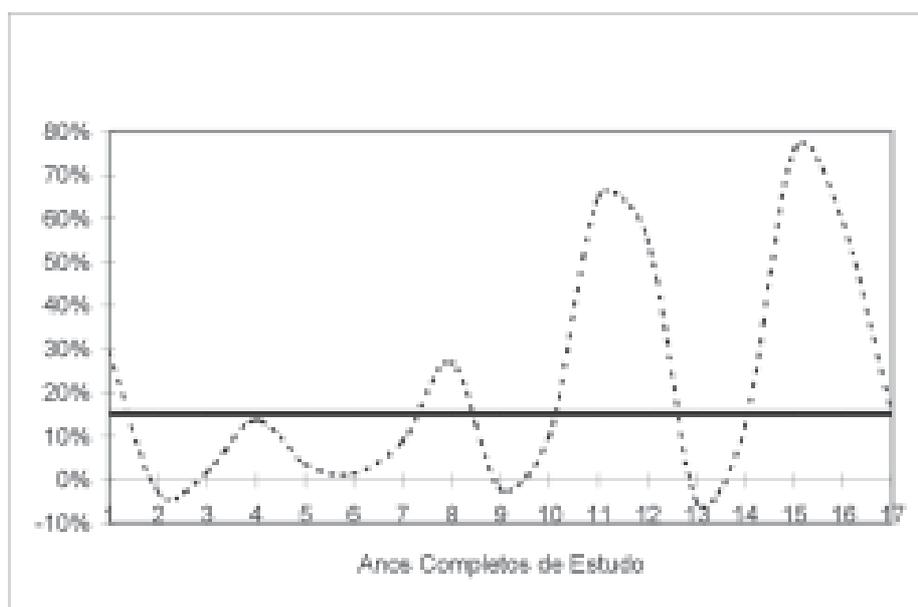
Verifica-se, pois, que a especificação geral esconde uma grande heterogeneidade associada aos diferentes níveis de escolaridade. Essa não-linearidade nas taxas de retorno reflete a dominação do efeito sinalização sobre o efeito da acumulação do capital humano tanto quando se completa um grau de escolaridade (as taxas se elevam) quanto quando o grau não é completado, ocasião em que as taxas de retorno se reduzem, por vezes, tornando-se negativas.

Em particular, as taxas de retorno atingem pontos de máximo: aos quatro anos completos de estudo, ocasião em que se conclui o fundamental 1, aos oito anos completos de estudo, quando se conclui o fundamental 2, aos onze anos completos de estudo, quando se conclui o ensino médio e, aos quinze anos, quando se completa, em geral, o ensino superior.

Cálculos para a RMS (AVENA, 2000) demonstram que sempre que não há a conclusão do grau de escolaridade (1º, 2º e 3º graus incompletos), ocorre uma redução da renda. Uma explicação, com base na hipótese do enfoque do filtro, é que o indivíduo teria sido considerado portador de um potencial produtivo menor, pois, tendo se decidido completar um grau de escolaridade adicional, não o fez. Consequentemente, a sua renda média (ou mediana) chega a ser inferior à renda média (mediana) daquele que conclui o grau e entra no mercado de trabalho.

Por outro lado, conforme mostram o Gráfico 1 e o Quadro 2, sempre que se completa um grau de escolaridade, há

Gráfico 1 - Taxas de Retorno Privadas em Educação



significativa elevação dos rendimentos e, conseqüentemente, da taxa de rentabilidade do investimento em educação formal, a despeito do custo puro de oportunidade também se elevar à medida que se completa mais um ano de estudo, pois o benefício marginal aumenta proporcionalmente mais do que o aumento do custo indireto.

Com base no Quadro 2 são calculadas as taxas de retorno por nível de escolaridade. A taxa média anual é de 9,7%, quando se compara a educação fundamental em relação aos analfabetos. No entanto, as taxas são excepcionalmente elevadas quando se compara o ensino médio em relação ao ensino fundamental, no valor de 21% ao ano e, ainda mais, do nível superior em relação ao ensino médio, de 31,9% ao ano.

Quadro 2
Resultados Empíricos do Modelo de Escolaridade Simples com *Dummies* por Ano de Estudo Completo

$$\ln Y = \ln Y_0 + \sum_{j=1,17} \delta_j D_j + \varepsilon \quad (2)$$

Escolaridade	Coefficientes	Rentabilidade (%)	Varição da Renda Média (1)
Analfabetos	-0,129(-8,88)	—	—
1 ano completo	0,128 (5,38)	29,3	22,8
2 anos completos	0,0965(4,48)	-3,1	6,2
3 anos completos	0,114 (5,80)	1,8	-4,5
4 anos completos	0,242 (13,68)	13,7	16,1
5 anos completos	0,278 (15,40)	3,7	2,4
6 anos completos	0,291 (13,99)	1,3	-1,5
7 anos completos	0,376 (18,54)	8,9	7,8
8 anos completos	0,614 (34,20)	26,9	40,8
9 anos completos	0,590 (27,09)	-2,4	-14,9
10 anos completos	0,685 (30,52)	10,0	15,2
11 anos completos	1,187 (75,54)	65,2	74,6
12 anos completos	1,626 (47,75)	55,1	31,1
13 anos completos	1,571 (50,30)	-5,4	-7,5
14 anos completos	1,685 (58,24)	12,1	9,9
15 anos completos	2,247 (122,41)	75,4	84,6
16 anos completos	2,710 (92,84)	58,9	64,3
17 anos completos	2,846 (68,80)	14,6	30,8

R² ajustado = 0,395, F = 2.880,93 e n = 75.144

Fonte: Cálculos do autor realizados a partir da PED-RMS

Nota: As estatísticas t encontram-se entre parênteses ao lado dos coeficientes estimados.

O Quadro 3 resume os resultados das taxas de rentabilidade com base no modelo de escolaridade simples com *dummies* (equação 2) desagregados por sexo. Ratificando os resultados anteriores (Quadro 1), as taxas de retorno são maiores para as mu-

lheres do que para os homens para níveis de educação mais elevados, no caso do ensino médio em relação ao fundamental, e do ensino superior com respeito ao ensino médio. No entanto, quando se trata do nível fundamental em relação ao analfabeto, a taxa de retorno do sexo masculino é superior ao do sexo feminino.

Quadro 3
Taxas de Retorno Privadas (% a.a.) e Variação (%) da Renda Média Segundo o Nível de Educação e por Sexo

Níveis de Educação	Sexo Feminino		Sexo Masculino	
	Retorno (%) a.a.	Δ% da Renda (1)	Retorno (%) a.a.	Δ% da Renda (1)
Fundamental 1/ Analfabeto	8,7	16,9	8,6	34,8
Fundamental 2/ Fundamental 1	8,7	24,1	9,8	29,1
Fundamental/ Analfabeto	8,7	45,1	9,2	74,1
Ensino médio/ Fundamental	25,3	126,6	21,8	102,7
Superior/ Ensino médio	35,2	188,6	28,1	162,8

Fonte: Cálculos do autor feitos a partir dos dados da PED-RMS
Nota: (1) Refere-se à variação percentual da renda média mensal.

Ainda na especificação da equação 2, o poder de explicação do modelo é superior no sexo feminino relativamente ao do sexo masculino – enquanto o coeficiente de determinação do sexo feminino é de 45,3%, no do sexo masculino é de 38,9% –, mostrando que a escolaridade é um atributo mais relevante na explicação da variabilidade da renda das mulheres do que dos homens. Além do mais, isto também pode denotar que para a ascensão profissional da mulher é requerida uma maior escolaridade. De outro modo, para um mesmo nível de rendimento real, à mulher é exigida uma maior escolaridade do que o homem, o que parece sugerir um padrão característico de discriminação de rendimentos contra a mulher.

Modelos de Escolaridade Ampliados

De modo a captar o efeito do acúmulo de capital humano decorrente da experiência no trabalho, o treinamento formal ou informal no trabalho e o *learning by doing*, amplia-se o modelo simples por meio da incorporação da variável experiência⁶. Dado o formato quadrático do perfil da renda-idade, essa variável estará presente por meio dos termos E_{ji} e E_{ji}^2 , am-

bos medidos em anos, designando a experiência do indivíduo i com j anos completos de estudo.

Resultados dos Modelos de Escolaridade Ampliados

O modelo de escolaridade ampliado desta seção é o da equação 3, onde Y_{ji} é o rendimento por hora observado do indivíduo i com j anos completos de estudo, S_i é a variável contínua representando a escolaridade do indivíduo i , medida em anos completos de estudo, e Y_{0i} é o rendimento por hora do indivíduo i com zero ano completo de estudo (analfabeto); ϵ é o distúrbio aleatório, suposto normalmente distribuído, com média igual a zero e variância σ^2 .

$$\ln Y_{ji} = \ln Y_{0i} + rS_i + \gamma E + \phi E^2 + \epsilon \quad (3)$$

Os valores esperados dos coeficientes r , γ e ϕ são positivos para os dois primeiros e negativo para o último, uma vez que supostamente anos adicionais de estudo aumentam a produtividade marginal do trabalho, assim como o faz a experiência, porém, a taxas decrescentes, devido à forma quadrática do perfil da renda-idade.

Na equação 3' estimada, a variável dependente é o logaritmo neperiano da renda por hora em todas as ocupações na RMS, e a amostra utilizada foi de 75.141 observações, considerando-se indivíduos de ambos os sexos, brancos e não-brancos.

$$\ln Y = -2,235 + 0,145 S + 0,0779 E - 0,0007 E^2, \quad (3')$$

(-98,6) (204,38) (60,65) (-41,39)

$$R^2_{\text{ajustado}} = 0,439 \text{ e } F = 19.610,7$$

O coeficiente de determinação múltiplo ajustado mostra que a inclusão da variável experiência no trabalho elevou o poder de explicação do modelo de escolaridade simples da especificação geral de 34,7% (Quadro 1) para 43,9%, um aumento de quase 27%. Além do mais, todos os coeficientes estimados apresentaram-se altamente significativos como se constata das estatísticas t entre parênteses abaixo dos coeficientes das variáveis, e os sinais dos coeficientes confirmaram o esperado. Observe-se que, dada a magnitude dos coeficientes,

um ano de escolaridade tem um efeito sobre o rendimento de quase o dobro do efeito de um ano adicional de experiência.

Observe-se a redução da taxa de retorno média (vide o coeficiente da variável escolaridade, S) nesta especificação se comparada com a especificação do modelo de escolaridade simples da especificação geral (Equação 1, Quadro 1). Nesta, a taxa de retorno obtida foi de 14,5 % ao ano, enquanto que naquela fora de 15,1 % ao ano. Isto mostra que a não inclusão da variável experiência provoca um viés para cima nas estimativas das taxas de retorno.

Adição das Variáveis Sexo e Cor aos Modelos de Escolaridade Ampliados

Uma outra variante do modelo da equação 3 apresentado é o modelo expresso pela equação 4 em que são adicionadas duas variáveis *dummies*, uma relativa ao sexo e outra relativa à raça do entrevistado:

$$\ln Y_{ji} = \ln Y_{0i} + rS_i + \gamma E_{ji} + \phi E_{ji}^2 + \beta_1 \text{Sexo}_i + \beta_2 \text{Cor}_i + \epsilon_i \quad (4)$$

Onde as variáveis são as mesmas definidas para a equação 3, e Sexo_i e Cor_i assumem o valor um se o indivíduo é do sexo masculino ou de cor branca, e o valor zero, se o indivíduo for do sexo feminino ou não-branco. Os resultados obtidos são mostrados na equação 4', para uma amostra de 75.101 observações:

$$\ln Y_{ji} = -2,504 + 0,14 S_i + 0,0812 E_{ji} - 0,000745 E_{ji}^2 + \dots$$

(-112,86) (195,97) (65,59) (-46,08)

$$\dots + 0,395 \text{Sexo}_i + 0,263 \text{Cor}_i, \quad (4')$$

(68,32) (34,01)

$$R^2_{\text{ajustado}} = 0,48; F = 13.852,05$$

Observe-se que os coeficientes estimados são todos estatisticamente significativos, ao nível de significância de 0%, conforme atestam as estatísticas t (entre parênteses abaixo dos coeficientes). Além disso, a incorporação das variáveis sexo e cor (estatisticamente significativas) resultou em uma menor taxa média de retorno em educação, que neste caso é de 14% ao ano⁷.

Ademais, a renda média do indivíduo branco é mais do que 26% superior a do indivíduo não-branco, e o indivíduo do sexo masculino percebe uma renda média quase 40% superior ao do sexo feminino. Além disto, o coeficiente de determinação múltipla se elevou em mais de 9% em relação à estimativa do modelo de escolaridade ampliado da equação 3', denotando a importância dos efeitos que a desagregação por sexo e raça tem no aumento do poder de explicação do modelo.

Resultados do Modelo Ampliado com Dummies para a Escolaridade

Nesta seção, o modelo a ser testado é o da equação 5. Nesse modelo, têm-se dezenove variáveis *dummies*, as mesmas dezessete referentes a cada ano completo de escolaridade, como antes, a variável D_{18} para representar o sexo do entrevistado assumindo o valor um, se o entrevistado é do sexo masculino, e o valor zero, caso contrário, e a variável D_{19} , referente a cor como *proxy* para raça, que assume o valor um se da raça branca, e valor zero, se não-branco.

$$\ln Y_{ji} = \ln Y_{0i} + \sum_{j=1,19} \delta_j D_j + \gamma E_{ji} + \varphi E_{ji}^2 + \epsilon, \quad (5)$$

Quanto à variável experiência, objetivando observar o efeito da utilização de três definições diferentes para a variável experiência sobre a rentabilidade do investimento em educação e treinamento no trabalho, realizam-se três regressões diferentes. A regressão de nº 1, denotada por R1, calcula a experiência pela fórmula $E = \text{Idade} - \text{Anos completos de escolaridade} - 7^8$; a regressão de nº 2, R2, calcula a experiência da soma do tempo de serviço no emprego corrente e no emprego anterior, e a regressão de nº 3, R3, utiliza a idade do entrevistado.

O modelo ampliado da equação 5, por qualquer das três regressões, apresentou um coeficiente de determinação múltiplo mais elevado, a demonstrar que as novas variáveis incorporadas, experiência, o quadrado desta, a cor e o sexo, e a desagregação por meio das variáveis *dummies* aumentam o poder de explicação do modelo.

Como esperado, os coeficientes estimados das variáveis experiência, E , e experiência ao quadrado, E^2 , são positivo e negativo, respectivamente, e

estatisticamente significativos como atestam as estatísticas t . A variável experiência da regressão de nº 3 (dada a sua magnitude) contribui mais para a explicação da renda média do que nas outras duas regressões. Ademais, há diferenças aparentemente significativas entre as taxas de retorno da educação.

O Quadro 5 resume os resultados das estimativas das taxas de retorno segundo cada definição de experiência. Observe-se que à medida que se eleva o nível de escolaridade, as taxas de retorno também se elevam. Ademais, mantêm-se, nas três regressões, a diferença de 40% da renda média em favor dos homens; quanto à raça, entretanto, a diferença se reduz em decorrência da utilização de variáveis *dummies*.

Estimativas das Taxas Médias de Retorno do Investimento em Experiência (Treinamento) no Trabalho Segundo as Regressões do Quadro 4

A taxa média de retorno do investimento em experiência é calculada por meio da resolução do sistema de equações 6 e 7, onde γ é o coeficiente estimado do termo experiência, E , e φ é o coeficiente estimado do termo experiência ao quadrado, E^2 (Mincer, 1974).

$$\gamma = r_t k_0 + (k_0/T)(1 + k_0), \quad (6)$$

$$\varphi = - [(r_t k_0)/2T + k_0^2/(2T^2)], \quad (7)$$

onde r_t denota as taxas médias de retorno dos investimentos da experiência no trabalho, k_0 é a fração dos investimentos equivalentes em tempo no início do período de experiência no trabalho, ou seja, quando $t = 0$, e T é o parâmetro referente ao período total de investimentos líquidos positivos realizados ao longo da vida laboral do indivíduo.

O Quadro 6 e o Gráfico 2 retratam o comportamento (curvas) das taxas médias de retorno do investimento em experiência, r_t , para cada definição de experiência, segundo o modelo da equação 5. A diferença entre as taxas (e por conseguinte, entre as curvas) decorre da definição utilizada para experiência. A notação usada no Quadro 6 e no Gráfico 2 é a seguinte: $r_t(R1)$ refere-se às taxas anuais de retorno segundo a regressão R1, a $r_t(R2)$ refere-se

Quadro 4
Coefficientes Estimados por Três Regressões do Modelo de Escolaridade Ampliado com Dummies (Equação 5) e Taxas de Retorno Privadas (% a.a.) para Ambos os Sexos

Regressão Nº	Variáveis	Um (R1)		Dois (R2)		Três (R3)	
		Coefficiente	Rentabilidade (% a.a.)	Coefficiente	Rentabilidade (% a.a.)	Coefficiente	Rentabilidade (% a.a.)
Escolaridade							
1 ano completo		0,175 (8,0)	—	0,135 (6,2)	—	0,21 (9,7)	—
2 anos completos		0,2 (10,1)	2,53	0,125 (6,3)	-1,00	0,235 (11,9)	2,63
3 anos completos		0,246 (13,5)	4,71	0,149 (8,2)	2,43	0,265 (14,7)	3,05
4 anos completos		0,365 (22,1)	12,64	0,261 (16,0)	11,85	0,356 (22,0)	9,53
5 anos completos		0,439 (25,9)	7,68	0,301 (18,1)	4,08	0,409 (24,7)	5,44
6 anos completos		0,582 (29,6)	15,37	0,35 (18,3)	5,02	0,532 (27,7)	13,09
7 anos completos		0,684 (35,5)	10,74	0,444 (23,9)	9,86	0,60 (32,1)	7,04
8 anos completos		0,819 (47,9)	14,45	0,603 (36,5)	17,23	0,703 (42,6)	10,85
9 anos completos		0,979 (47,3)	17,35	0,648 (32,4)	4,60	0,824 (41,1)	12,86
10 anos completos		1,094 (51,3)	12,19	0,726 (35,2)	8,11	0,908 (44,0)	8,76
11 anos completos		1,461 (95,3)	44,34	1,14 (78,7)	51,29	1,255 (86,2)	41,48
12 anos completos		2,024 (63,5)	75,59	1,585 (50,6)	56,05	1,757 (56,4)	65,20
13 anos completos		2,006 (68,0)	-1,78	1,545 (53,7)	-3,92	1,705 (59,5)	-5,07
14 anos completos		2,186 (79,1)	19,72	1,681 (62,9)	14,57	1,837 (69,1)	14,11
15 anos completos		2,464 (138)	32,05	2,062 (119)	46,37	2,176 (128)	40,35
16 anos completos		2,835 (104)	44,92	2,428 (90)	44,20	2,531 (95)	42,62
17 anos completos		3,009 (79)	19,01	2,56 (67)	14,11	2,694 (71)	17,70
Cor		0,198 (25,8)	—	0,215 (27,9)	—	0,201 (26,4)	—
Sexo		0,401 (70,4)	—	0,396 (68,8)	—	0,408 (71,8)	—
Experiência		0,053 (74,9)	—	0,066 (71,5)	—	0,08 (65,7)	—
Experiência ao Quadrado		-6,58E-4 (-46,82)	—	-1,27E-3 (-40,27)	—	-7,72E-4 (-48,59)	—

Fonte: Cálculos realizados pelo autor a partir da PED-RMS

Notas: As estatísticas t encontram-se entre parênteses ao lado/abaixo dos coeficientes estimados e a variável dependente nos três modelos é Ln salário total real por hora, ou seja, o logaritmo neperiano da renda bruta nas atividades principal e adicional por hora trabalhada.

Regressão 1: R² ajustado = 0,502, F=3.600,53 e n= 74.888

Regressão 2: R² ajustado = 0,491, F= 3.448,94 e n= 75.104

Regressão 3: R² ajustado = 0,503, F= 3.621,90 e n= 75.101

Quadro 5
Taxas de Retorno Privadas (% a.a.) Segundo o Nível de Educação para Diferentes Definições de Experiência

Nível de Escolaridade	Reg. Nº 1	Reg. Nº 2	Reg. Nº 3
Fundamental/ 1 Ano de Estudo	9,6	6,4	7,3
Médio/Fundamental	23,9	19,6	20,2
Superior/Médio	29,4	26,7	27,1

Fonte: Cálculos do autor a partir do QUADRO 4.

às taxas anuais de retorno segundo a regressão R2, e a $r_t(R3)$, que se refere às taxas anuais de retorno segundo a regressão R3.

Observe-se que as taxas de retorno da experiência, $r_t(R1)$ e $r_t(R3)$, correm paralelas, a despeito

Quadro 6
Taxas Médias de Retorno (% a.a.) de Investimento em Experiência no Trabalho Segundo Diferentes Definições de Experiência RMS, 1996/2000⁽¹⁾

T ⁽²⁾	$r_t(R1)$	$r_t(R2)$	$r_t(R3)$
1	-2,6%	-2,3%	-5,9%
5	-1,8%	-0,6%	-5,1%
10	-0,7%	2,2%	-4,1%
15	0,6%	6,3%	-3,0%
20	2,2%	15,2%	-1,8%
25	5,7%	-97,4%	0,2%
30	8,2%	-23,8%	1,2%
35	17,8%	-8,8%	3,3%

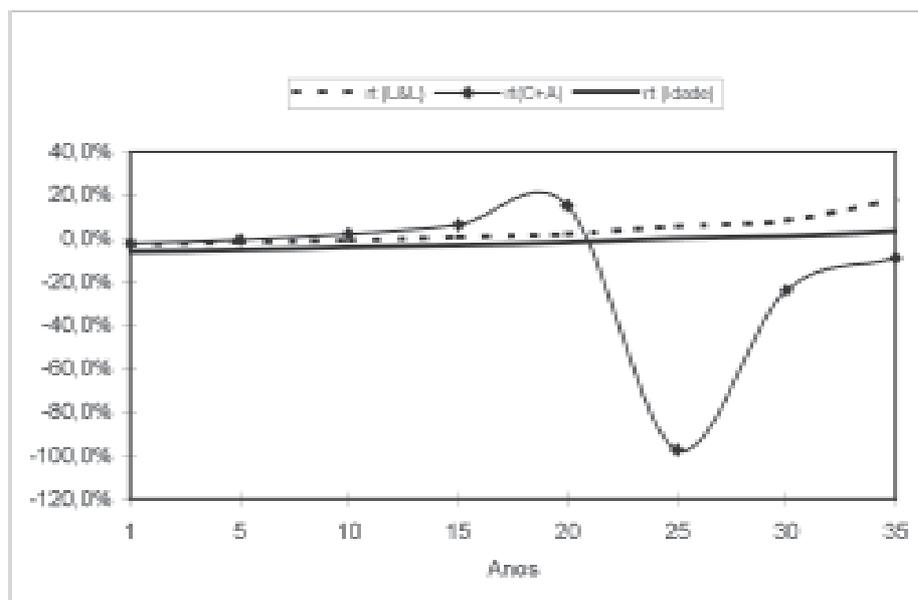
Fonte: Cálculos do autor a partir da PED-RMS

Notas:

(1) Refere-se ao período de outubro/96 a janeiro/2000

(2) T é o parâmetro referente ao período total de investimentos líquidos positivos realizados em experiência.

Gráfico 2 - Taxas de Rentabilidade de Investimentos em Experiência



delas serem bem diferentes numericamente. O comportamento paralelo delas é decorrência imediata da própria definição de ambas, em que a experiência, E , da definição da regressão $R1$, é dada por $E = \text{Idade} - \text{Escolaridade} - 7$, fazendo com que o retorno, $r_t(R1)$, situe-se sempre acima do retorno segundo a idade, $r_t(R3)$. Ou seja, para um mesmo tempo de experiência, os rendimentos do indivíduo com experiência da regressão $R1$ são sempre superiores aos rendimentos do indivíduo com experiência segundo a regressão $R3$, tornando a taxa de retorno, $r_t(R1)$, igualmente superior às taxas de retorno, $r_t(R3)$.

Ademais, o comportamento de ambas é o esperado segundo a teoria, o que não ocorre com o comportamento das taxas de retorno segundo a soma das experiências específicas nos empregos corrente e anterior, $r_t(R2)$. As taxas $r_t(R1)$ e $r_t(R3)$ são negativas de um até 12 anos, no caso da primeira, e de um até 26 anos, no caso da segunda, quando então elas se anulam, e tornam-se ambas, a partir daí, monotonamente crescentes e positivas. Um padrão caracteriza as taxas de retorno, $r_t(R1)$ e $r_t(R3)$: quanto maior o período de investimento líquido, T , maior a taxa de retorno; em outras palavras, as pessoas investem tanto mais em si mesmas quanto maiores os retornos desses investimentos. Por outro lado, a diferença de 14 anos entre elas, no ponto em que se anulam, pode ser explicada pelos 7 anos da fórmula referentes à idade de in-

gresso na escola, e pelos 7 anos referentes à escolaridade média da RMS.

Esse comportamento dessas duas taxas de retorno da experiência está perfeitamente respaldado na teoria de Becker (1964) e Mincer (1974). Segundo a teoria, nos primeiros anos, o indivíduo investe em si próprio, percebendo salários abaixo da sua produtividade (o que torna as taxas de retorno, r_t , negativas) para, em período posterior,

obter aumentos salariais que venham a lhe compensar o sacrifício inicial, quando então as taxas r_t passam a ser positivas.

Observando-se o comportamento dessas taxas, leva-se a crer que as taxas calculadas segundo a definição da regressão $R1$ são mais realistas pois, supor que o indivíduo somente passasse a obter um retorno positivo aos 26 anos de experiência, poucos anos antes de aposentar-se, como acontece com a taxa $r_t(R3)$, parece pouco crível. Assim, a despeito de se ter optado, nas regressões passadas dos modelos de escolaridade ampliado, pela idade como *proxy* para experiência, pois o R^2 ajustado foi superior aos demais, deste ponto de vista em que as taxas se tornam nulas aos doze anos, a taxa $r_t(R1)$ parece sugerir um comportamento mais coerente, pois se anula mais cedo.

O comportamento da taxa de retorno, $r_t(R2)$, também apresenta um comportamento previsível pela teoria, porém, apenas nos primeiros anos. Com efeito, esse comportamento mostra-se esdrúxulo a partir dos vinte anos de experiência: alcança a taxa de 102,8% a.a. aos vinte e cinco anos, torna-se extremamente negativa aos vinte e seis anos, quando alcança a taxa negativa de 4.233% ao ano, quando então, a partir daí, adota uma trajetória ascendente, voltando a tornar-se positiva apenas aos 46 anos de experiência. Esta definição para medir a experiência certamente não é a mais adequada, afinal, os dados disponíveis da PED-RMS relativos apenas aos dois

últimos empregos são insuficientes como medida da experiência efetiva, o que ocorre em menor intensidade quando se trata da idade do indivíduo. Com efeito, enquanto a idade média é de 34 anos na regressão R3, ela é de 19 anos na regressão R1, e de menos de 6 anos na regressão R2.

Senna (1976: 187) estimou taxas de retorno em experiência no trabalho no Brasil com dados da Lei dos 2/3 do Ministério do Trabalho em *cross-section* para o ano de 1970; obteve resultados muito mais elevados do que estes, mesmo que se tome, para efeito de comparação, a definição da regressão R1, que é a que mais se aproxima da adotada por aquele autor. Nos seus cálculos, as taxas de retorno variam de 84% (quando T = 25 anos) a 260% ou mais (quando T = 15 ou 30 anos) superiores a estas.

Conclusões

Alguns dos resultados obtidos neste artigo decorrem de que a educação é um bem escasso em relação à demanda social, mesmo nos níveis mais elementares do sistema de ensino. Como medida dessa escassez, enquanto o excesso de oferta de trabalho é de 73,8% para os analfabetos, ela é de 65,3% para o 1º grau, de 43,2%, para o 2º grau, e de 27,2% para o 3º grau. Como resultado, os rendimentos tendem a ser significativamente mais elevados na medida em que se completa um grau adicional de escolaridade, refletindo-se nas taxas internas de retorno do investimento em educação mais elevadas.

Pode-se concluir que as taxas de retorno em educação, por qualquer dos modelos que se considere, são muito elevadas se comparadas com as taxas de retorno de investimento em capital físico de 10% ao ano (média nacional).

As taxas de retorno mais elevadas refletem a escassez relativa do recurso humano mais qualificado na RMS. Do ponto de vista da distribuição da renda esses resultados das taxas de rentabilidade mostram que as perspectivas são perversas, uma vez que quanto maior a escolaridade maior o retorno, e as taxas de retorno mais elevadas incidem justamente sobre as classes de renda mais elevadas.

Desse ponto de vista, aumentar o número de concluintes do ensino superior e do ensino médio é uma condição necessária e relevante para contribuir

para a reversão do quadro da má distribuição da renda na RMS. Assim, é imprescindível que se aumente o número de concluintes de 2º e 3º graus, pois, tornando a oferta desses profissionais mais elástica, tenderia a se reduzir o fosso de renda entre os grupos de diferentes graus de escolaridade. Isto será uma necessidade ainda mais premente na medida que os concluintes do nível fundamental crescem e deverão crescer a taxas muito elevadas nos próximos anos. Neste sentido, é preciso eliminar as barreiras à entrada de investidores no mercado da educação de 2º e 3º graus para que se amplie o número de pessoas com essas qualificações, sem no entanto se descuidar de uma política eficaz de controle de qualidade da educação. No 3º grau, por exemplo, o Brasil é um dos países que detém o menor quantitativo de estudantes de nível superior em curso, se comparado a outros países de renda *percapita* equivalente ou até mesmo na América Latina.

As primeiras estimativas feitas a partir do modelo de escolaridade simples são de que a taxa de retorno da educação geral, para todos os níveis, é de 15,1% ao ano e estatisticamente significativa. Os retornos mais elevados, entretanto, são relativos ao 2º grau, com 33% ao ano, e ao 3º grau, com 30% ao ano. O 1º grau apresentou 7,4% ao ano. Esses resultados mostram que são os investimentos na educação do 2º e 3º graus que estão a elevar a taxa de retorno média.

Observou-se que quanto maior a escolaridade, maior é o poder de explicação desse modelo de capital humano simples, a denotar que a níveis mais baixos de escolaridade há outros fatores a explicar estatisticamente a variabilidade da renda.

Como esperado, o poder de explicação desse modelo simples, seja com ou sem *dummies* para a escolaridade foi maior para o sexo feminino do que para o sexo masculino, pois, a escolaridade é um fator mais relevante para a determinação da renda das mulheres, enquanto fatores relacionados à estrutura do mercado são mais relevantes na explicação da renda dos homens. Além disso, enquanto as mulheres têm, em média, 8,1 anos completos de estudos, os homens têm 7,8 anos. Em outras palavras, à mulher é exigida uma maior escolaridade para um mesmo nível de renda real e para ascensão profissional, o que parece revelar um padrão de discriminação contra a mulher.

Feita a desagregação entre brancos e não-brancos, as taxas de retorno média da educação foram de 18% e 13,4% ao ano, respectivamente, o que denota que a escolaridade é um fator mais relevante na determinação da renda do branco do que dos não-brancos. Além disto, o fato da escolaridade média dos brancos ser de 8,1 anos contra 6,1 anos para os não brancos ajuda a explicar essa diferença nas taxas.

Feito o corte na amostra por classes de experiência, observou-se que quanto maior a experiência, o poder de explicação do modelo é menor, a indicar a importância crescente da experiência (treinamento) no mercado de trabalho e/ou a obsolescência do capital humano em educação formal.

O modelo de escolaridade simples com *dummies* revelou um fato interessante: aos 8, 11 e 15 anos, as taxas de retorno da educação formal são altamente positivas, com valores, respectivamente, de 26,9% , 65,2% e 75,4% ao ano. Disto se conclui que quando o indivíduo conclui um ciclo escolar (1º grau, 2º grau e 3º grau), a sua renda sofre um incremento muito significativo. Feitos os testes-t de igualdade das rendas entre cada nível de escolaridade, rejeitou-se, em todos, a hipótese nula ao nível de 1% de significância. Porém, aos 2, 9 e 13 anos, as taxas de retorno são negativas, pois a renda do indivíduo sofre um decréscimo substancial. A explicação para este fato está em que o empresário realiza a sua decisão de contratar ou não um empregado a partir de qualidades como perseverança, inteligência, potencial de aprendizado etc, que ele não enxergaria no indivíduo que, tendo se decidido em estudar por um ciclo a mais, não o conclui. Assim, por meio da escolaridade, o empresário realiza um processo seletivo mais barato. Esse efeito sinalização também foi detectado em amostras por sexo.

Uma outra conclusão é que a inclusão da experiência atenua o efeito sinalização tanto mais quanto mais longa é a definição de experiência que se use. A experiência atenua, mas não elimina esse efeito. Isto parece indicar que o empresário deixa de atribuir uma importância tão acentuada à escolaridade e passa a se pautar também e crescentemente pela experiência do indivíduo no mercado de trabalho.

O que complica a utilização do modelo de escolaridade ampliado é a dificuldade em se obter da-

dos sobre experiência, que se agrava ainda mais no caso da mulher. Neste artigo foram utilizadas três definições diferentes e, ao final das contas, conclui-se que nenhuma das três foi suficientemente adequada haja vista os resultados obtidos para as taxas de retorno em experiência (treinamento). No caso da definição da regressão R1, que apresentou resultados mais condizentes com o bom senso, o indivíduo médio estaria a investir por um período de doze anos, quando as taxas de negativas passam a positivas; na definição da experiência efetiva (soma dos tempos nos empregos corrente e anterior), as taxas se anularam aos sete anos, o que parece ainda mais razoável; o que torna, entretanto, essa definição a pior de todas, é que a partir dos vinte anos ela começa a apresentar um comportamento estrúxulo, inviabilizando o seu uso; quanto à terceira definição, a da idade, as taxas somente se anulam aos 26 anos, o que é demasiadamente longo, afinal, nenhum indivíduo racional irá investir por tanto tempo para começar a colher os benefícios há poucos anos antes da aposentadoria. Por qualquer definição, um padrão se caracteriza: quanto maior o período de investimento, mais as pessoas investem em si mesmas.

Essa discussão revela que o coeficiente de determinação não é necessariamente um bom critério para desempate entre diferentes definições de experiência. Como sugestão, acredita-se que se deveria aperfeiçoar a definição de experiência da regressão R1, deduzindo dela o período relativo ao emprego corrente e o período médio de desemprego, calculado este para cada sexo em separado; no caso do sexo feminino, além do desemprego se deveria realizar uma estimativa do tempo total que a mulher se afasta do mercado para procriar (por exemplo, x meses vezes o número de filhos da prole). Neste trabalho não se fizeram esses ajustes: trabalhou-se com a mesma definição para ambos os sexos, o que resulta numa sobre estimação do tempo de experiência da mulher. Na medida em que o período de experiência tende a ser muito grande, os custos do investimento se reduzem e, consequentemente, a taxa de retorno se eleva.

Outra conclusão a que se chega é que a não inclusão da variável experiência, e a do seu termo quadrático, provocam um viés para cima, superestimando as taxas de retorno da educação. Além dis-

so, o poder de explicação do modelo aumenta consideravelmente, cerca de 27% medido pelo R^2 ajustado, o que não é reflexo, portanto, da inclusão de apenas uma variável, mas de uma variável muito significativa, em razão dos perfis de renda serem quadráticos.

As variáveis sexo e raça, a despeito de não serem relativas ao capital humano, permitem verificar os diferenciais de rendimento segundo essas características. A depender da regressão, o diferencial varia, mas sempre em favor dos homens (cerca de 40% a mais) e dos brancos (cerca de 20% a mais). Além disso, essas variáveis elevaram o poder de explicação em 9%, o que não é desprezível.

Constatou-se (AVENA, 2000) que enquanto a experiência específica é mais relevante do que a experiência geral (idade, por exemplo) na determinação da renda do indivíduo branco, o oposto ocorre quando se trata dos não-brancos: destes é exigida mais idade e/ou mais tempo no mercado de trabalho. Além disso, a escolaridade é mais relevante no caso dos brancos, enquanto a experiência é mais relevante no caso dos negros, particularmente. Isto parece sugerir que a qualidade educacional inferior (faz-se a hipótese de que indivíduos de raça não-branca tiveram acesso a escolas de menor qualidade) é compensada por uma maior experiência no mercado de trabalho.

Notas

- 1 A abordagem a partir da estimação de funções de produção educacional lançou muitas dúvidas sobre os efeitos da educação como determinante da renda por meio das capacidades cognitivas.
- 2 Nessa equação, ϵ é o distúrbio aleatório, suposto normalmente distribuído, com média igual a zero e variância σ^2 .
- 3 O uso da variável escolaridade contínua implica que o seu coeficiente angular é a taxa média de retorno relativa aos dezessete anos de escolaridade.
- 4 Realizado o teste-t de igualdade das taxas, a hipótese nula foi rejeitada ao nível de significância de 1%.
- 5 Realizado o teste-t de igualdade das taxas, a hipótese nula foi rejeitada ao nível de significância de 1%.
- 6 Utilizar-se-á a variável idade como *proxy* para experiência, a menos que se explicita diferentemente.

7 Estimados os modelos para amostras por sexo, obtêm-se: no caso da regressão do sexo feminino, o $R^2_{ajustado}$ é de 47,8%, enquanto para o sexo masculino é de 46,3%; quanto às taxas de retorno médias, são de 14,5% a.a. para as mulheres e 13,6% a.a. para os indivíduos do sexo masculino.

8 Veja-se Lam e Levinson (1990).

Referências Bibliográficas

- ARROW, K. (1973). "Higher Education as a Filter". *Journal of Public Economics*, 2(3), 193-216.
- AVENA, C.P. (2000). "Os Retornos do Capital Humano na Região Metropolitana de Salvador". Dissertação de Mestrado em Economia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.
- BARROS, A.R.; BARROS, M. R.(1998) "Is There Racial Wage Discrimination in Brazil? A new sample with proxies for family background and ability." In: CD-Rom Anpec 25 anos, ANPEC(ed.), vol.2.
- BECKER, Gary S. (1964). "Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, With Special Reference to Education". New York: Columbia University Press.
- CAMARGO, J.M; SERRANO, F.(1983). "Os dois mercados: homens e mulheres na indústria brasileira." *Revista Brasileira de Economia*, v.37, nº 4, p.435-48.
- CAVALIERI, C.H.; FERNANDES, R.(1998). "Diferenciais de Salários por Gênero e Cor: Uma Comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras". In: CD-Rom Anpec 25 anos, ANPEC(ed.), vol.2.
- CHISWICK B.R.(1974) "Income Inequality: Regional Analyses within a Human Capital Framework". New York: Columbia University Press.
- FERNANDES, R. (1996) "Mercado de trabalho não-regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.26, nº 3, p.417-42.
- GRILICHES, Zvi.(1977). "Estimating the Returns to Schooling: Some Econometric Problems". *Econometrica*, 45(1), 1- 22.
- LAM, D.; LEVINSON, D.(1990). "Idade, experiência, escolaridade e diferenciais de renda: Estados Unidos e Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.20, nº2., p.219-56.
- LAYARD, R; PSACHAROPOULOS, G.(1974). "The Screening Hypothesis and the Returns to Education". *Journal of Political Economics*, 82(5): 985-98.
- LEAL, C.I.S.; WERLANG, S.R.C. (1989). "Retornos em Educação no Brasil: 1976-1986". Rio de Janeiro: FGV, Ensaio EPEGE nº 148.

- LIMA, R. (1980). "Mercado de Trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 10(1), p.217-272.
- MEDEIROS, J.A.(1982). "Alcance e Limitações da Teoria do Capital Humano". *Ensaio Econômicos*, IPE/USP, 17.
- MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P.(2000). "Education and The Evolution of Wage Inequality in Brazil". São Paulo: USP.(mimeo.)
- MINCER, J.(1958). "Investment in Human Capital and Personal Income Distribution". *Journal of Political Economy*, v.LXVI, n.4.
- MINCER, J.(1974). "Schooling, Experience, and Earnings". New York: Columbia University Press.
- MOURA CASTRO, C. de.(1974). "Investimento em educação no Brasil: um estudo sócio-econômico". IPEA/SM (12)
- PSACHAROPOULOS, G. (1973). "Returns to Education: an International Comparison". San Francisco: Jossey-Bass Inc., Publishers.
- RIVKIN, S.G. "Black/White Differences in Schooling and Employment". *Journal of Human Resources*, XXX.
- SCHULTZ, T.W. (1973). "O Capital Humano". Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SENNA, J.J. (1976). "Escolaridade, Experiência no Trabalho e Salários no Brasil". *Revista Brasileira de Economia*, v. 30, nº 2, p. 163-93.
- STIGLITZ, J.E. (1973). "Approaches to the Economics of Discrimination". *American Economic Review*, v.63, nº2, May.
- TAUBMAN, P.;WALES, T. "Higher Education, Mental Ability, and Screening." *Journal of Political Economy*.

* Cláudio Pondé Avena é professor da Faculdade Ruy Barbosa e mestre em Economia pela UFBA.

Brasil Industrial: do capitalismo retardatário à inserção subordinada no mundo neocolonial

*Antônio Plínio Pires de Moura**

A análise econômica é um campo minado, pois o contexto social é um conjunto indivisível no qual, arbitrariamente, de acordo com as clivagens político-ideológicas, uns fatos são destacados, outros omitidos. Conseqüentemente, a investigação dos fenômenos econômicos está sempre sujeita à armadilha do provincianismo temporal, isto é, o pesquisador, particularmente na análise conjuntural, convence-se que o presente é a única época que importa, tranqüilamente ignorando tudo antes ocorrido.

Isto vem a propósito da avaliação, em grandes linhas, do segmento industrial brasileiro aqui apresentada, que, arbitrariamente e apenas para fins de clareza expositiva, foi fracionado em cinco períodos a saber:

1. O modelo primário-exportador e a transição industrial: do século XIX aos anos 30.
2. A Era Vargas e os investimentos estruturantes.
3. A intensificação do modelo nacional-desenvolvimentista de substituição de importações – os anos 60 e 70.
4. A crise de financiamento e desequilíbrios macroeconômicos – os anos 80.
5. A desconstrução do Estado e a inserção subordinada no mundo das transnacionais – os anos 90 do fim do milênio.

É claro, portanto, que esta segmentação dos fatos é meramente mnemônica, pois o processo social

constitui-se num todo indivisível em que um acontecimento jamais é apenas e exclusivamente econômico, sempre existindo diversos outros aspectos às vezes mais importantes.

O modelo primário-exportador e a transição industrial: do século XIX aos anos 30

O advento e o desenvolvimento, no séc. XIX e primeiras décadas do século passado, do núcleo industrial brasileiro é diverso do mesmo processo ocorrido na Europa do séc. XVIII, que provocou não só uma ruptura na economia mundial como determinou e condicionou o desenvolvimento econômico subsequente de quase todas as regiões do mundo.

Enquanto no processo de desenvolvimento europeu o núcleo industrial se articula para dentro e para fora, caracterizando-se, internamente, pela dissolução da economia artesanal pré-capitalista, com absorção dos fatores liberados em um nível mais alto de produtividade decorrente de inovações tecnológicas, e, externamente, pelo aproveitamento das oportunidades do mercado exterior que lhe fornece matérias primas e absorve seus produtos industriais – vale dizer, tem um crescimento autocentrado –, no caso brasileiro tem-se uma industrialização derivada, induzida pelo crescimento das exportações que irrigam monetariamente a economia.

Esse aumento das exportações se dá dentro do marco de uma economia mercantil-escravista, que a partir da segunda metade do séc. XIX está sob a hegemonia do setor cafeeiro, obra do capital mercantil nacional. Assim, as exportações, praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda, desempenham e representam, ainda que limitadamente dada a estreita base em que se assentam, o centro dinâmico de toda a economia.

Por outro lado, dando lugar a um processo de articulação territorial que passa por uma dinâmica ligada à disponibilidade de terras em que a produção fosse rentável, à disponibilidade de mão-de-obra barata e à demanda externa, a economia agrícola-exportadora brasileira vai, pouco a pouco, à medida que absorve espaços antes de economia de subsistência, estimular o processo de urbanização e monetização da economia, criando um mercado interno mais ou menos significativo de bens de consumo corrente.

Assim, de modo atrelado a esse crescimento econômico para fora, eminentemente dependente e reflexo da economia brasileira, nasce a industrialização retardatária, estabelecendo-se as chamadas indústrias de bens de consumo interno, tais como as de tecido, calçado, vestuário, móveis, etc. Dinâmica diversa seguiram as economias abertas centrais, pois, enquanto nestas as importações destinavam-se basicamente a suprir necessidades de alimentos e matérias primas não-passíveis de produção interna satisfatória, nas economias periféricas, além de atender a estas carências, as importações incorporavam uma extensa gama de bens de consumo final e a quase totalidade dos bens de capital exigidos pelo processo de investimento induzido pelo crescimento exógeno da renda. Desse modo, se constituiu um tardio setor interno industrial de baixa produtividade e qualidade, voltado à satisfação da parte não-sofisticada das necessidades de alimentação, vestuário e habitação de parcela da população monetariamente incorporada ao mercado consumidor.

Resultante da diversificação de inversões de capitais oriundos da atividade comercial exportadora-importadora, o crescimento industrial brasileiro amolda-se à nova divisão internacional do trabalho fruto do profundo processo de transformação do capitalismo, cujo traço característico é a consolida-

ção, como forma dominante, do que veio a se denominar de imperialismo. Iniciado por volta de 1870, esse reordenamento da economia mundial passa pela guerra de 1914-1918, cujas causas originam-se na acirrada luta por mercados entre as potências, e se aprofunda com a desorganização das trocas internacionais provocada pela crise de 1929.

Os dados disponíveis para a segunda metade do séc. XIX indicam que o Brasil contava então com 903 estabelecimentos industriais distribuídos por treze setores, liderados, em número de estabelecimentos, pela indústria de alimentos (268), seguida pelas indústrias de vestuário (88), têxtil (87), cerâmica (87), produtos químicos e análogos (86) e metalurgia (66). No que concerne ao capital investido, porém, o grupo têxtil coloca-se em primeiro lugar, com mais de 50% do valor total dos capitais investidos em toda a indústria, sendo que, ao contrário dos outros ramos industriais em que o maquinário representava um quinto do capital empregado, na indústria têxtil quase metade do capital estava empregado em máquinas, demonstrando uma maior complexidade tecnológica do setor.

Fruto da expansão cafeeira e da decorrente formação de um mercado de trabalho com predominância de assalariados, a economia paulista conseguirá mais facilmente que a dos outros estados brasileiros enfrentar a transição para o modo capitalista de produção, o que se refletirá no desenvolvimento de seu setor industrial. Assim, no início do séc. XX a indústria paulista poderá estar em condições de dar o seu primeiro salto quantitativo, assentando as bases da posterior concentração industrial em São Paulo. A participação no valor bruto da produção industrial brasileira ascenderá, entre 1907 e 1919, de 15,9% para 31,9%, respectivamente. Na década seguinte, a indústria paulista passará, inclusive, por mudanças qualitativas, ao implantar um pequeno segmento produtor de bens de capital e de insumos, diversificando, ademais, sua produção de bens de consumo. Entre 1920 e 1928, o setor industrial de São Paulo cresce à taxa média de 6,6% a.a., enquanto a do resto do País situar-se-á em 3,4% a.a.

Esse reordenamento da economia brasileira, que reproduz, internamente, o padrão de desenvolvimento desigual típico da expansão capitalista de então, apoia-se na magnitude do excedente gestado pela economia cafeeira vis-à-vis do gerado nas demais

regiões brasileiras, particularmente na mais antiga área de colonização – o Nordeste – onde a desagregação das relações escravistas não foi substituída por formas generalizadas de trabalho assalariado.

A Era Vargas e os investimentos estruturantes

Sociedade predominantemente agrária, mesmo onde já havia um razoável desenvolvimento urbano-industrial, o Brasil dos anos 30 passa por uma mudança do centro dinâmico de sua economia, acompanhada por uma nova articulação de classes sociais e pela centralização institucional do Estado.

Esse novo tipo de Estado, que emerge da Revolução de 1930, distingue-se do Estado oligárquico da Velha República, não apenas pela centralização como também por outros elementos:

1. a atenção econômica voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização;
2. a atuação social tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, enquadrando-os e incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal;
3. atribuição de um papel central, como fator de garantia da ordem interna, às Forças Armadas.

Assim, o Estado getulista promoveu o capitalismo nacional, tendo como suportes: no aparelho do Estado, as Forças Armadas e a nova burocracia daspeana, e na sociedade civil, a aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana (Fausto:2001).

Ainda que no período inicial o governo se equilibre entre os diferentes interesses, inclusive agrários – política de compra dos excedentes cafeeiros para queimar, socializando as perdas do setor –, pouco a pouco o Estado getulista embarca numa política de substituir importações pela produção interna e de estabelecer uma indústria de base.

A centralização das decisões de investimento no Estado, no marco de um planejamento global, se inaugura com a Coordenação de Mobilização Econômica (1942), dirigida pelo antigo tenente João Alberto.

Investimentos públicos estruturantes, visando atenuar os estrangulamentos, são realizados na infra-estrutura de transportes, energia e educação. O Estado assume os investimentos na indústria básica do aço, petróleo e mineração, transporte e energia, de que são emblemáticas a CSN, Cia. Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores e, já no início dos anos 50, a Eletrobrás e Petrobrás.

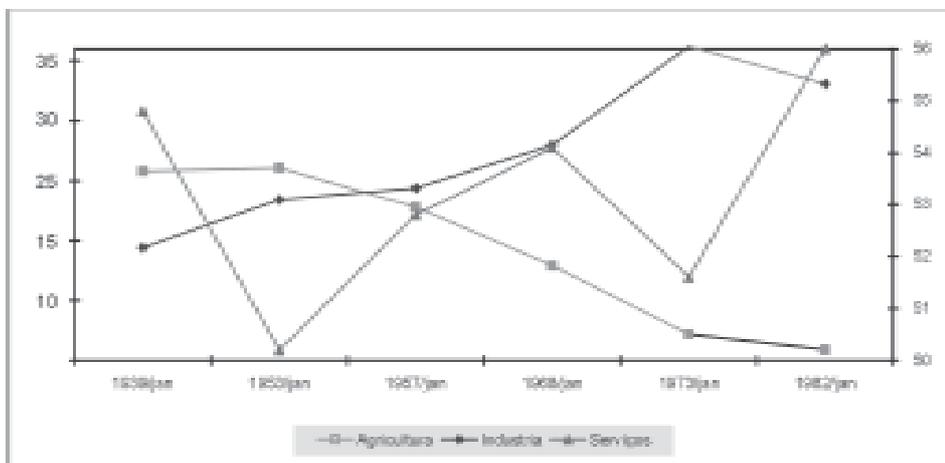
Entre 1933 e 1955, a indústria cresce a taxas anuais bem superiores à da agricultura, mesmo no período de fortes restrições decorrentes da Segunda Guerra Mundial:

1933 – 1939 : Agricultura – 1,7% Indústria – 11,2%
 1939 – 1945 : Agricultura – 1,7% Indústria – 5,4%
 1947 – 1955 : Agricultura – 4,7% Indústria – 9,0%

As indústrias básicas (metalurgia, mecânica, material elétrico e material de transporte) dobram sua participação no valor adicionado da indústria, enquanto os ramos químico e farmacêutico a triplicam.

Assim, a crise prolongada dos anos 1930 desemboca na ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador, com a passagem para um novo paradigma de desenvolvimento, voltado para dentro, em que há uma perda de importância relativa do setor externo no processo de formação da renda nacional, ao tempo em que cresce a da atividade

Gráfico 1
Evolução do PIB Setorial entre 1939 a 1982



interna. Novos setores dinâmicos aparecem e se expandem, voltados para o mercado nacional e dependentes do setor externo, que passa a ter uma função decisiva no processo de diversificação da estrutura produtiva, cobrindo a importação de equipamentos e bens intermediários (Tavares: 1972). A produção industrial, por sua tecnologia, processamento e fabricação de produtos, destina-se fundamentalmente a abastecer o mercado interno – e para isso é concebida – que é, para a maioria das empresas e setores, o objetivo prioritário. Isso porque a sociedade brasileira, em processo acelerado de urbanização, aspira a reproduzir o estilo de vida dos países avançados, tanto no plano de consumo quanto no da produção interna (Fajnzylber: 1990).

A intensificação do modelo nacional-desenvolvimentista de substituição de importações – os anos 60 e 70

A segunda metade dos anos 50 do séc. XX traz uma aceleração da taxa de crescimento brasileira, em meio a um desequilíbrio do seu balanço de pagamentos, decorrente das condições externas, que a partir de 1954 voltaram a ser francamente restritivas.

A política de substituição de importações, entendida como “um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (Tavares:1972), procurará, mediante deliberada complementação industrial, colmatar brechas resultantes de uma industrialização predominantemente extensiva e pouco integrada.

Síntese dessa política, o *Plano de Metas* do Governo JK dará prioridade à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial, verticalmente integrada, e do capital social básico de apoio a essa estrutura.

Fruto da nova tendência na divisão internacional do trabalho, capitais estrangeiros expressivos dirigem-se para o Brasil, vindo a cumprir, nessa nova etapa do processo de industrialização, um papel pioneiro, implantando novos ramos de bens de consumo duráveis mais sofisticados, tais como o automobilístico e o eletrodoméstico, que se converteram nos setores líderes da nova expansão industrial.

A industrialização, até então promovida principalmente por empresas de capital nacional privado ou público, passa a contar com o ingresso maciço de capitais externos, que, protegidos pela barreira alfandegária, orientar-se-ão para a produção, objetivando atender a um mercado interno não-desprezível, em que pesem as disparidades da renda e desigualdades regionais.

Esforço significativo é feito pelo Estado, para não só assegurar financiamento de longo prazo e a juros negativos às empresas privadas, através dos novos organismos oficiais de crédito de longo prazo – BNDE, BNB, BASA e BRDE –, mas, também, para viabilizar a necessária infra-estrutura de energia, transporte, comunicações e insumos básicos.

No período 1958/1962, o produto industrial cresce a altas taxas: 16,8% (1958), 12,9% (59), 10,6% (60), 11,1% (61) e 8,1% (1962).

A construção ideológica que trabalhará essas mudanças na sociedade brasileira, em que a produção industrial supera a produção agrícola, será o nacional-desenvolvimentismo, que, partindo do suposto que “o processo de desenvolvimento nacional é função da consciência que a nação tem de si mesma” (Pinto: 1960), apoia-se nos seguintes enunciados:

- a) ao superar o complexo colonial, o desenvolvimento integrará naturalmente os interesses das classes sociais;
- b) o desenvolvimento industrial implica a superação da dependência entre os regimes periféricos e as economias dominantes do mundo contemporâneo;
- c) os efeitos do desenvolvimento alcançam toda a coletividade, havendo uma transformação geral das estruturas da vida social. (Toledo: 1997)

Cinco anos de desenvolvimentismo, sem a realização das promessas, revelarão que havia um antagonismo entre o ônus do seu financiamento e a apropriação dos benefícios que engendrou, apoiando seu custo cada vez mais sobre os trabalhadores, impondo-lhes sacrifícios no atendimento de necessidades essenciais.

Assim, a irrupção no cenário político de novos atores leva ao deslocamento do núcleo de preocupações da política econômica da anterior prioridade com o desenvolvimento industrial para a atenuação

do processo inflacionário. Emblemático desse impasse em que a política econômica marchará na retaguarda dos acontecimentos, será o Plano Trienal, tentativa, na vigésima quinta hora, de compatibilização dos propósitos de defesa da taxa de crescimento e de atenuação da inflação.

O fim do Estado populista, isto é, a forma por ele assumida na transição da economia agrário-exportadora para a economia industrial, e que se caracterizou pelo intervencionismo industrializante (Estado-empresário inovador) e pela necessidade de incorporar, enquadrar e manipular as massas urbanas que dão sustentação ao Estado modernizador, desnuda um modelo de industrialização que se tornou, precocemente, monopolista.

Os efeitos dessa estrutura industrial monopolista, centrada numa associação do Estado privatizado com o grande capital nacional e estrangeiro, cujo emblema será o Polo Petroquímico de Camaçari, marcará a década de 70 com taxas de lucros extraordinárias, manipulação de preços e reforço da tendência a marginalizar parcelas crescentes da força de trabalho e a comprimir salários.

No período 1968/1980, enquanto a participação da indústria na formação do PIB situa-se entre 35% a 40%, o crescimento industrial e a taxa de investimento manter-se-ão altos.

Tabela 1
Brasil: Taxas de crescimento do PIB, Indústria e Investimentos
Em Percentagem

Anos	PIB	Indústria	Investimentos
1968	9,8	13,3	18,7
1969	9,5	12,1	19,1
1970	10,4	11,9	18,8
1971	11,3	11,8	19,6
1972	11,9	14,2	20,2
1973	14,0	17,0	21,4
1974	8,2	8,5	22,8
1975	5,2	6,2	24,4
1976	10,3	10,7	22,5
1977	4,9	3,9	21,4
1978	5,0	6,4	22,2
1979	6,8	6,8	23,0
1980	9,2	9,2	23,6

Fonte: IBGE

As prioridades do Estado, agora de novo fortemente centralizado, serão tentar fechar a matriz industrial brasileira, procurando acomodar os

conflitos com base no crescimento contínuo e legitimar politicamente o regime minimizando a instabilidade política, o que Fiori chamará de “fuga para a frente” e Reis Veloso, de “embarcar no último trem para Paris”.

A crise de financiamento e desequilíbrios macroeconômicos – os anos 80

A década de 80 do séc. XX marcará o encilhamento do modelo militar-autoritário de desenvolvimento industrial.

A crise fiscal-financeira do Estado, sustentáculo do modelo de desenvolvimento tripartite adotado, fruto de uma combinação perversa entre dívida externa, dívida interna, ciranda financeira, aceleração inflacionária e alta exclusão social, terminará por romper o pacto de poder que sustentava o Estado autoritário militar brasileiro.

As dificuldades de financiamento internacional e a deterioração das contas públicas levam a uma redução na taxa de investimento interno bruto, que cai de 22,9%, em 1980, para 18,9% em 1984, último ano do regime militar.

Tabela 2
Brasil: Inflação, PIB e Taxa de Investimento Bruto

Anos	Inflação	Taxa de Crescimento do PIB (%)	Taxa de Investimento Interno Bruto (%)
1980	100,2	9,3	22,9
1981	109,9	-4,3	24,3
1982	95,4	0,8	23,0
1983	154,5	-2,9	19,9
1984	220,6	5,4	18,9
1985	225,5	7,8	18,0
1986	142,3	7,5	20,0
1987	224,8	3,5	23,2
1988	684,5	-0,1	24,3
1989	1320,0	3,2	26,9

Fonte: FGV/Conjuntura Econômica

Ao se desacelerar a economia em meio a um recrudescimento da inflação, o regime perde apoios e a oposição cresce devido:

- a “ingratidão” de vários grandes empresários ante a diminuição de novas oportunidades de investimentos; a capacidade ociosa em alguns setores; e a crise financeira do Estado, que passa a cortar algumas benesses antes dadas ao setor privado;

- b) a frustração da classe trabalhadora ante a nova política salarial; a desaceleração do aumento do emprego; e o caos urbano causado pelo agravamento dos problemas habitacionais, dos transportes coletivos, de saneamento básico, saúde pública e educação;
- c) o desespero dos trabalhadores rurais (os bóias-frias) que, com a modernização agrícola, perdiam a moradia na propriedade rural sendo impelidos a habitar as cidades em péssimas condições ambientais;
- d) a frustração da classe média em face do menor ritmo do aumento dos empregos qualificados; o achatamento dos salários mais altos; a elevação da taxa de juros e a restrição do crédito; a expansão do ensino privado e caro, acompanhado da deterioração do ensino público; e o debilitamento da pequena e da média empresa;
- e) o temor da Igreja e da imprensa à censura. (Cano: 2000 p.207)

O novo pacto de poder que acena com avanços em relação às liberdades civis não consegue, contudo, recompor a capacidade de intervenção do Estado – sustentáculo do modelo de desenvolvimento em curso – imerso numa longa crise fiscal-financeira.

Durante a década o PIB cresce à média anual de 2,9%, enquanto a taxa de investimento, que em 1980 era de 22,9%, cai ao longo da primeira metade do período, situando-se em 18,0% em 1985, quando volta a se recuperar. Contudo, o amadurecimento de vários investimentos oriundos do II PND, como papel e celulose, química, aço e não-ferrosos, aliado à política de incentivos às exportações – caso dos têxteis, vestuário e calçados, material de transporte e equipamentos – possibilita, via desempenho das exportações e contenção das importações pela recessão, o crescimento industrial.

A partir da segunda metade dos anos 80, o insucesso dos diversos planos de estabilização faz a economia brasileira crescer aos solavancos, com períodos curtos de recuperação alternando-se com fases de retração.

Assim, o desempenho da indústria brasileira, medido pelo valor da produção da indústria apresentou tendência de alta por dois anos (1985 e 1986), acompanhado de forte queda nos três anos seguintes (1987/1990).

Por outro lado, a retração da demanda nos anos 80 fragilizou o segmento de bens de capital, que no período subsequente enfrentará forte concorrência dos importados tornados relativamente mais baratos pela valorização cambial e pela facilidade de acesso às linhas externas de financiamento, num mundo em que “a abertura comercial e a desregulação cambial e financeira impostas pelos países centrais e adotadas pelo Brasil a partir de 1990 aumentaram a vulnerabilidade externa do país e produziram efeitos de desorganização em vários segmentos da economia”. (Tavares:1995)

A desconstrução do Estado e a inserção subordinada no mundo das transnacionais – os anos 90 do fim do milênio

A década de 90 será marcada pela primazia dada à estabilização econômica em detrimento das ações de desenvolvimento. O progresso nas condições internas de acumulação articular-se-á com laços mais fortes e permanentes de subordinação à acumulação global própria dos países centrais, núcleo orgânico do capitalismo na expressão de Arrighi.

O triunfo ideológico do discurso neoliberal, cuja síntese é o decálogo da nova bíblia conhecido como Consenso de Washington – disciplina fiscal, prioridades no gasto público, reforma tarifária, liberalização financeira, taxas de câmbio, liberalização comercial, investimento direto externo, privatização, desregulação, direitos de propriedade – sinalizará a estabilização macroeconômica como centro das ações e preocupações do Governo.

Alardear-se-á que a efetivação plena das reformas permitirá o acesso aos benefícios do capitalismo avançado.

A reforma do Estado, quer no referente à sua administração quer quanto à privatização de suas empresas, resultou no desmantelamento de seus principais órgãos decisórios de planejamento e na redução efetiva da capacidade de formular políticas de desenvolvimento. A atual crise energética é emblemática dessa situação.

Entre 1990 e 1992 há recessão, caindo o PIB, no primeiro ano da década, 4,4%. A euforia da estabilização e a abertura comercial com o dólar subvalorizado, frutos do Plano Real, estimulam o cré-

dito ao consumidor e a demanda de bens duráveis e de serviços. Contudo, o crescimento do PIB, que fora de 5,8%, em 1994, cai para 4,2% em 1995, e a indústria de transformação, que subira cerca de 8,0% em 1993 e 1994, cresce, apenas, 1,8% em 1995.

A forte pressão competitiva, decorrente da abertura comercial indiscriminada, queda do preço em dólar, disponibilidade de financiamentos externos e apreciação real da moeda nacional, rompe cadeias produtivas, reconcentra e desnacionaliza ramos inteiros da indústria nacional, inclusive ramos de ponta como a Metal Leve e a de fibras óticas, e provoca uma expansão física da produção industrial não acompanhada por aumento no valor da produção e muito menos por pessoal ocupado.

Em meio às marchas e contramarchas da política econômica, a maioria das empresas empreendeu um ajuste defensivo, caracterizado por significativo aumento de produtividade, redução de pessoal, reorganização do processo produtivo, terceirização de atividades e precarização do emprego.

Ocorre uma elevação sem precedentes na produtividade industrial (cerca de 8,0% aa. no período), acompanhada de uma forte redução dos postos de trabalho industrial, não apenas resultante da redução da relação emprego/produto industrial, imposta pela elevação da produtividade

setorial, mas da multiplicação da terceirização es-
púria como estratégia competitiva e da própria li-
quidação de firmas expostas à concorrência interna
e externa.

Em 1996/1997 o crescimento médio foi baixo –
3,2% para o PIB e 2,3% para a indústria de transfor-
mação, com uma alta importação de bens, serviços
e capital externo para financiar o rombo crescente
do balanço de pagamentos.

Na década, o PIB cresce a uma média anual de
cerca de 1,9%, inferior à da chamada década perdi-
da dos anos 80 (2,2%). A poupança interna cai de
22,4% em 1989, fim da década perdida, para incipi-
entes 14,8% em 1996/1997, enquanto a poupança
de origem externa sobe para 7,6%, fruto dos juros
internos exorbitantes, abertura comercial, desregu-
lamentação dos fluxos de capitais e, particularmen-
te, do movimento internacional de reestruturação e
reconcentração privada do capital.

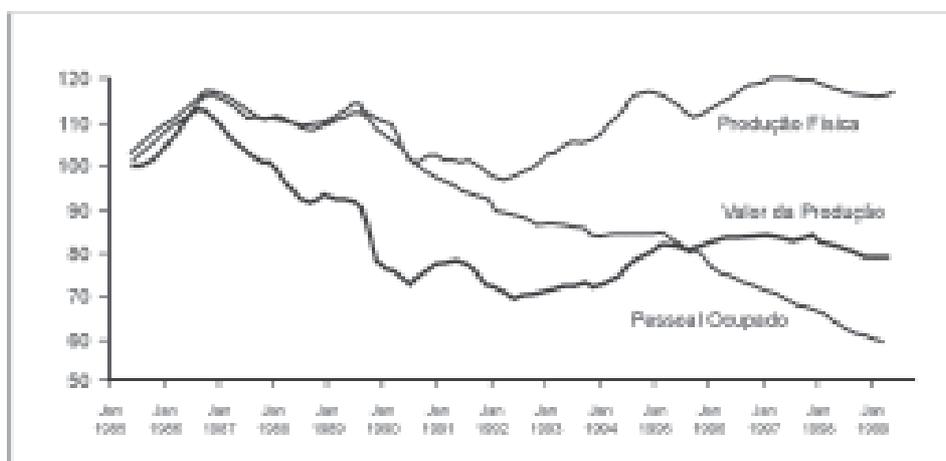
Refletindo os baixos níveis de investimento na
economia brasileira nos anos 90, o microcomplexo
de máquinas e equipamentos manteve-se pratica-
mente estagnado, com significativo aumento da
penetração de produtos importados, enquanto os
macrocomplexos têxtil, químico e metalmeccânico –
siderurgia, metalurgia dos não-ferrosos e produtos
metalúrgicos – reduzem sua participação na estru-
tura produtiva nacional, ocorrendo um processo cres-

cente de substituição
de insumos e produtos
finais de procedência
local por importados.

Na expressão de Cel-
so Furtado, “é como se o
país fosse murchando,
desaparecendo. O Esta-
do brasileiro vai perden-
do a capacidade de
direção, de decisão” (*Fo-
lha São Paulo*,9/9/99).

Nos anos 90, no pe-
ríodo posterior às refor-
mas, ainda que a co-
municação entre o em-
presariado nacional e a
tecnoburocracia gover-
namental não tenha se
rompido,

Gráfico 2
Indústria Geral: Valor da Produção, Produção Física e
Pessoal Ocupado (Tendência - Média Móvel Centrada de 12 meses)
Jan/1985-Jan/2000
(Número Índice - Base Fixa: 100 = Média de 1985)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal
(www.sidra.ibge.gov.br)

sua participação passa a ser contida num espaço específico lateral, fora das instâncias nas quais se tomam as decisões estratégicas responsáveis pela definição das linhas mestras da política governamental. (...) a estrutura de representação de interesses do empresariado tornou-se ainda mais fragmentada e especializada. Em relação ao passado, observou-se, porém, uma diferença marcante, já que, nesta estrutura segmentada, o espaço da empresa privada nacional estreitou-se cada vez mais. (...) Nos anos 90 (...) o empresariado nacional esgota-se enquanto protagonista da nova ordem econômica e enquanto categoria política (...). Sob a égide das novas diretrizes pró-mercado, é a lógica concentradora das grandes corporações transnacionais que comanda (...) Somente uma fração muito restrita do empresariado local, em geral associada aos grandes conglomerados, tem condições de ascender e participar desta estrutura. Os demais (...) operam (...) no limite da sobrevivência. (Diniz: 2001 p.14)

Em meio às incertezas deste início de milênio, ausente uma política industrial, a economia brasileira continua a apresentar uma taxa de investimento baixa: 17,3% no primeiro trimestre de 2001, situação que tende a se agravar se comparada a igual período dos anos de 1980 (24,6%), 1987 (18,8%), 1995 (17,5%) e 1998 (17,8%). Grande parte da formação bruta de capital apoia-se em poupança externa, o que subordina o desenvolvimento nacional às contingências do volátil mercado financeiro internacional. Como apontou Pochmann, “após ter abandonado seu projeto de industrialização nacional (...) o Brasil passou a marcar passos no mesmo lugar (...) A condução stop and go das políticas macroeconômicas revelam a incapacidade de reconstruir um padrão de financiamento da economia nacional”. (*Jornal Valor Econômico*, 9/5/2000).

Questões se colocam no momento: como reorientar a economia brasileira para um estilo de desenvolvimento mais autônomo? Como estabelecer uma política industrial que atenda aos interesses nacionais? Como mudar e para onde? A resposta a estas questões passa pela possibilidade de estabelecer uma nova aliança de poder que assegure a implementação de um novo pacto social brasileiro.

Notas

- 1 Texto preparado para o Curso de Extensão de Acompanhamento da Conjuntura Econômica realizado pelo Núcleo de

Estudos Conjunturais (NEC) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (FCE/UFBA).

- 2 Expressão criada por Michael Crichton em *A linha do tempo*.
- 3 Corpo profissional selecionado por concurso público e treinado pelo DASP.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

DINIZ, Eli. *Empresariado industrial e estratégias de desenvolvimento: dilemas do capitalismo brasileiro*. Online. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/prebisch/prebisch.html>. Acesso em 10.09.2001

FAJNZYLBBER, Fernando. Industrialização na América Latina: da “caixa preta” ao “conjunto vazio”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos do pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9 ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Nacional, 1970.

GREMAUD, A. Patrick; SAES, F. A. Marques; JUNIOR, R. Toneto. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

MELLO, J. M. Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PEREIRA, Duarte. *Industrialização deformada. Retratos do Brasil*. São Paulo: Política, 1984. v.2.

PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos do pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB - Fábrica de Ideologias*. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

* Antônio Plínio Pires de Moura é professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e Membro do NEC.

ÍNDICE GERAL

v.10, n.1-4, jul.2000/mar.2001

ASSUNTO

- ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL
v.10, n.4, p.306-309, mar.2001
v.10, n.4, p.333-341, mar.2001
v.10, n.4, p.342-349, mar.2001
- ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
v.10, n.2, p.35-38, set.2000
- ADOLESCENTE – MORTE –
SALVADOR – BAHIA
v.10, n.4, p.115-121, mar.2001
- AGRICULTURA – MÃO-DE-OBRA –
RECÔNCAVO – BAHIA – 1891
v.10, n.1, p.21-34, jul.2000
- AGROPECUÁRIA – BAHIA – 2000/2001
v.10, n.3, p.52-73, dez.2000
- BAHIA SUL CELULOSE
v.10, n.4, p.310-319, mar.2001
v.10, n.4, p.320-325, mar.2001
- BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS –
BAHIA
v.10, n.2, p.6-10, set.2000
v.10, n.2, p.39-42, set.2000
- CARTOGRAFIA
v.10, n.2, p.14-16, set.2000
- CARTOGRAFIA DIGITAL
v.10, n.2, p.11-13, set.2000
v.10, n.2, p.17-28, set.2000
- CBPM ver COMPANHIA BAIANA DE
PESQUISA MINERAL
- COMÉRCIO – BAHIA – 2000/2001
v.10, n.3, p.52-73, dez.2000
- COMÉRCIO EXTERIOR
v.10, n.4, p.310-319, mar.2001
- COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA
MINERAL
v.10, n.2, p.47-51, set.2000
- COSTA DO SAUIPE – BAHIA
v.10, n.3, p.17-21, dez.2000
- COSTA DOS COQUEIROS – BAHIA
v.10, n.3, p.22-28, dez.2000
- CRIANÇA – MORTE – SALVADOR –
BAHIA
v.10, n.4, p.115-121, mar.2001
- DESEMPREGO – BAHIA
v.10, n.1, p.49-67, jul.2000
- v.10, n.3, p.92-109, dez.2000
v.10, n.3, p.115-121, dez.2000
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO –
BAHIA
v.10, n.1, p.49-67, jul.2000
v.10, n.1, p.68-86, jul.2000
v.10, n.1, p.87-98, jul.2000
v.10, n.3, p.29-42, dez.2000
v.10, n.3, p.52-73, dez.2000
v.10, n.3, p.74-83, dez.2000
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO –
BRASIL
v.10, n.3, p.46-51, dez.2000
- DESENVOLVIMENTO FLORESTAL –
BAHIA
v.10, n.2, p.52-56, set.2000
- DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL –
BAHIA – 2000/2001.
v.10, n.3, p.52-73, dez.2000
- DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
ÁREA METROPOLITANA –
SALVADOR
v.10, n.3, p.14-16, dez.2000
- DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
BRASIL
v.10, n.4, p.193-206, mar.2001
- DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
NORDESTE
v.10, n.4, p.177-192, mar.2001
- DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
v.10, n.4, p.221-228, mar.2001
v.10, n.4, p.342-349, mar.2001
- DISPARIDADE REGIONAL –
NORDESTE
v.10, n.4, p.177-192, mar.2001
- DISPARIDADE SOCIAL
v.10, n.4, p.115-121, mar.2001
v.10, n.4, p.245-252, mar.2001
- ECOLOGIA
v.10, n.4, p.271-279, mar.2001
- ECONOMIA – BRASIL
v.10, n.3, p.46-51, dez.2000
- EDUCAÇÃO
v.10, n.3, p.122-126, dez.2000
v.10, n.3, p.128-136, dez.2000
- EMBASA ver EMPRESA BAIANA DE
ÁGUAS E SANEAMENTO
- EMIGRAÇÃO – BRASIL
v.10, n.4, p.79-106, mar.2001
- EMPREGO – SALVADOR – BAHIA
v.10, n.1, p.68-86, jul.2000
v.10, n.3, p.110-114, dez.2000
v.10, n.3, p.115-121, dez.2000
- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS
E SANEAMENTO
v.10, n.2, p.43-46, set.2000
- ENSINO DE 1º GRAU – BAHIA
v.10, n.3, p.122-126, dez.2000
- ENSINO DE 2º GRAU – BAHIA
v.10, n.3, p.122-126, dez.2000
- ENSINO OFICIAL – BAHIA
v.10, n.3, p.122-126, dez.2000
- ENVELHECIMENTO – AMÉRICA
LATINA
v.10, n.4, p.6-35, mar.2001
- ENVELHECIMENTO – BRASIL
v.10, n.4, p.36-48, mar.2001
- ENVELHECIMENTO – CARIBE
v.10, n.4, p.6-35, mar.2001
- ESTATUTO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE
v.10, n.4, p.107-114, mar.2001
- EXTREMO SUL – BAHIA
v.10, n.4, p.320-325, mar.2001
- FERTILIDADE – ÁREA METROPOLITANA
– SALVADOR – BAHIA – 1940/2000
v.10, n.1, p.35-48, jul.2000
- FORD – BAHIA
v.10, n.3, p.8-13, dez.2000
- GEOLOGIA – BAHIA
v.10, n.2, p.60-62, set.2000
- GEOPROCESSAMENTO
v.10, n.2, p.6-10, set.2000
v.10, n.2, p.11-13, set.2000
v.10, n.2, p.17-28, set.2000
v.10, n.2, p.29-34, set.2000
v.10, n.2, p.43-46, set.2000
v.10, n.2, p.47-51, set.2000
v.10, n.2, p.57-59, set.2000
v.10, n.2, p.60-62, set.2000
- GEOTÉCNICA
v.10, n.2, p.52-56, set.2000
- GEOTECNOLOGIA ver GEOTÉCNICA

GIS ver SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	v.10, n.3, p.115-121, dez.2000	POPULAÇÃO – CARIBE v.10, n.4, p.6-35, mar.2001 v.10, n.4, p.212-220, mar.2001
GLOBALIZAÇÃO – SALVADOR – BAHIA v.10, n.3, p.29-42, dez.2000	MERCADO DE TRABALHO – MULHER v.10, n.4, p.154-168, mar.2001	POPULAÇÃO – SALVADOR – BAHIA v.10, n.3, p.29-42, dez.2000
IDOSO – BRASIL v.10, n.4, p.36-48, mar.2001	MERCADO DE TRABALHO – NEGRO – ÁREA METROPOLITANA – SALVADOR v.10, n.4, p.169-176, mar.2001	POPULAÇÃO, CRESCIMENTO DA – BRASIL v.10, n.4, p.79-106, mar.2001
IDOSO – SALVADOR – BAHIA v.10, n.4, p.129-137, mar.2001	MIGRAÇÃO – BRASIL v.10, n.4, p.79-106, mar.2001	POPULAÇÃO URBANA – ÁREA METROPOLITANA – SALVADOR – BAHIA – 1940/2000 v.10, n.1, p.35-48, jul.2000
IDOSO – SAÚDE v.10, n.4, p.138-153, mar.2001	MIGRAÇÃO INTERNACIONAL – AMÉRICA LATINA v.10, n.4, p.49-78, mar.2001	PRODUTO INTERNO BRUTO – BAHIA v.10, n.3, p.74-83, dez.2000
INDÚSTRIA DE POLPA E PAPEL – BAHIA v.10, n.4, p.310-319, mar.2001 v.10, n.4, p.320-325, mar.2001	MIGRAÇÃO INTERNACIONAL – CARIBE v.10, n.4, p.49-78, mar.2001	PROJETO AMAZON v.10, n.3, p.8-13, dez.2000
INDUSTRIALIZAÇÃO – BAHIA v.10, n.1, p.87-98, jul.2000 v.10, n.3, p.8-13, dez.2000 v.10, n.3, p.74-83, dez.2000	MINERAÇÃO – IMPACTO AMBIENTAL v.10, n.4, p.280-305, mar.2001	PROJETO GIS/SGM v.10, n.2, p.60-62, set.2000
INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – BAHIA v.10, n.2, p.6-10, set.2000	MORTALIDADE – ÁREA METROPOLITANA – SALVADOR – BAHIA – 1940/2000 v.10, n.1, p.35-48, jul.2000	PROJETO VETOR NORTE v.10, n.3, p.22-28, dez.2000
JUVENTUDE – MERCADO DE TRABALHO – BAHIA v.10, n.3, p.92-109, dez.2000	MORTALIDADE INFANTIL – NORDESTE v.10, n.4, p.122-128, mar.2001	REBATE ver REDE BAIANA DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO ESPACIAL
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – BAHIA v.10, n.3, p.84-90, dez.2000	MULHER – MERCADO DE TRABALHO v.10, n.4, p.154-168, mar.2001	RECURSOS HÍDRICOS – BAHIA v.10, n.2, p.57-59, set.2000
LITORAL NORTE – BAHIA v.10, n.3, p.22-28, dez.2000	NEGRO – MERCADO DE TRABALHO – ÁREA METROPOLITANA – SALVADOR v.10, n.4, p.169-176, mar.2001	REDE BAIANA DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO ESPACIAL v.10, n.2, p.29-34, set.2000
MEIO AMBIENTE v.10, n.4, p.260-270, mar.2001 v.10, n.4, p.280-305, mar.2001 v.10, n.4, p.310-319, mar.2001 v.10, n.4, p.326-332, mar.2001 v.10, n.4, p.333-341, mar.2001 v.10, n.4, p.342-349, mar.2001	PESQUISA MINERAL – BAHIA v.10, n.2, p.60-62, set.2000	RESÍDUO INDUSTRIAL v.10, n.4, p.306-309, mar.2001
MEIO AMBIENTE – AMÉRICA LATINA v.10, n.4, p.212-220, mar.2001	PIB ver PRODUTO INTERNO BRUTO	SANEAMENTO – INDICADORES v.10, n.4, p.229-244, mar.2001
MEIO AMBIENTE – CARIBE v.10, n.4, p.212-220, mar.2001	PLANO REAL v.10, n.3, p.46-51, dez.2000	SAÚDE – DISPARIDADE SOCIAL v.10, n.4, p.245-252, mar.2001
MEIO AMBIENTE – DISPARIDADE SOCIAL v.10, n.4, p.245-252, mar.2001	PLUMBUM MINERAÇÃO E METALURGIA v.10, n.4, p.306-309, mar.2001	SAÚDE – IDOSO v.10, n.4, p.138-153, mar.2001
MEIO AMBIENTE – INDICADORES v.10, n.4, p.229-244, mar.2001	PNMA ver POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE	SAÚDE – INDICADORES v.10, n.4, p.229-244, mar.2001
MEIO AMBIENTE – NORDESTE v.10, n.2, p.60-62, set.2000 v.10, n.4, p.253-259, mar.2001	POLÍTICA AMBIENTAL v.10, n.4, p.326-332, mar.2001 v.10, n.4, p.333-341, mar.2001	SAÚDE – NORDESTE v.10, n.4, p.253-259, mar.2001
MERCADO DE TRABALHO – BAHIA v.10, n.1, p.12-20, jul.2000 v.10, n.1, p.49-67, jul.2000 v.10, n.3, p.52-73, dez.2000 v.10, n.3, p.92-109, dez.2000 v.10, n.3, p.110-114, dez.2000	POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE v.10, n.4, p.326-332, mar.2001	SERVIÇOS – SALVADOR – BAHIA v.10, n.1, p.68-86, jul.2000
	POLUIÇÃO v.10, n.4, p.260-270, mar.2001 v.10, n.4, p.271-279, mar.2001	SIGSEI ver SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – SEI
	POPULAÇÃO – AMÉRICA LATINA v.10, n.4, p.6-35, mar.2001 v.10, n.4, p.212-220, mar.2001	SISTEMA DE INFORMAÇÃO ESPACIAL ver SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA
		SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA v.10, n.2, p.29-34, set.2000

v.10, n.2, p.35-38, set.2000 v.10, n.2, p.39-42, set.2000 v.10, n.2, p.60-62, set.2000	v.10, n.2, p.14-16, set.2000	v.10, n.3, p.46-51, dez.2000
SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – SEI v.10, n.2, p.17-28, set.2000 v.10, n.2, p.43-46, set.2000	Ciência e arte de educar. v.10, n.3, p.128-136, dez.2000	Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. v.10, n.1, p.49-67, jul.2000
TECNOLOGIA AMBIENTAL – HOLANDA v.10, n.4, p.221-228, mar.2001	50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. v.10, n.1, p.87-98, jul.2000	A efetivação do Estatuto da criança e do adolescente. v.10, n.4, p.107-114, mar.2001
TECNOLOGIA LIMPA v.10, n.4, p.271-279, mar.2001 v.10, n.4, p.326-332, mar.2001	Comércio exterior e meio ambiente: o caso da Bahia Sul Celulose. v.10, n.4, p.310-319, mar.2001	Envelhecimento da população brasileira: problema para quem? v.10, n.4, p.36-48, mar.2001
TERRITÓRIO v.10, n.4, p.193-206, mar.2001	Considerações sobre as “vias transversais” de Salvador. v.10, n.3, p.43-44, dez.2000	Geoprocessamento & OLAP. v.10, n.2, p.17-28, set.2000
TRABALHO E TRABALHADORES – ÁREA METROPOLITANA – SALVADOR – 2000 v.10, n.3, p.110-114, dez.2000	Costa dos Coqueiros: Projeto Vetor Norte. v.10, n.3, p.22-28, dez.2000	Geoprocessamento: instrumento decisivo na gestão de recursos hídricos. v.10, n.2, p.57-59, set.2000
TRABALHO ESCRAVO – BAHIA v.10, n.1, p.12-20, jul.2000 v.10, n.1, p.21-34, jul.2000	O desafio desse tal de desenvolvimento sustentável: o programa de desenvolvimento de tecnologias sustentáveis da Holanda. v.10, n.4, p.221-228, mar.2001	A gestão municipal inteligente. v.10, n.2, p.35-38, set.2000
TURISMO – BAHIA v.10, n.3, p.17-21, dez. 2000	Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor saúde na atenção integral ao idoso. v.10, n.4, p.138-153, mar.2001	Os impactos da moderna indústria no Extremo Sul da Bahia: expectativas e frustrações. v.10, n.4, p.320-325, mar.2001
URBANIZAÇÃO – SALVADOR – BAHIA v.10, n.3, p.29-42, dez.2000	Desempenho da economia baiana no ano 2000 e tendências para 2001. v.10, n.3, p.52-73, dez.2000	A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. v.10, n.3, p.92-109, dez.2000
VIAS URBANAS – SALVADOR – BAHIA v.10, n.3, p.43-44, dez.2000	Desenvolvimento territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. v.10, n.4, p.193-206, mar.2001	A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. v.10, n.4, p.79-106, mar.2001
ZONEAMENTO ECOLÓGICO v.10, n.4, p.193-206, mar.2001	Desequilíbrios regionais e políticas de desenvolvimento no Brasil: uma reflexão sobre a necessidade de uma reinterpretação do “problema Nordeste”. v.10, n.4, p.177-192, mar.2001	Mudanças à vista na Região Metropolitana de Salvador. v.10, n.3, p.14-16, dez.2000
ZONEAMENTO ECONÔMICO v.10, n.4, p.193-206, mar.2001	Desigualdades sociais e mortes violentas em crianças e adolescentes da cidade do Salvador. v.10, n.4, p.115-121, mar.2001	Mudanças na dinâmica demográfica de Salvador e sua região metropolitana na segunda metade do século XX. v.10, n.1, p.35-48, jul.2000
TÍTULO	Os determinantes da mortalidade infantil no Nordeste: aplicação de modelos hierárquicos. v.10, n.4, p.122-128, mar.2001	Mudanças no mercado de trabalho da RMS. v.10, n.3, p.115-121, dez.2000
Aplicação da geotecnologia nos projetos de desenvolvimento florestal. v.10, n.2, p.52-56, set.2000	A dimensão ambiental no planejamento da mineração – um enfoque empresarial. v.10, n.4, p.280-305, mar.2001	Nova onda de industrialização poderá provocar transformações na RMS. v.10, n.3, p.8-13, dez.2000
Aumentam os desafios da educação na Bahia. v.10, n.3, p.122-126, dez.2000	Ecologia industrial e prevenção da poluição: uma contribuição ao debate regional. v.10, n.4, p.271-279, mar.2001	A nova política ambiental do Estado da Bahia. v.10, n.4, p.333-341, mar.2001
A Bahia em busca de uma base de dados geográficos de uso comum. v.10, n.2, p.6-10, set.2000	Economia brasileira: as fragilidades estruturais permanecem.	Novas formas de sociabilidade de idosos – o caso de Salvador. v.10, n.4, p.129-137, mar.2001
Bahia: uma economia em transição. v.10, n.3, p.74-83, dez.2000		Participação feminina no mercado de trabalho: expansão e iniquidade. v.10, n.4, p.154-168, mar.2001
Capacitação em geoprocessamento na Bahia. v.10, n.2, p.29-34, set.2000		Passado e futuro dos serviços: o caso da RMS.
Cartografia digital: uma base para o geoprocessamento. v.10, n.2, p.11-13, set.2000		
Cartografia sistemática: para onde vamos?		

- v.10, n.1, p.68-86, jul.2000
- Plano de gestão ambiental para sítios contaminados por resíduos industriais – o caso da Plumbum em Santo Amaro da Purificação/Ba. v.10, n.4, p.306-309, mar.2001
- Población y ambiente: uma mirada heterodoxa a sus interrelaciones. v.10, n.4, p.212-220, mar.2001
- Poluição química ambiental – um problema de todos, que afeta alguns mais do que os outros. v.10, n.4, p.260-270, mar.2001
- Os postos de trabalho no ano 2000 v.10, n.3, p.110-114, dez.2000
- El proceso de envejecimiento de la población de América Latina y el Caribe: una expresión de la transición demográfica. v.10, n.4, p.6-35, mar.2001
- O projeto GIS/SGM e sua contribuição à geologia, pesquisa mineral e proteção ambiental. v.10, n.2, p.60-62, set.2000
- Reflexões sobre a Lei de responsabilidade fiscal: o caso da Bahia. v.10, n.3, p.84-90, dez.2000
- Resolve-me ou eu te devoro! Uma discussão sobre a falta de braços no Recôncavo Baiano. v.10, n.1, p.21-34, jul.2000
- Riscos ambientais em contextos sociais vulneráveis. v.10, n.4, p.253-259, mar.2001
- Salvador na “globalização”. v.10, n.3, p.29-42, dez.2000
- Saúde, trabalho e ambiente nos territórios da exclusão: elementos para uma promoção da saúde transformadora no Brasil. v.10, n.4, p.245-252, mar.2001
- Sistema de informações geográficas urbanas do Estado da Bahia: base de dados geográficos de uso compartilhado. v.10, n.2, p.39-42, set.2000
- Sistemas de indicadores de saúde ambiental – saneamento em políticas públicas. v.10, n.4, p.229-244, mar.2001
- Sociedade escravista e mercado de trabalho: Salvador – Bahia, 1850-1868. v.10, n.1, p.12-20, jul.2000
- A sustentabilidade, as corporações e o papel dos instrumentos voluntários de gestão ambiental: uma reflexão sobre conceitos e perspectivas. v.10, n.4, p.342-349, mar.2001
- Tendencias y patrones de la migración internacional en América Latina y el Caribe. v.10, n.4, p.49-78, mar.2001
- “Trabalha, trabalha negro”: participação dos grupos raciais no mercado de trabalho da RMS. v.10, n.4, p.169-176, mar.2001
- Turismo na Bahia: a hora da profissionalização. v.10, n.3, p.17-21, dez.2000
- Uma política nacional de meio ambiente focada na produção limpa: elementos para discussão. v.10, n.4, p.326-332, mar.2001
- A utilização das ferramentas de geoprocessamento na EMBASA. v.10, n.2, p.43-46, set.2000
- AUTOR**
- ALBAN, Marcus Suarez v.10, n.3, p.8-13, dez.2000
- ALMEIDA, Paulo Henrique de v.10, n.1, p.68-86, jul.2000
- ALVA, Eduardo Neira v.10, n.3, p.22-28, dez.2000
- ANDRADE, José Célio Silveira v.10, n.4, p.326-332, mar.2001
- ANDRADE, Magda Maria Guimarães de v.10, n.2, p.14-16, set.2000
v.10, n.2, p.17-28, set.2000
- ANJOS, José Ângelo Sebastião Araújo dos v.10, n.4, p.306-309, mar.2001
- AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva v.10, n.4, p.253-259, mar.2001
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de v.10, n.1, p.49-67, jul.2000
- BAENINGER, Rosana v.10, n.4, p.79-106, mar.2001
- BAPTISTA, Creomar v.10, n.3, p.84-90, dez.2000
- BARROS, Emanuel v.10, n.2, p.57-59, set.2000
- BORGES, Ângela v.10, n.3, p.92-109, dez.2000
- BORJA, Patrícia Campos v.10, n.4, p.229-244, mar.2001
- BRITO, Paulo César Raimundo v.10, n.2, p.60-62, set.2000
- BRITTO, Denise Araújo v.10, n.2, p.43-46, set.2000
- CAMARANO, Ana Amélia v.10, n.4, p.36-48, mar.2001
- CAMPANÁRIO, Paulo v.10, n.1, p.35-48, jul.2000
- CARVALHO, Ana Lúcia Borges de v.10, n.1, p.35-48, jul.2000
- CARVALHO, Edmilson v.10, n.3, p.29-42, dez.2000
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de v.10, n.4, p.107-114, mar.2001
- COSTA, Luis Alfredo Moitinho da v.10, n.2, p.47-51, set.2000
- COSTA, Maria Conceição Nascimento v.10, n.4, p.115-121, mar.2001
- CUNHA, Conceição v.10, n.2, p.11-13, set.2000
- CUNHA, José Marcos Pinto da v.10, n.4, p.79-106, mar.2001
- CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos v.10, n.1, p.21-34, jul.2000
- DIAS, Noilton Jorge v.10, n.4, p.320-325, mar.2001
- ESPINDOLA, Neidil v.10, n.4, p.138-153, mar.2001
- FERREIRA, Cristina Xavier v.10, n.2, p.6-10, set.2000
v.10, n.2, p.39-42, set.2000
- FERREIRA, Juca v.10, n.3, p.22-28, dez.2000
- FILGUEIRAS, Luiz v.10, n.3, p.46-51, dez.2000
- FREIRE, Margarida Paes Alves v.10, n.4, p.138-153, mar.2001
- FREITAS, Carlos M. de v.10, n.4, p.260-270, mar.2001
- FREITAS, Mário André Soares de v.10, n.1, p.35-48, jul.2000
- FUNDAÇÃO ONDAZUL v.10, n.3, p.22-28, dez.2000
- GHIRARDI, André Garcez v.10, n.4, p.310-319, mar.2001

- GORDILHO, Adriano
v.10, n.4, p.138-153, mar.2001
- GUERRA, Oswaldo
v.10, n.1, p.87-98, jul.2000
- GUIMARÃES, José Ribeiro Soares
v.10, n.4, p.154-168, mar.2001
- HURST, Marlene
v.10, n.3, p.122-126, dez.2000
- KARSCH, Úrsula
v.10, n.4, p.138-153, mar.2001
- KIPERSTOK, Asher
v.10, n.4, p.221-228, mar.2001
v.10, n.4, p.271-279, mar.2001
v.10, n.4, p.326-332, mar.2001
- LOBO, Mirna Cartopassi
v.10, n.2, p.35-38, set.2000
- MACÊDO, Adriana Carneiro
v.10, n.4, p.115-121, mar.2001
- MACÊDO, José Alberto C.
v.10, n.2, p.52-56, set.2000
- MACHADO, Jorge M.H.
v.10, n.4, p.260-270, mar.2001
- MAIA, Renato
v.10, n.4, p.138-153, mar.2001
- MARINHO, Maerbal
v.10, n.4, p.221-228, mar.2001
v.10, n.4, p.271-279, mar.2001
- MARINHO, Márcia Mara de Oliveira
v.10, n.4, p.326-332, mar.2001
v.10, n.4, p.342-349, mar.2001
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós
v.10, n.1, p.12-20, jul.2000
- MENEZES, Vladson
v.10, n.3, p.74-83, dez.2000
- MORAES, Luiz Roberto Santos
v.10, n.4, p.229-244, mar.2001
- MOREIRA, Josino Costa
v.10, n.4, p.260-270, mar.2001
- MOTTA, Alda Britto da
v.10, n.4, p.129-137, mar.2001
- MOURA, Fernando A.
v.10, n.4, p.122-128, mar.2001
- NASCIMENTO, João Sérgio
v.10, n.4, p.138-153, mar.2001
- OGATA, Maria Gravina
v.10, n.4, p.333-341, mar.2001
- OLIVEIRA, Meire Jane Lima de
v.10, n.4, p.310-319, mar.2001
- ORIÁ, Virgínia Bertulucci Behrens
v.10, n.2, p.43-46, set.2000
- PAIM, Jairnilson Silva
v.10, n.4, p.115-121, mar.2001
- PEDREIRA, Renata Gonçalves
v.10, n.4, p.107-114, mar.2001
- PEREIRA, Gilberto Corso
v.10, n.2, p.29-34, set.2000
- PIVETTA, Fátima
v.10, n.4, p.260-270, mar.2001
- PIZARRO, Jorge Martínez
v.10, n.4, p.49-78, mar.2001
- PORTO, Edgard
v.10, n.3, p.29-42, dez.2000
- PORTO, Marcelo Firpo de Souza
v.10, n.4, p.245-252, mar.2001
v.10, n.4, p.260-270, mar.2001
- RAMOS, Luiz Roberto
v.10, n.4, p.138-153, mar.2001
- RIVADENEIRA, Luis
v.10, n.4, p.6-35, mar.2001
- RODRIGUEZ, Jorge
v.10, n.4, p.212-220, mar.2001
- SAMPAIO, Elias de Oliveira
v.10, n.4, p.177-192, mar.2001
- SAMPAIO, Heliódório
v.10, n.3, p.43-44, dez.2000
- SÁNCHEZ, Luis Enrique
v.10, n.4, p.306-309, mar.2001
- SANTOS, Luiz Chateaubriand C. dos
v.10, n.3, p.110-114, dez.2000
v.10, n.4, p.169-176, mar.2001
- SANTOS, Taís F.
v.10, n.4, p.122-128, mar.2001
- SEI ver SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
- SILVA, Lígia Maria Vieira da
v.10, n.4, p.115-121, mar.2001
- SILVA SOBRINHO, Edson A. da
v.10, n.3, p.115-121, dez.2000
- SILVESTRE, Jorge
v.10, n.4, p.138-153, mar.2001
- SOUZA, Petain Ávila
v.10, n.4, p.280-305, mar.2001
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
v.10, n.3, p.52-73, dez.2000
- TEIXEIRA, Anísio
v.10, n.3, p.128-136, dez.2000
- TEIXEIRA, Francisco
v.10, n.1, p.87-98, jul.2000
- VEIGA, José Eli da
v.10, n.4, p.193-206, mar.2001
- VERAS, Renato
v.10, n.4, p.138-153, mar.2001
- VILLA, Miguel
v.10, n.4, p.6-35, mar.2001
v.10, n.4, p.49-78, mar.2001

* Trabalho realizado por
Marília Torres, bibliotecária da SEI.